José Eduardo Fernandes
e Cristiane Betanho (orgs.)

NAVEGANDO

Economia Popular Solidária

Nosso sul: a transformação pela solidariedade

Economia Popular Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade

José Eduardo Fernandes
Cristiane Betanho (orgs.)
Cieps/Proexc/UFU

Navegando Publicações
CNPJ – 978-85-92592-00-4

NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Conselho Editorial
Anselmo Alencar Colares
Carlos Lucena
Carlos Henrique de Carvalho
Dermeval Saviani
Fabiane Santana Previtali
Gilberto Luiz Alves
José Carlos de Souza Araújo
José Claudinei Lombardi
José Luis Sanfelice
Lívia Diana Rocha Magalhães
Mara Regina Martins Jacomeli

Cieps
CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS
UFU Universidade Federal de Uberlândia
PROEX PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários

Economia Popular Solidária
Nosso Sul: a transformação pela solidariedade

José Eduardo Fernandes
Cristiane Betanho (orgs.)

ISBN: 978-85-92592-37-0

Uberlândia
2017

© 2017 - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia

(Gestão 2013-2016)
Elmiro Santos Resende
Reitor da Universidade Federal de Uberlândia
Eduardo Nunes Guimarães
Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia
Leonardo Barbosa e Silva
Pró-reitor de Assistência Estudantil
Dalva Maria de Oliveira Silva
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Marlene Marins de Camargos Borges
Pró-reitora de Gestão de Pessoas
Marisa Lomônaco de Paula Naves
Pró-reitora de Graduação
Marcelo Emilio Beletti
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação
José Francisco Ribeiro
Pró-reitor de Planejamento e Administração
Gláucia Carvalho Gomes
Diretora de Extensão - Direc/Proex
Kárem Cristina de Souza Ribeiro
Diretora da FAGEN - Faculdade de Gestão e Negócios
Cristiane Betanho
Coordenadora do Cieps - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborada por Maria Salete de Freitas Pinheiro – CRB -1262

E19p Economia Popular Solidária Nosso Sul : a transformação pela solidariedade / José Eduardo Fernandes, Cristiane Betanho (organizadores) -- Uberlândia : Navegando, UFU, PROEXC, CIEPS, 2017.

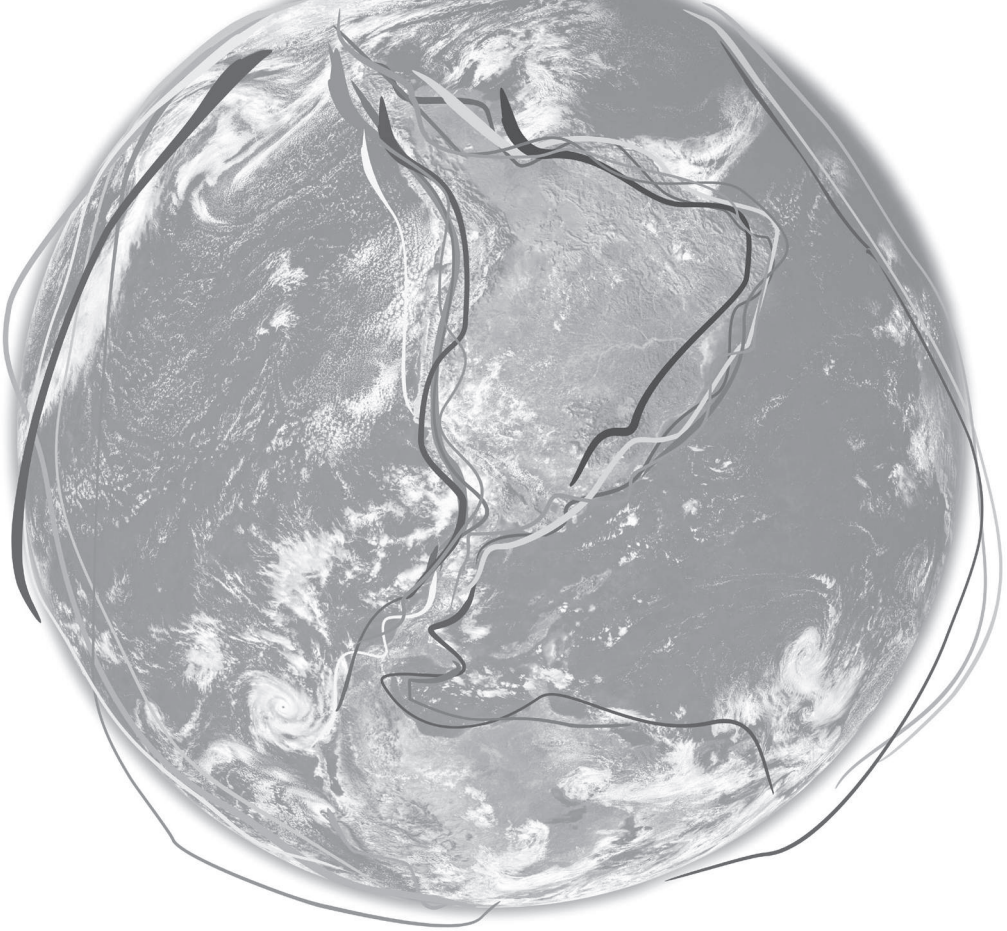
199 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-92592-37-0

1. Economia solidária. 2. Movimento trabalhista. I. Betanho, Cristiane. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pró-Reitoria de Extensão e cultura. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários.

CDU: 33:316

Universidade Federal de Uberlândia – Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
Rua Tapuios, 1370, Saraiva - CEP – 38408-416 – Uberlândia – Minas Gerais
Telefone: (34) 3238-0647 - http://www.cieps.proex.ufu.br



RESULTADO PARCIAL DO PROJETO "APOIO À CONTINUIDADE DOS PROCESSOS DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NA PERSPECTIVA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO (MG)"

REALIZAÇÃO

UFU Universidade Federal de Uberlândia

PROEX PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Cieps

FAGEN Faculdade de Gestão e Negócios

APOIO

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

BRASIL

SUMÁRIO

Prefácio ...11
Dalva Maria de Oliveira Silva
Gláucia Carvalho Gomes

1. Resistência da Classe Trabalhadora: lutas e contradições no ambiente da Economia Popular Solidária ...15
José Eduardo Fernandes
Fabiane Santana Previtali

2. Economia Popular Solidária - Origens, Conceito, Limites e Desafios ...39
Cristiane Betanho
José Eduardo Fernandes

3. Identificação e análise das dimensões constituintes da Economia Popular Solidária: aspectos introdutórios ...63
Gabriel Humberto Muñoz Palafox
Sirle de Sousa

4. Organizações Produtivas Solidárias e as Teorias do Valor: limites e desafios para ocupar mercados ...77
Cristiane Betanho
Jose Eduardo Fernandes
Eduardo Giarola
Elson de Oliveira Felice

5. O perfil do cooperado da COPERCICLA e a perspectiva extensionista: Serviço Social e cooperativismo ...117
Cibele da Silva Souza
Flander de Almeida Calixto

6. Metáfora da Família na Análise Organizacional: um olhar sobre o empreendimento solidário Associação de Mulheres Tecelãs na Comunidade Rural Córrego do Açude ...135
Peterson Elizandro Gandolfi
Maria Raquel Caixeta Galdolfi

7. Estudo do Custeio em organizações autogestionadas ligadas à produção agroecológica e orgânica na cidade de Uberlândia ... 159
Jéssica Reis Silva
Vinícius Silva Pereira
Cristiane Betanho

Anexo:
Carta de princípios da Economia Solidária ...191

Prefácio

Prezados educandos,

Há pouco mais de meio século, tínhamos no Brasil uma expressiva população que residia no campo. No censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) referente a 1960, residiam nas cidades uma população de 32.004.817, e na zona rural, 38.987.526. Em Minas Gerais viviam no campo 5.995.460 pessoas, ao passo que nas cidades eram apenas 3.964.580. A partir da década seguinte, em 1970, com a intensificação do fenômeno denominado êxodo rural, esses números começaram a sofrer uma inversão, sendo que em 2010, tínhamos apenas 29.830.007 de pessoas no campo, sendo que nas cidades esse número alcançava a cifra de 160.925.792. No Estado de Minas Gerais, de acordo com o censo de 2010, viviam no campo apenas 2.882.114 pessoas, e nas cidades16.715.216.

A leitura desses números nos remete às transformações significativas que esse movimento provocou na dinâmica do viver das pessoas. São inúmeras as causas que levaram à mudança da população do campo para as cidades, bem como as consequências, positivas e negativas que esse movimento provocou nas existências das famílias, que não nos cabe analisar neste espaço, mas apenas remeter às pesquisas e publicações que as demonstram. Entretanto, a referência a esse fato cumpre aqui a função de rememorar

– trazer de volta – a cultura da solidariedade que geralmente norteava o viver no campo até pelo menos o início da década de 1960 e que era condição substancial para a sustentação daquele modo de vida. Essa cultura buscou formas e conteúdos para sobreviver nas cidades, mas, em muitos aspectos, foi se perdendo com o passar dos anos, com o avanço de relações pautadas em outras lógicas e princípios organizativos das relações sociais.

A economia do meio rural, antes do advento e consolidação da agricultura comercial capitalista, orientava-se por outra lógica, em processo de franca mudança, é verdade, mas ainda encontrávamos aqui e lá algum mutirão para dar conta do serviço na roça do Seu José, do Seu João... "no dia marcado, ainda madrugada a turma toda se juntava e ia dar cabo daquele serviço que passava da hora..." As mulheres se reuniam para garantir a alimentação na hora certa e cada um ou uma cumpria a tarefa que lhe cabia nessa dinâmica. Ao final do dia de trabalho, ainda restava energia para confraternizar e comemorar conforme o costume de cada lugar. A lógica da competição, presente na natureza humana, normalmente se manifestava na disputa de quem conseguia concluir primeiro a tarefa que lhe fora determinada. Ainda havia o sentimento de que o sucesso de alguns, era o sucesso de todos. Era uma comunidade perfeita? Certamente que não. Muitos eram os problemas e limites relativos aos direitos, à saúde, à educação... Nem todos eles superados no modelo implantado a partir da transferência para as cidades, de forma que são inúmeros os

desafios que o viver nos impõe. Mas a lógica solidária pode ser um caminho interessante de se conhecer e praticar.

Este livro discorre sobre os princípios e fundamentos da Economia Popular Solidária, bem como experiências praticadas em programas e projetos de Extensão, desenvolvidos nos últimos anos, por meio do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (CIEPS-PROEXC-UFU), com a participação efetiva do saber popular em diálogo com o saber científico acadêmico, de forma indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão. Mais do que reflexões acerca do fazer solidário, o conjunto de textos que o integra traz para nós registros de outras experimentações e vivências que se orientam por outro mundo possível e em processo de construção contínua e coletiva.

Assim, o "nosso sul é a transformação pela solidariedade" na perspectiva da Economia Popular Solidária, a busca pelo desenvolvimento humano e social a partir da valorização da vida e da cultura da solidariedade.

Desejamos uma boa leitura e sucesso nos empreendimentos e na vida!

Dalva Maria de Oliveira Silva
Pró-reitora de Extensão e Cultura – PROEXC - UFU
Gláucia Carvalho Gomes
Diretora de Extensão – PROEXC-UFU
(Gestão 2013-2016)

capítulo 1

Resistência da Classe Trabalhadora: lutas e contradições no ambiente da Economia Popular Solidária

José Eduardo Fernandes
Fabiane Santana Previtali

1. Introdução

Este texto é fruto das nossas reflexões como extensionistas, pesquisadores e educadores, militantes dos movimentos emancipatórios da classe trabalhadora. Acreditamos que estamos em mais um momento da história em que se acirra a luta de classes e, a partir dessa perspectiva, entendemos essencial refletir sobre como se construíram esses momentos de luta.

Tendo em vista o objetivo desta obra, faremos um recorte dessa perspectiva, abordando, dentro dos limites deste texto, alguns pontos da história, a partir da movimentação da burguesia no sentido de se consolidar no poder e a construção do modo de produção capitalista, elemento dessa consolidação. Como toda ação enseja uma reação, refletiremos sobre os movimentos de resistência dos trabalhadores e seus resultados. Finalmente, é importante ponderarmos sobre as tentativas de cooptação e subsunção, por parte do sistema hegemônico, desses movimentos de resistência dos trabalhadores, e as contradições e armadilhas vivenciadas, a fim de que possamos nos posicionar

frente a esses processos, que descaracterizam e pulverizam os resultados esperados pelos trabalhadores.

Entendemos que essas considerações são essenciais para entendermos o significado de Economia Popular Solidária (EPS) e para podermos evidenciar as armadilhas que enfrentamos, dado que o significado de EPS está em construção mas, sobretudo, está em disputa na sociedade.

2. A Revolução Industrial e o Modo de Produção Capitalista

O período que compreende o final do século XVII até o século XIX é retratado pelos livros de história como uma época em que a expansão do comércio, incentivada por uma classe emergente, a burguesia, provocou diversas transformações por todos os cantos da Europa, derrubando reis e mudando pessoas de status social. A Revolução Industrial, fruto dessa época, caminhou a passos largos para consolidar um modelo de produção de bens e consumo que se tornaria o que nós conhecemos como o modo de produção capitalista.

As grandes transformações que ocorreram a partir da Revolução Francesa (1799), primeiro colocaram o fim a uma monarquia absolutista, e depois abriram as portas da imaginação humana para novas ideias que iriam brotar no interior da sociedade europeia, baseadas em propostas de democracia e liberdade.

Os trabalhadores, que produziam todas as necessidades de consumo de forma artesanal, com seus próprios recursos e meios, e também determinavam o tempo de produção e retinham o conhecimento necessário à produção, passaram aos poucos a um plano secundário e foram substituídos por formas de produção mais aceleradas. O foco

era aumentar a produtividade para atender aos mercados que se descortinaram - uma burguesia encantada com suas possibilidades de consumo e, por outro lado, pobres que precisavam comer, beber, vestir etc.

A mudança de um formato de trabalho, artesanal, para o formato manufaturado, impôs à sociedade, organizada em pequenas cidades, novos ritmos de crescimento de ocupação de espaços e desenvolvimento dos modos de produção. Surgem as fábricas e as cidade passam a abrigar cada vez mais gente que abandona o campo à procura de melhores condições de vida, como prometido pelos burgueses. Nesse processo, muitos artesãos deixaram seus ofícios para trabalharem não mais para si próprios, mas sim para uma outra pessoa, que lhes oferecia facilidades, mas também organizava o trabalho.

Essa mudança impôs aos trabalhadores a divisão do trabalho, ou seja, a partir desse processo cada trabalhador executaria algumas tarefas do todo da produção e assim, chegamos na concretização da imposição de um processo manufatureiro baseado na divisão do trabalho dentro da sociedade (MARX, 1985).

A procura por novos produtos, agora industrializados, aumentava, assim como novos mercados eram criados por toda a Europa e em outros cantos do mundo. Isso obrigou os capitalistas a investirem na construção de grandes espaços prediais para abrigar as invenções de equipamentos para produção em larga escala, produção essa que inicialmente empregou muita gente mas, ao longo da história, desempregou e precarizou uma quantidade ainda maior de trabalhadores.

Em meados do século XIX, a exploração da classe trabalhadora já assumia um caráter desumano e intenso.

As fábricas abrigavam homens, mulheres e crianças em suas plantas produtivas para jornadas de mais de 16 horas diárias de trabalho, muitas vezes ininterruptas, e debaixo de severas ordens e punições.

Além disso, as pessoas que trabalhavam nessas fábricas também eram consumidores e moradores dos arredores do local de trabalho, criando no entorno das indústrias grandes aglomerações de pessoas. Essas ocupações foram aceleradas pelas promessas de bonança e prosperidade apresentadas pelas castas governantes. Então as cidades incharam e trouxeram consigo muitos problemas, como as péssimas condições higiênicas das moradias, as doenças, que se alastravam com frequência, a fome e a miséria, que ameaçavam grande parte da população sem emprego e sem condições de se autossustentar.

Mudanças estavam acontecendo e provocando consequências imediatas, principalmente para os trabalhadores órfãos do feudalismo. Mas é sempre importante ressaltar que as transformações sociais não acontecem da noite para o dia, é um processo histórico. Naquele período era ainda muito mais complicado perceber essas transformações, pois não havia institutos de pesquisa para observar metodologicamente as mudanças e, ao mesmo tempo, uma rede internacional de computadores para espalhar essas informações de forma instantânea. O conhecimento caminhava e se propagava de forma muito mais lenta em relação aos nosso dias, mas é fato que existiam cientistas analisando a sociedade e construindo conhecimento.

Havia o desenvolvimento de uma forma de trabalho que se originou nos costumes das corporações de ofício e na manufatura inicial, que é a ação minimamente planejada, em que pessoas executavam tarefas lado a lado

e conjuntamente, no mesmo ou em diferentes processos produtivos, mas que objetivam o mesmo fim. Marx (1985) chamou a isso de cooperação.

Essa cooperação, quase que instintiva, estava atrelada ao princípio do autossustento, e isso é importante para entendermos a proposta da Cooperativa de Rochdale, que abordaremos mais à frente, pois antes das transformações produtivas que criaram as grandes indústrias, os trabalhadores tinham todas as condições objetivas para construírem suas casas, produzirem seus alimentos, suas roupas, seus equipamentos e não precisavam deter conhecimento como uma propriedade privada. A vida era muito menos complexa e as transições sucessórias nas famílias se davam por meio da oralidade, que acontecia de geração para geração.

As características dos trabalhadores, enquanto seres sociais do período industrial, ainda estão ligadas as suas origens que foram constituídas lá no feudalismo, então, as transformações que ocorreram no modo de produção não foram acompanhadas pela massa de trabalhadores, que continuavam desprovidos de possibilidades em relação a sua real condição de liberdade. A única transformação da qual os trabalhadores foram participantes nesse processo foi a perda de seu controle sobre a sua força de trabalho, pois um ex-artesão mantinha a sua força de trabalho, mas sem uma bigorna, sem um martelo, sem um pedaço de couro, sem sua cabana, e sem um pedaço de chão que poderia lhe prover o alimento, a única condição era submeter seu tempo e seu parco conhecimento para executar tarefas numa fábrica. Muitas vezes o trabalhador fazia algo totalmente diverso de sua experiência laboral, em troca de uma ração diária para sobrevivência.

O trabalhador que nos séculos XVIII e XIX perdeu a capacidade de autossustento, ficando sem suas ferramentas de trabalho, sem a capacidade de adquirir matéria prima para produção, foi desalojado e ficou sem um teto para morar e trabalhar, viu seu tempo ser controlado por outras pessoas e seu conhecimento transformado em uma espécie de objeto estranho e distante de si próprio.

Essa situação não é diferente do trabalhador dos nossos dias, em pleno século XXI. No passado o processo da manufatura e da maquinaria impuseram para a classe trabalhadora uma diversidade de tragédias físicas e psicológicas que hoje são repetidas pelo mesmo processo capitalista envernizado com o "*manto sagrado do desenvolvimento tecnológico*". É fato que em todos os cantos do mundo capitalista comtemporâneo, a concentração de riquezas nas mãos de poucas famílias convive lado a lado com a miséria da absoluta maioria da população deste planeta, portanto as desigualdades são brutais.

Os conflitos existem, é inegável que o sistema capitalista continua gerando tragédias humanas e ambientais como o caso de Mariana-MG. No momento da construção deste texto registra-se o primeiro aniversário do crime ambiental e quase nada significadtivo aconteceu para reparar as consequências provocadas pela ganância de um pequeno número de pessoas beneficiadas pelo lucro das empresas envolvidas.

Mas os trabalhadores sempre opuseram reações, como veremos na seção a seguir.

3. Os movimentos de resistência dos trabalhadores

Essa condição generalizada de exploração do século XIX é permeada de conflitos. Muitos trabalhadores não

aceitavam a condição de precariedade imposta e, em diversas oportunidades, criavam ações para sabotar o crescimento da exploração da recém organizada classe capitalista. Um exemplo que ilustra bem essa condição é a revolta dos Ludistas, entre 1811 e 1812.

Imaginava-se, na época, que no futuro não haveria mais condições para um ser humano sobreviver sem a interferência vital de uma máquina. Ned Ludd foi um personagem criado pelos trabalhadores revoltados com o grande avanço das máquinas, que destruíam postos de trabalho. Esse movimento clandestino resolveu destruir as máquinas que existiam na época, pequenos teares movidos a vapor ou por engrenagens, como forma de impedir o crescimento da ideia de substituição do ser humano pela máquina. Imagine, caro leitor, se um "ludista" entrasse hoje numa planta da Volkswagen, como seria sua reação!

Mas o que realmente importa é que os trabalhadores, desde os primórdios do capitalismo, sempre resistiram, muita vezes de forma violenta e outras de forma estratégica, como foi a experiência da primeira cooperativa na cidade de Rochdale, na Inglaterra, o berço da indústria e do capitalismo, em 1844. Vinte e oito operários, em sua maior parte tecelões, organizaram-se solidariamente para minimizar as consequências provocadas pela falta de emprego e de condições dignas de vida, para enfrentar a pobreza e a fome da população que rodeava as fábricas da cidade. Esses trabalhadores não só se organizaram para conseguir ofertar alimentos de forma acessível a todos, mas também criaram princípios de relacionamento e prática de cooperação, que vigoram até os nossos dias.

A resistência da classe trabalhadora também está registrada na criação dos sindicatos, que eram formas orga-

nizadas de combater os abusos provocados pela ganância dos burgueses em ampliar sua capacidade produtiva e a constituição de poderes extra fábrica, que o valor de suas mercadorias lhes proporcionavam.

Vale ressaltar que os trabalhadores que vivenciaram esse período inicial do capitalismo não faziam piquetes, mobilizações ou greves porque eram más pessoas. Não se revoltavam porque eram contra um sistema que ainda não estava bem delineado teoricamente, mas sim porque a condição humana de vida, sua essência, estavam ameaçadas. Após séculos de desenvolvimento tecnológico, o verniz ilusório que cobre o capital e ilude a classe trabalhadora continua com a mesma química.

Por muito tempo a história foi contada, e ainda o é, pelos detentores dos meios de comunicação, que à sua vontade enviesam suas intenções e constroem uma opinião na sociedade sem que uma oposição possa surtir efeito.

O que estamos vendo em nosso dias, é uma conjuntura bastante rica em termos de transformações sociais, pois a classe trabalhadora está sendo conduzida não mais pela força bruta, muito embora isso ainda aconteça e de forma pouco sutil, mas as transformações estão sendo tocadas para frente por meio de ações parlamentares, judiciais ou comunicacionais. Nascimento e Sbardeloto (2008) analisam a ideia de Gramsci que aponta para a complexa formação das relações ideológicas e culturais como o centro emanante de conciliação das relações sociais.

É certo que em nossos dias não é muito diferente, mas durante todo o século XIX e início do século XX, as organizações dos trabalhadores foram bombardeadas por uma classe que um dia foi revolucionária. A burguesia provocou transformações na Revolução Francesa mas, após se

consolidar como poder de Estado e como dominadora dos meios de reprodução da própria sociedade na Revolução Industrial, mudou de lado e se tornou a classe opressora, que impede a qualquer custo que a classe trabalhadora seja condutora de uma nova forma de organização da sociedade.

Ressaltemos aqui fatos da história de resistência dos trabalhadores. Um marco histórico é a Comuna de Paris, já no final do século XIX. Envoltos em um sentimento de liberdade e democracia, construídos pela Revolução Francesa, o país vivia uma ebulição política, com golpes e contragolpes. No entanto, a burguesia que, para tomar o poder, buscou aliança com os pequenos trabalhadores urbanos e camponeses, depois traiu a aliança, buscando seus interesses abriu um flanco em sua estrutura de poder. Aproveitando as condições objetivas provocadas pelo descontentamento dos trabalhadores com as falsas promessas e o agravamento da precarização das condições de vida e trabalho, os trabalhadores tomaram o poder e fundaram a Comuna de Paris. Em pouco tempo, esse governo revolucionário introduziu reformas, como o fim do trabalho noturno, a desapropriação de residências desocupadas para serem entregues aos sem teto, o salário dos professores foram duplicados etc. As propostas dos trabalhadores eram extremamente favoráveis a eles, mas descontentaram de forma radical a classe burguesa, que também lutava para se consolidar no poder, não só na França como em todo o mundo. A reação burguesa foi brutal, violenta e ardilosa. Aproximadamente 80 mil pessoas foram mortas e cerca de 40 mil foram presas e torturadas.

Logo na sequência, temos a organização da Internacional Socialista de 1891 pela luta das 8 horas diárias de

trabalho, o Movimento da Sufragistas, no início do século XX, que exigia o direito do voto das mulheres nos EUA e na Inglaterra, e os inúmeros movimentos de greve que aconteceram em todos os cantos do mundo.

No Brasil, tivemos inúmeros casos de movimentos de resistência da classe trabalhadora ao longo da história, como as Ligas Camponesas, no nordeste do Brasil, no início do século XX; as greves desse período, em especial a Greve Geral de 1917; a criação dos sindicatos anarquistas; Canudos; a consolidação e capilarização do Partido Comunista; a Coluna Prestes; a consolidação do movimento sindical a partir de Vargas; os movimentos de luta contra a ditadura civil/militar e pela redemocratização do país; a capilarização dos movimentos de luta pela terra; até chegarmos aos anos 1980, com a criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. Nesse momento histórico, houve uma convergência da luta dos trabalhadores em torno desses dois organismos políticos, mas o final dessa mesma década marca a pulverização dos interesses da classe trabalhadora, dado que o momento de "redemocratização" do Brasil permitia a possibilidade de existirem várias organizações, defendendo uma variedade de interesses de grupos. Surgiram grupos políticos que se posicionaram claramente em defesa da classe trabalhadora, outros buscaram a conciliação de classe, com discursos em defesa do crescimento e do desenvolvimento capitalista para proporcionar a distribuição de renda, e outros que claramente defenderam os interesses da classe dominante, agora em cooperação com o capital internacional.

No final da década de 1970, o Brasil enfrentou uma forte crise, que redundou no desemprego em massa e na reorganização produtiva dos anos 1990. Esse período se

caracterizou por uma forte tendência à privatização e a desregulamentação do trabalho e das relações econômicas. Houve o enfraquecimento da rede de proteção social a questão social foi pulverizada em atendimento a necessidades pontuais de grupos e não mais da sociedade como um todo, transformada em grandes mercados.

Mas as crises afetam o desenvolvimento capitalista, e portanto o sistema precisa criar condições de contorná-las. Em Brenton Woods, em 1944, costurou-se um acordo entre as superpotências para a reconstrução do mundo após a Segunda Guerra Mundial. O Fórum Econômico Mundial, fundado em 1971, desde então se posiciona como uma instância que busca conciliar os interesses capitalistas em torno da visão de que, sendo os efeitos da globalização irreversíveis, é preciso entender as interrelações entre os países para potencializar seus efeitos e eliminar seus defeitos, por conta da cooperação internacional. No entanto, tendo em vista que esse fórum, que ficou conhecido inicialmente como Fórum de Davos, é formado pelos países ricos, pode-se depreender que os interesses que são protegidos em primeiro plano são os interesses de seus pares, suas organizações, e não dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Em contraponto ao Fórum de Davos, em 2001 aconteceu, em Porto Alegre, o primeiro Fórum Social Mundial, que teve como principal argumento aglutinador de todos os trabalhadores no mundo, a ideia de resistir à exploração capitalista, com propostas de gerar renda e construir um mundo diferente, mais justo e solidário. A criação desse fórum é tão importante para a classe trabalhadora como foi a criação da cooperativa de Rochdale, pois se por um lado os 28 trabalhadores que criaram a primeira cooperativa e

mostraram para o capital que era possível uma outra forma de organização da economia, o Fórum de Porto Alegre mostrou ao mundo que os trabalhadores podem, e sabem, e querem, construir um mundo diferente.

As bases das propostas de geração de emprego e renda foram construídas com os ideais de cooperativismo e no associativismo, na autogestão de trabalhadores em todos os segmentos da economia. Dali surgiram no mundo todo propostas e ações que transformaram a vida de milhares de trabalhadores e hoje podemos contar com inúmeras experiência exitosas em toda a América Latina, como a Economia Popular Solidária.

Mas nem todos os caminhos, por mais progressistas que pareçam, têm objetivos emancipatórios. Precisamos aprender a diferenciar os "cantos de sereia" das propostas que realmente possam trazer mudanças no sentido de buscar superar o modo de produção capitalista, como veremos a seguir.

4. As contradições e as armadilhas nas lutas dos trabalhadores

Marx (2012) analisou as relações que aconteceram no mundo ao seu tempo, e fez uma análise profunda para refletir sobre posições políticas publicizadas em relação ao trabalho. Em "Crítica ao Programa de Gotha", o autor se refere a uma tese que aparentemente era favorável à luta dos trabalhadores: o trabalho é o gerador da riqueza e da cultura. Marx apresentou a antítese da ideia: a partir do momento que o trabalho é compreendido como um "criador sobrenatural" de riquezas e cultura, somente pode fazer sentido para o burguês, que se empodera dos meios de produção e se apropria do trabalho dos outros (dos traba-

lhadores), que por sua vez, transformam a natureza de forma social, e geram riqueza. Portanto, na síntese, Marx afirma que o trabalho deve ser compreendido dentro da lógica coletiva em sociedade e, desse modo, somente o trabalho social produz riqueza e cultura. Assim, olhando mais de perto, Marx constatou que a ideia da tese era apenas um joguete de palavras e um conjunto de argumentos vazios.

Temos que prestar atenção a esses jogos. A tendência, no modelo hegemônico, sempre é a de cooptar uma ideia, isto é admitir sua importância e, no momento seguinte, utilizar táticas para subsumi-la, isto é, "torcê-la" de modo que a mesma se adapte ao contexto das ideias hegemônicas.

Existem vários exemplos de ideias cooptadas e subsumidas, como a da sustentabilidade. Quando pensada pelos movimentos sociais de preservação ambiental, o conceito era muito mais amplo e tinha cunho político. Sustentabilidade indicava a necessidade de parar a degradação, mudar o rumo da produção, mesmo que houvesse prejuízo econômico para empresas e países. Uma visão desse conceito, a partir dessa abordagem ampla e política, é sintetizada por Mészáros (2007, p. 190):

> Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais.

Mészáros utiliza a linguagem sarcástica quando diz que as determinações econômicas às quais o homem médio se submete são "quase naturais". Ele aponta, de for-

ma muito lúcida, o processo de cooptação e subsunção de ideias, diariamente praticado pelo modo de produção capitalista. A busca é sempre por tornar natural a exploração humana, a necessidade de produzir, de crescer, de consumir. Ouvimos isso o tempo todo, como se não houvesse outro caminho para que vivêssemos bem. E, se não existe outro caminho, é o raciocínio capitalista, mas precisamos, claro, minimizar os custos da degradação ambiental (afinal, da natureza vêm as matérias primas que são transformadas em riqueza pelo trabalho social), temos que equilibrar as demandas das dimensões econômica, social e ambiental, presentes nas atividades produtivas (Elkington, 1997) o que significa, na prática, buscar a conciliação de interesses. Um exemplo de como essa "conciliação" realizada na prática é o mercado de "créditos de carbono". A partir de uma conta surreal, uma empresa pode poluir no Norte do planeta se algum país do Sul preservar suas florestas, ou se uma empresa no Sul plantar florestas de eucaliptos! Como se a perda da diversidade ambiental de um local, e a consequente perda de qualidade de vida para a população daquela localidade, pudesse ser compensada!

Esperamos que a ideia do movimento coordenado de cooptação e subsunção tenha ficado claro, porque é essencial para entendermos as armadilhas que enfrentamos.

O movimento cooperativista iniciado em Rochdale é um marco importante para a Economia Popular Solidária, pois dentre tantas formas de organização de resistência, ela permanece atual e extremamente factível em nossos dias. Mas a burguesia tenta, desde sempre, por meio do processo cooptação/subsunção, transformar Rochdale em sua própria derivação social. De fato, vemos cooperativas capitalistas, como algumas de serviços de saúde, no segmento

bancário, outras que se dedicam a atividades agroindustriais... mas essas "cooperativas" pouco se assemelham à ideia e à prática de Rochdale; muitas mais se parecem com empresas, nas quais as ideias das pessoas valem a quantidade de cotas que o idealizador possui na organização.

Outra distorção da ideia do cooperativismo, surgida do movimento cooptação/subsunção, é apelar para a cooperação, e afirmar que existe cooperação nas empresas. De fato o capital desenvolveu, segundo Marx (1985), a cooperação entre trabalhadores, mas como um processo de trabalho em que os atores não determinam absolutamente nada, nem mesmo o tempo que devem dedicar a uma tarefa específica, inclusive se esta tarefa for sua própria higiene pessoal.

Giannotti e Giannotti (2016) trazem em sua explicação sobre a história do 8 de março[1] uma passagem que ilustra bem essa situação:

> ... um dos tantos acidentes de trabalho, ocorridos no começo do século XX (...) aconteceu na mesma cidade da greve das costureiras, em 1911. Nesse episódio, em 25 de março, foi registrada a morte, durante um incêndio, causado pela falta de segurança nas péssimas instalações de uma fábrica têxtil, de 146 pessoas, na maioria mulheres. As portas da fábrica estavam fechadas, como de costume, para que as operárias não se dispersassem (...).

Por mais que a indústria de conteúdo, dominada pela

1 Existem muitas versões sobre as datas históricas comemorativas oriundas da classe trabalhadora, no caso o Dia da Mulher comemorado no dia 8 de março é um desses casos. O motivo pelo qual se decretou a data não é uma unanimidade, mas o que em nenhuma das versões é contestado são as péssimas condições de trabalho, a opressão e as condições desumanas de vida e trabalho que a classe trabalhadora de uma forma geras estava sujeita.

burguesia mundial, tente cooptar e mudar a essência do movimento cooperativista, transformando-o em um instrumento de gestão capitalista, os trabalhadores organizados, sejam em cooperativas populares ou em sindicatos, não podem deixar que suas conquistas sejam subsumidas por estratégias de retórica das elites dominantes.

A Economia Popular Solidária, da mesma forma que o movimento cooperativista, é assediado constantemente por ações orquestradas pelas elites que, com recursos do Estado, oferecem esperanças aos trabalhadores que optarem pela lógica do assistencialismo e da meritocracia. É muito comum encontrarmos ações na sociedade com argumentos propositadamente abstratos para criar ideias confusas a respeito do que venha a ser o conceito de solidariedade de classe.

A indústria de conteúdo, que tem uma infinidade de aliados em todos os setores da sociedade, impõe a ideia de que fazer caridade é a mesma coisa que ser solidário. Embora as duas formas de relação humana sejam importantes, uma tem um caráter assistencial e outra tem caráter libertador. É uma disputa ideológica entre classes, em que de um lado está o detentor do poder econômico, criador de uma ilação chamada Estado, que obriga a outra classe, a trabalhadora, a se submeter aos seus interesses.

O movimento cooperativista tem como um de seus princípios básicos a educação e a formação dos cooperados. Neste ponto, o movimento entra em conflito brutal com os detentores do poder econômico. Por um lado, o movimento cooperativista luta para construir um modelo de formação para o trabalho que seja libertador e que aponte para as emancipações humanas. Do outro lado, a burguesia, por meio Estado, mantém o controle da educa-

ção formal dentro dos princípios positivistas e adestradores da lógica da educação profissionalizante.

O modelo hegemônico dissemina a divisão social do trabalho que favoreçe escancaradamente a burguesia. Os trabalhadores que colocam a "mão na massa" recebem uma educação profissionalizante baseada na ideia de que este ser social será o trabalhador que colocará a sua força de trabalho na produção. Os trabalhadores que não colocarão sua força física para o trabalho estarão pensando, planejando, ordenando, coordenando e criando o trabalho para os outros.

A indústria do conteúdo, assim como a educação, têm papel preponderante na mistificação da luta de classes em nossos cotidianos. A ideia dominante, a da meritocracia, já comentada, é naturalizada pelos meios de comunicação: o esforço pessoal acima das expectativas será recompensado. Porém, quando lutar por seu futuro significa mobilização e organização de classe, a argumentação muda de conotação. Esse esforço pessoal, orientado para participar da luta coletiva, deixa de ser considerado positivo e é associado com violência e falta de algo mais sério e útil a fazer. Esse caráter depreciativo é martelado em todas as manifestações. Para a burguesia, as lutas dos trabalhadores devem ser evitadas e desmotivadas a qualquer custo.

O que define uma Organização Produtiva Solidária (OPS) dentro da lógica da Economia Popular Solidária e do Cooperativismo não é o verniz que a indústria do conteúdo "enfia goela abaixo" das consciências dos trabalhadores, ou ainda da inculcação que o estado burguês promove nas mentes dos trabalhadores desde os seus primeiros dias numa escola (SAVIANI, 2008). A definição se dá pelas práticas solidárias, fraternas e justas entre os trabalhado-

res. Não tem como esconder a prática, por mais que nossa sociedade esteja dominada pelos meios de reprodução da ideologia capitalista burguesa. Suas crises constantes deixam fendas enormes na retórica. As feridas que os trabalhadores oprimidos carregam não podem ser tamponadas. Quando um trabalhador oprimido olha no olho de seu igual, todos sabem o que está acontecendo e a adesão a uma resistência é apenas uma condição, um caminho para a consciência de classe, que precisa ser construída.

5. O Estado, que papel cumpre ou pode cumprir?

A indústria de conteúdo e a escola dizem que o Estado é um aparelho que regula a vida em sociedade, tratando a todos como iguais. No entanto, na verdade, o Estado é uma sociedade política, e como tal, representa os interesses dos grupos sociais que o compõe. Na prática, os grupos entram em conflito entre si, porque os interesses podem divergir. Quem ganha a disputa consegue impor sua vontade sobre os demais grupos. E impõe sua vontade a partir do exercício de governar. Por isso podemos ter a sensação, quando olhamos as esferas do governo, de que não estamos sendo representados. Se essa sensação se apresenta, é porque nossos interesses perderam a disputa e foram colocados em segundo plano.

Para Lenin (2009, p.):

> O Estado é o produto e a manifestação do fato de as contradições das classes serem inconciliáveis. O Estado aparece precisamente no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições das classes não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições das classes são inconciliáveis.

Lenin (2009) continua sua análise citando Marx, que afirma que o Estado aparece em nossa história como um órgão que, por essência, tem a obrigação de conciliar as contradições e as lutas de classe. Nessas contradições surgem as resistências dos trabalhadores que, cansados de serem enganados e explorados, organizam-se e constroem suas próprias formas de sobrevivência. Porém, à medida que os trabalhadores estão fora da máquina do Estado ou ainda têm em suas figuras representativas o mesmo caráter conciliatório, a estrutura tende naturalmente a trabalhar para quem de fato lhe dá forma, a burguesia, e nesse sentido o Estado passa a se caracterizar como um boneco, uma constante invenção das elites dominantes capitalistas.

Normalmente o Estado, quando age no sentido de organizar as estruturas dos trabalhadores, sempre teve, em nossa história, a intenção de domesticar a luta, controlar as ações, tutelar as mentes, e porque não dizer, apropriar-se de um pedacinho da alma de cada trabalhador que esteja sob a sua administração.

Essa reflexão se refere à nossa história, ao que já passou, claro que podemos construir outro futuro!

É interessante esse caminho do raciocínio em relação ao Estado e a geração de políticas públicas, pois foi a partir de 2003 que o Estado brasileiro passou a ter políticas públicas que atendessem de fato às reivindicações dos trabalhadores que se organizaram a partir do primeiro Fórum Social Mundial. Tanto os trabalhadores do campo quanto os trabalhadores urbanos, excluídos das relações de consumo capitalista, marginalizados pelos conflitos sociais que provocaram seu afastamento das esferas sociais iniciais, como a própria família, ou mesmo aquelas pessoas que nunca foram incluídas em absolutamente nada e portanto

constituíam o exército do lumpensinato[2].

A partir do governo Lula, a Economia Solidária passou a ter um papel importante na definição de políticas públicas que fomentassem as iniciativas dos trabalhadores para a geração de trabalho e renda, com viés emancipatório. No entanto é fato que, mesmo com incentivos financeiros, por meio de projetos de órgãos estatais como bancos, universidades e agências fomentadoras de ciência e tecnologia, o investimento do Estado brasileiro foi absolutamente tímido quando comparado com o investimento no outro setor que também atua nesse segmento, que é o Sistema S.

A tabela abaixo dá uma pequena dimensão sobre os recursos investidos na Economia Solidária para as cooperativas e associações de trabalhadores e os valores que o Sistema S recebeu e utilizou para executar seus projetos de formação profissionalizante. Fazendo uma busca por dados de financiamento em sites do Governo Federal, encontramos poucas informações, mas apenas com duas notícias oficiais podemos fazer uma comparação:

Órgão	Ano	Público atendido	Investimento do governo
SENAES	2007 a 2015 (8 anos)	339 projetos em 2,5 mil municípios das 27 unidades da Federação	R$ 541 milhões
Sistema S	2015 (um ano)	destinado à modalidade bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	R$ 187 milhões

Quadro 1 - Comparativo dos investimentos governamentais na Economia Solidária e no Sistema S. Fonte: BRASIL (2015a); BRASIL (2015b)

2 Na sociologia marxista, o lumpesinato é a camada social carente de consciência política, constituída pelos operários que vivem na miséria extrema e por indivíduos direta ou indiretamente desvinculados da produção social e que se dedicam a atividades marginais.

Temos que ressaltar que esses investimentos não começaram em 2007, é bem verdade que o financiamento de programas de proteção social existem há muito tempo. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso foram criados vários programas, dentre eles os programas de transferências de recursos para os mais carentes. O objetivo desta informação não é comparar os governos Lula x FHC, mas sim dar uma dica sobre o papel do Estado e suas intenções quando nos referimos ao lado que a máquina mais ajuda.

Isso não significa que não devemos lutar pelos recursos do Estado. Devemos, sim, dado que os recursos do Estado são recursos oriundos dos impostos e das contribuições de todos nós, trabalhadores, portanto devemos exigir investimentos nas áreas prioritárias para a classe trabalhadora, e nos opor com veemência a qualquer uso de recursos públicos para beneficiar a burguesia. Devemos ocupar os conselhos gestores, devemos participar de todas as fases do ciclo das políticas públicas. Devemos exigir políticas em todas as áreas e, devemos ser parte essencial do processo de decisão das alternativas que serão adotadas como do conteúdo das políticas públicas, devemos fazer parte das comissões responsáveis pela implementação e também de sua avaliação.

Mas temos que nos organizar para ir para além dos recursos do Estado. Como já refletimos, se o Estado e, portanto as políticas, são fruto da luta de classes, e se a atual classe dominante produz a agenda, não podemos nos colocar à mercê das mudanças de maré. Os trabalhadores, unidos, precisam criar condições objetivas para poder viver independentemente do Estado e, constituindo alternativas efetivamente viáveis, demonstrar que existem outras formas de organização para além daquelas impostas pelo mo-

delo hegemônico e, assim, caminhar para a conquista das emancipações humanas.

Além de construir um caminho de libertação das ações limitadoras do Estado, é papel da classe trabalhadora organizada defender suas lutas, suas conquistas e seus instrumentos organizativos emancipatórios, como a Economia Popular Solidária.

Referências

BRASIL. Economia e Emprego. **Economia Solidária beneficia 275 mil pessoas no País**. Internet http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/economia-solidaria-beneficia-275-mil-pessoas-no-pais acesso em 14abr2016.

BRASIL. Educação. **Sistema S receberá R$ 187 milhões destinados ao Pronatec**. Internet http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/02/sistema-s-recebe-r-187-milhoes-destinados-ao-pronatec

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997.

GIANNOTTI Vito; GIANNOTTI, Claudia Santiago. A origem socialista do dia da mulher. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro:Livros Técnicos e Científicos Editora, 1986.

LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. Clube de Autores, 2009.

MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Biotempo, 2007.

NASCIMENTO, Maria I.Moura, SBARDELOTTO, Denise K. **A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci.** Campinas: Revista HISTEDBR, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

capítulo 2

Economia Popular Solidária - Origens, Conceito, Limites e Desafios

Cristiane Betanho
José Eduardo Fernandes

1. Introdução

Muito se ouve falar sobre Economia Popular Solidária (EPS), mas será que sabemos o que significa essa expressão, na prática e na teoria?

Analisando a prática da EPS, como refletida nos capítulos seguintes deste livro, entendemos ser importante, para responder à questão acima, retomar gênese do conceito de economia. Na sequência, refletiremos como a inclusão do termo solidariedade propõe uma transformação na orientação teórica da práticas econômicas. Finalmente, abordaremos os limites e os desafios que os trabalhadores precisam enfrentar para realizar a solidariedade na prática.

2. O que é Economia?

Para entender EPS, a primeira coisa de que precisamos é apreender o significado de Economia. Se o pensamento imediato voltou-se ao dinheiro, e todas as associações ao financeiro (o que temos para gastar e investir, o quanto temos que juntar para comprar algo), sabemos apenas em parte o que significa a expressão.

De forma geral, Economia é uma ciência social, que estuda os processos de produção, distribuição, acumulação e

consumo de bens materiais. As Ciências Sociais estudam a vida social humana, suas origens e desenvolvimento, as relações do homem com seus pares e o meio em que vive. Portanto, entender Economia vai para além de estudar a decisão do que fazer com o dinheiro. Temos, prioritariamente, que refletir que os grupos sociais decidem o que será produzido e para quem será produzido, por quem será consumido e quem será excluído dos processos de produção, distribuição e acumulação de bens materiais.

Por exemplo, uma empresa que decide produzir um automóvel de 200 mil reais, tem em mente atender apenas um grupo de consumidores, e os demais grupos não são considerados como importantes pela mesma. Mas a lógica não se aplica apenas aos produtos caros. Também se aplica aos serviços essenciais privatizados. Se o cidadão não tem dinheiro, não tem acesso à energia elétrica, mesmo que a mesma seja essencial para a manutenção da qualidade de vida de sua família.

Daí o leitor pode considerar: "as empresas são perfeitamente livres para decidir quem elas atenderão", e estará certo do ponto de vista do sistema econômico hegemônico. Do ponto de vista crítico, precisamos chamar a atenção para o fato de que existe um processo de escolha, que leva em consideração os interesses de um grupo de pessoas – os donos ou acionistas das empresas, sem levar e consideração os interesses da sociedade como um todo.

Então existe intencionalidade nas decisões econômicas, isto é, quando ouvimos a frase "o mercado é assim mesmo", devemos entender que essa afirmação não pode ser considerada como verdade absoluta. Ela não explica por si só os movimentos de crise e desenvolvimento.

O mercado é resultado das escolhas dos grupos sociais.

Essas escolhas levam à necessidade de prestarmos atenção a desdobramentos do conceito de Economia: a existência de fatores produtivos, necessários à produção e distribuição dos bens que serão consumidos; e a propriedade sobre os fatores produtivos e sobre o resultado da realização dos bens materiais produzidos, isto é, como se dá a apropriação do valor resultante do processo que vai da produção até a comercialização.

Os fatores produtivos podem ser classificados em três grupos: Recursos Naturais; Capital; e Trabalho.

a) A Terra e os Recursos Naturais, no sistema hegemônico, estão sob propriedade de pessoas, que exploram esses recursos de forma mais ou menos livre, de acordo com restrições legais que sejam feitas pelo Estado. Por exemplo, uma mineradora tem que obedecer a leis ambientais, pagar impostos etc. No entanto, existem movimentos sociais emancipatórios da classe trabalhadora que chamam a atenção para o fato de que a propriedade sobre a terra e os recursos naturais, como imposta pelas classes dominantes, pode ser contestada se pensarmos nos habitantes originais do planeta. Por exemplo, o Brasil era ocupado por uma série de etnias indígenas, e as mesmas foram expulsas de suas terras, que foram apropriadas pelos colonizadores. Posteriormente essa violência foi legalizada pela emissão de títulos de posse, nem sempre obtidos por meios lícitos. Além disso, movimentos sociais chamam a atenção para a concentração da propriedade sobre a terra nas mãos de poucos, em detrimento das necessidades das pessoas.

Importante, aqui, de novo, é indicar que a decisão de concentrar os recursos naturais e a terra nas mãos de poucos foi tomada por grupos de pessoas que querem manter seu poder sobre a sociedade, portanto, a propriedade e a

exclusão foram decididas por grupos sociais e não são portanto, atos naturais, mas decisões de grupos que forçam relações de poder sobre seus semelhantes.

b) O Capital, isto é, a propriedade sobre os recursos financeiros e, consequentemente, os bens que são adquiridos por quem detém esses recursos financeiros, é outro fator de produção, e a reflexão sobre sua apropriação segue o mesmo raciocínio que utilizamos para entender a questão da existência e a apropriação da terra e recursos naturais. De acordo com dados de pesquisas recentes, amplamente publicados pela imprensa, o estrato da população mundial que corresponde ao 1% mais rico detém 50% da riqueza gerada pelo planeta, e o patrimônio das 8 pessoas mais ricas do mundo equivale às posses de metade da população mundial (OXFAN, 2017). Novamente, chamamos a atenção para o absurdo da situação. É natural que poucos tenham tanto e tantos tenham pouco ou nada?

Existem argumentos que afirmam que essa desigualdade é fruto da "meritocracia". Essa expressão é utilizada para designar o sistema social que se pauta pela liderança baseada no mérito e no esforço pessoal, ao invés de se basear em riqueza ou classes sociais. Isto é, as pessoas que têm mais posses, independentemente de sua origem, e que têm o "dom de liderar", merecem o que têm, e merecem os privilégios, porque se esforçaram mais do que as pessoas que não têm muito ou não têm nada.

No entanto, em contraposição, podemos perguntar: as condições iniciais das pessoas que têm muito e as que têm pouco ou nada são as mesmas para que possamos dizer que alguns se esforçaram mais que os outros, isto é, todas as pessoas tiveram as mesmas condições para preservar e melhorar a saúde, as mesmas oportunidades para estudar?

Partiram da mesma condição financeira?

Se você olhar à sua volta com bastante atenção, poderá se surpreender. Existem pessoas que não precisaram trabalhar e estudar ao mesmo tempo, existem pessoas que receberam herança de parentes, existem rendimentos diferentes para trabalhos diferentes, apesar de todos os trabalhos serem necessários à manutenção da vida humana... Então, não se pode falar em mérito, e sim, novamente, é por escolha de um agrupamento social que existem pobres e ricos. Portanto, que o Capital, enquanto fator produtivo, esteja concentrado nas mãos de poucos. Esse agrupamento social espera, com essa concentração de recursos, afirmar seu poder sobre o outro grupo, responsável pelo último (mas não menos importante) dos fatores produtivos, o Trabalho.

c) O Trabalho, enquanto fator produtivo, é o responsável pela geração de riquezas, posto que é a mola mestra da transformação dos recursos naturais, insumos e matérias-primas em bens materiais para que grupos humanos possam adquiri-los e consumi-los. É por meio do trabalho que são geradas as inovações, é por meio do trabalho que se dá a fabricação de produtos e a disponibilização de serviços, é o trabalho que coloca as mercadorias a disposição para a comercialização etc. Portanto, sem o trabalho, não haveria produção de riquezas. No entanto, o trabalho não é valorizado, no sistema econômico que vivemos, como deveria.

O trabalhador vende sua força de trabalho para uma empresa, que detém os recursos naturais e o capital, para que a mesma possa produzir e disponibilizar bens e serviços aos mercados. Em troca do trabalho que desempenha, o trabalhador recebe um salário. Como resultado da compra e venda das mercadorias que colocou à disposição para venda nos mercados, a empresa coleta o preço. O va-

lor arrecadado pela empresa é sempre superior aos gastos aos quais a mesma incorre para produzir os produtos, somando os gastos com a manutenção de sua estrutura, com o pagamento dos salários, aquisição de matérias-primas e insumos, logística, comunicação, pagamento de impostos etc. O que sobra do pagamento de todas essas despesas é denominado lucro, e é apropriado pelos donos da empresa.

No sistema econômico em que vivemos, a apropriação dos lucros por parte dos donos das empresas é considerada natural e justa, afinal de contas, foi a empresa que coordenou e pagou pelo trabalho e pelas matérias-primas e insumos, foi a empresa que produziu e correu riscos de não ser bem-sucedida. Na realidade, não é bem assim. As empresas planejam suas atividades e tomam empréstimos, portanto correm riscos calculados (isto é, só investem no que têm certeza de resultados, porque fizeram os cálculos antes). Por outro lado, não foi a posse dos recursos produtivos Capital e Recursos Naturais o fator predominante para que a geração de valor acontecesse na prática, e sim o concurso do trabalho social, que pertence ao trabalhador.

Portanto, o trabalho deveria ser mais valorizado. No entanto, o que se vê é que existe uma pressão constante das empresas pelo rebaixamento dos salários e pelo aumento da produtividade e das jornadas de trabalho. Essa pressão se dá, na prática, pela constante ameaça da substituição do trabalho humano por máquinas, pela diferenciação dos salários pagos em função de trabalhos diferentes (considerados mais, ou menos, importantes) e de demissão (com a consequente perda da capacidade do trabalhador de adquirir produtos e serviços para a subsistência de si e de sua família).

De novo, é importante salientar que essas pressões são fruto da decisão de agrupamentos sociais, e não imposições da natureza. Compreender isso é essencial para podermos refletir sobre a injustiça das diferenças entre as classes sociais e como podemos combatê-las.

As escolhas feitas pelas classes sociais (o que se produz e para quem se produz; como se distribuem os produtos; como são valorizados os fatores produtivos; quem acumula riqueza), estabelecem a configuração dos sistemas econômicos. O sistema sobre o qual vivemos, resultado das escolhas dos grupos hegemônicos, é denominado genericamente Economia de Mercado.

Nos livros de Economia, encontramos a descrição do que se denomina Economia de Mercado como um sistema em que os agentes econômicos (empresas, famílias, sistema financeiro) são relativamente livres para tomar decisões de como agir, dentro da legalidade instituída pelo Estado, que deve, pela ótica desse sistema, apoiar o desenvolvimento das atividades econômicas, com a mínima restrição possível.

Nesse sistema, em tese, a adesão aos contratos e a transmissão de bens e propriedades é livre, a propriedade é protegida por lei e ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros. Os preços não são regulados pelo Estado, e sim pelos próprios agentes econômicos, assim como a oferta de bens deve equacionar-se à demanda, sem interferência estatal.

No ideário liberal, base da Economia de Mercado, entende-se que essa liberdade de todos os agentes faz com que eles entrem em equilíbrio entre si, portanto nesse sistema não haveriam conflitos, os consumidores seriam os "reis" e as organizações seriam econômica, ambiental e socialmen-

te “sustentáveis”, produzindo e satisfazendo a todos.

Essa é a descrição, na teoria, do ambiente econômico do qual fazemos parte e com o qual fazemos trocas, vendendo nossa força de trabalho e, com o resultado auferido dessa venda, comprando mercadorias que nos satisfazem? Realmente você está satisfeito com os produtos que adquire? Acredita que as empresas cuidam do meio ambiente, que elas são socialmente responsáveis, que pagam a retribuição justa por sua força de trabalho?

Se a resposta do Educando é “não”, você já está incomodado com uma coisa comum no mundo da economia de mercado que se chama “abusar da retórica”: as empresas constroem discursos bonitos, fazem lindas descrições delas mesmas e prometem mundos ideais nas propagandas. No entanto, essas construções de imagem e essas promessas são pouco ou nada conectadas com as ações que configuram a prática do dia a dia dessas mesmas organizações.

Existem várias ideias contrapondo-se à Economia de Mercado. Uma das abordagens é a da Economia Popular Solidária, cuja proposta é criticar o sistema capitalista e construir práticas realmente solidárias entre as pessoas.

3. O que é Economia Popular Solidária?

Importante, para começar a entender o que significa Economia Popular Solidária em sua prática, é refletir sobre o significado da palavra solidariedade. Temos, normalmente, um entendimento muito parcial dessa expressão. Às vésperas do Natal e vizinhas aos desastres, surgem “campanhas de solidariedade”, solicitando a doação de mantimentos, roupas e brinquedos para aplacar a situação ruim em que vivem as pessoas menos favorecidas ou atingidas pelos desastres.

Normalmente, as pessoas doam o que lhes sobra ou o que não serve mais, achando que estão sendo solidárias. Mas a melhor expressão para denominar a ação dessas pessoas é "caridade", dado que a definição de Caridade, no dicionário Michaelis (2015 online) é: "sf (lat caritate) 1 Amor de Deus e do próximo. 2 Benevolência, bondade, bom coração, compaixão. 3 Beneficência, esmola. 4 Bolo de farinha de trigo, manteiga, açúcar e ovos."

Claro que retiramos da nossa discussão o famoso bolo caridade, nosso foco é a prática humana e não a culinária. Perceba que o ato de dar algo é sinônimo de esmola, e são caridosas as pessoas de bom coração, que praticam a beneficência, isto é, a prática da filantropia e do bem.

Solidariedade é uma expressão muito mais forte, e com significado mais complexo. De acordo com o mesmo dicionário Michaelis (2015 online), Solidariedade é:

> sf (solidário+e+dade) 1 Qualidade de solidário. 2 Estado ou condição de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, empresa ou de um negócio, respondendo todas por uma e cada uma por todas. 3 Mutualidade de interesses e deveres. 4 Laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras. 5 Dir Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras e cada uma delas por todas. 6 Social Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora. S. ativa, Dir: solidariedade em que cada um dos credores da mesma obrigação pode exigir do devedor não somente a sua parte da dívida, mas também a dos demais. S. orgânica, Fisiol: relação necessária que se estabelece entre um ato da economia e outro diferente que se produz em

> ponto muito afastado. S. passiva, Dir: aquela em que cada um dos devedores de um mesmo título responde pela soma total da dívida. S. social: consistência interna de um agregado social; coesão social.

Assim, quando falamos de uma Economia que tenha como base a prática (e não só o discurso) da Solidariedade, temos organizações produtivas que não são movidas apenas pela rentabilidade do capital mas, indo para além dos interesses privados, buscam um poder-agir sobre a Economia (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 201-, *online*), o conceito de Economia Solidária é multifacetado:

• Economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

• Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação de da inteligência coletiva, livre e partilhada.

• Politicamente, é um movimento social, que luta pela

mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Para Paul Singer (2002), as especificidades que distinguem um empreendimento solidário de um pautado pelas regras da economia de mercado são o estímulo à solidariedade entre os membros, via autogestão, e a reintegração de trabalhadores que foram expurgados do mercado de trabalho formal por questões estruturais, advindas do paradigma econômico neoliberal.

De acordo com a SENAES (2015, online), os princípios da Economia Solidária são:

a) Cooperação: ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;

b) Autogestão: as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

c) Ação Econômica: sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o con-

sumo;

d) Solidariedade: a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.

Apesar de a SENAES não utilizar o adjetivo "popular" no termo Economia Solidária, entendemos que o mesmo é imprescindível para caracterizar as Organizações Produtivas Solidárias que o Cieps incuba e o foco que entendemos importante para as políticas públicas emancipatórias de geração de trabalho e renda que devem ser desenvolvidas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária.

O movimento da Economia Popular Solidária tem aproximadamente 30 anos. Entre 1980 e 1990, as forças produtivas brasileiras foram parcialmente desmobilizadas. Parte das empresas foi à falência, parte se juntou em grupos maiores e parte foi incorporada por organizações internacionais.

Nesse movimento, houve redução do número de organizações, e as empresas passaram a adotar novas tecnologias. A conseqüência foi uma significativa redução de postos de trabalho e níveis alarmantes de desemprego no campo e na cidade. Parte da população não foi reabsorvida nas novas funções de trabalho criadas pelas novas tecnologias, porque não conseguiram se requalificar.

Foi nesse contexto que grupos de trabalhadores, alguns expulsos do mercado formal de trabalho, e grupos que nunca foram incluídos, como os camponeses e os catadores de

materiais recicláveis, buscaram empreender, aproveitando as habilidades que desenvolveram ao longo da vida.

Mas formar uma organização produtiva requer recursos e conhecimentos. Então esses trabalhadores uniram-se em grupos, buscando reduzir os riscos do investimento por meio da associação de esforços. Assim, no centro desses acontecimentos, a inspiração desses grupos se dava nos princípios do associativismo e no cooperativismo. Os trabalhadores que se envolvem na criação dessas organizações produtivas solidárias, em sua gestão e na produção e distribuição de valor para o mercado atual, em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios e depois buscam a geração de excedentes.

A denominação Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), de acordo com a SENAES, ou Organizações Produtivas Solidárias (OPS), que utilizamos no Cieps, é usada para diferenciar a essência do processo empreendedor dessas organizações. Na economia de mercado, empreender significa ter capital para comprar recursos naturais e explorar mão de obra. Nas Organizações Produtivas Solidárias, são os trabalhadores que são os detentores dos recursos naturais e do capital, ao mesmo tempo que administram e produzem valor.

Assim, por serem organizações formadas por trabalhadores, entendemos que o adjetivo Popular é essencial para caracterizar essa proposta de caminho. A Economia Popular Solidária, por meio da organização da classe trabalhadora, deve perseguir o objetivo de construir uma sociedade que seja sustentável e que supere as relações de exploração da economia de mercado. O trabalho não é uma mercadoria, é parte da vida do trabalhador. É o trabalho social que produz as mercadorias. Desse modo, se são os trabalhado-

res que produzem valor por meio do trabalho social, eles devem apropriar-se do sobrevalor gerado por esse trabalho e evitar que esse valor seja apropriado por um explorador.

Com essa visão, o quadro a seguir sintetiza as diferenças entre Economia Popular Solidária e Economia de Mercado, de acordo com o que vimos até agora:

ECONOMIA DE MERCADO	ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA
Capital e trabalho são recursos de pessoas diferentes	Capital e trabalho pertencem aos trabalhadores
Objetivo: lucro	Objetivo: retorno social e financeiro
Individualismo e Competição	Solidariedade e Cooperação
Concentração dos ganhos nos donos da empresa	Distribuição dos ganhos entre os donos, que são os trabalhadores
Agentes Econômicos	Agentes Econômicos e Sociais
Trabalhador é empregado, ganha salário e não participa da riqueza gerada	Trabalhador faz retiradas e divide a riqueza gerada com os demais trabalhadores-empreendedores, participantes do empreendimento
Poder sobre o mercado	Relacionamento com o mercado
Responsabilidade social é retórica	Responsabilidade social verdadeira
O Estado não participa (?)	O Estado e a Sociedade participam

Quadro 1. Diferenças entre Economia de Mercado e Economia Popular Solidária. Elaboração: própria

O Educando percebeu que, no quadro anterior, colocamos um ponto de interrogação (?) junto à última característica da economia de mercado. Fizemos isso de propósito para chamar sua atenção para mais um truque de retórica.

No discurso, os empresários dizem que precisam ser independentes do Estado, que o Estado não pode impor

leis e regulamentos que afetem o desenvolvimento das empresas, porque isso afetaria o equilíbrio que os mercados trariam à economia. Mas, na prática, você deve ter percebido que esses mesmos empresários não deixam de recorrer ao Estado para pedir empréstimos aos bancos públicos, e pedem socorro ao Estado, sempre que se veem diante de crises. Portanto, os empresários capitalistas só querem a interferência do Estado quando for interessante para eles. Incoerente, não?

Enquanto a economia de mercado se apoia no individualismo e aposta na competição para conquistar espaços, a Economia Popular Solidária é plural, precisa da solidariedade de vários atores. De acordo com a SENAES (2015), os grupos que desenvolvem a Economia Popular Solidária no Brasil estão classificados em quatro grupos sociais: empreendimentos econômicos solidários (para nós, OPS); entidades de apoio e fomento (EAF), como as incubadoras universitárias (no nosso caso, o Cieps) e organizações não governamentais; organizações representativas e movimentos sociais (OR), como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, na nossa região, o Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS); e órgãos governamentais de fomento à Economia Popular Solidária (GOV), nos níveis federal, estadual e municipal. No nível federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é o órgão responsável por viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária.

As iniciativas produtivas formadas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária têm formato diferente dos empreendimentos da economia de mercado. As OPS são sempre de titularidade coletiva, portanto são associações

ou cooperativas, quando formalizadas, e sempre supra-familiares, isto é, são sempre formadas membros de mais de uma família. Isso para salientar a responsabilidade de todos os trabalhadores sobre as decisões que afetarão o desempenho e os resultados das OPS.

4. Dilemas e Desafios da EPS

Vivemos em um mundo em que, atualmente, os relacionamentos e as trocas estão regulados pelos princípios da economia de mercado. Na prática, se queremos ocupar mercados e construir relacionamentos a partir dos princípios da Economia Popular Solidária, temos que não é fácil enfrentar as contradições que são inerentes a viver e fazer trocas dentro dos moldes hegemônicos. São exemplos de dilemas a enfrentar:

a) Os compradores, se existe mais de um fornecedor para o mesmo produto, tentam pressionar pelo rebaixamento de preços, induzindo a competição. Devemos "entrar no jogo"?

b) Devemos reduzir a qualidade dos nossos produtos, utilizando matérias-primas ou insumos de menor qualidade, a fim de reduzir os custos?

c) Devemos abrir mão da qualidade de vida no trabalho, pressionar os companheiros por aumento de produtividade, aumentar horas de trabalho, reduzir benefícios, para poder reduzir custos?

d) Devemos centralizar as atividades de gestão em poucos trabalhadores da OPS, porque eles já têm os conhecimentos necessários ao processo de planejamento e decisão?

e) Devemos assumir a lógica da competição e do relacionamento superficial com os clientes, e

nos adaptar aos mercados?

Se a resposta do grupo for sim, então as práticas do grupo estão refletindo a economia de mercado e se afastando dos princípios da Economia Popular Solidária. Muitas, vezes, esse afastamento se dá por não perceber como a lógica de mercado é excludente, ou mesmo por desconhecimento de como enfrentar essas contradições. Por outras vezes, é desejo do coletivo se organizar de outra forma, e se assim o for, o grupo deve buscar seu caminho na lógica de mercado.

Se estamos organizados e conscientes dos princípios da Economia Popular Solidária e queremos vivê-los, as respostas às questões formuladas anteriormente é "não". Se queremos realmente romper com as práticas da economia de mercado e queremos avançar na transformação da sociedade, precisamos enfrentar essas contradições. E fazê-lo coletivamente.

De acordo com a SENAES (2015), os empreendimentos econômicos solidários (para nós, OPS), são organizações formadas com o objetivo permanente do exercício de atividades econômicas. Como características específicas, temos que essas organizações são coletivas, de propriedade dos próprios trabalhadores, urbanos ou rurais. Por algum tempo, podem ser organizações informais, e podem assumir o formato de associações ou cooperativas quando se institucionalizam. De qualquer modo, essas organizações necessariamente são suprafamiliares (isto é, têm membros pertencentes a mais de uma família), e a gestão das mesmas é realizada pelos próprios trabalhadores, que definem coletivamente como serão distribuídos ou investidos os resultados alcançados.

Apesar da retórica das organizações convencionais de

apoio ao empreendedorismo, "ser seu próprio patrão" (essa é a forma como elas colocam a questão) não é fácil. O trabalhador que deixa de ser empregado deixa de ter a garantia de um salário fixo ao final do mês. Quando ele está sozinho, sob as regras de economia de mercado, tem mais dificuldade de juntar o dinheiro necessário a comprar recursos e mão-de-obra, e corre o risco de falhar, colocando em risco não somente a OPS, mas a própria sobrevivência de sua família.

Na Economia Popular Solidária, temos a solidariedade como recurso fundamental para reduzir os riscos. Tendo em vista que as OPS são coletivas, um trabalhador passa a viver não só de sua capacidade de trabalho, mas compartilha a capacidade do grupo de trabalhar coletivamente. Se precisa de recursos para equipamentos e matéria-prima, junta com seus pares a quantia necessária, o que reduz a pressão individual. Compartilha e soma conhecimentos para potencializar os resultados. Se falta entender os mercados e como atendê-los com resultados positivos, assim como outros conhecimentos, todos os trabalhadores precisam buscar apoio para poder resolver a lacuna.

Mas nem todo trabalhador tem conhecimentos sobre gestão, organização produtiva e funcionamento mercados, que são essenciais para colocar os recursos produtivos para gerar valor. A formação para o trabalho na economia de mercado dificulta que qualquer trabalhador tenha acesso a toda informação, assim ele não pode questionar as decisões das empresas.

Os trabalhadores das OPS precisam dominar o conhecimento, não somente técnico de produção, comercialização e organizativo, mas também de cunho político e social, para evitar não somente a falência financeira das organizações

produtivas, mas também para evitar que as OPS caiam nas armadilhas da organização da economia de mercado.

O caminho para conquistar a sustentabilidade é desafiante, mas não impossível. É preciso superar muitas armadilhas, sempre tendo em vista que estamos buscando um contraponto à economia de mercado, portanto não podemos usar as mesmas estratégias.

Tem-se que ter claro que empreender em conjunto, dentro da ótica da Economia Popular Solidária, significa compartilhar não somente a capacidade de trabalho e os conhecimentos, mas também os processos de decisão e de organização do trabalho. É preciso, portanto, estar preparado para ouvir, é preciso cooperar, confiar na capacidade do companheiro de trabalho e saber que nem sempre o ponto de vista prevalecerá, dado que sempre serão tomadas as decisões pelo conjunto, na totalidade ou em sua maioria. Importante ter em mente que, mesmo que seu ponto de vista seja vencido, o grupo decidiu e portanto temos que acatar a decisão e seguir em frente, em prol do crescimento do coletivo, dos resultados favoráveis para todos.

Entendemos que o resultado do processo que vai da produção à comercialização é favorável quando o trabalhador consegue o máximo retorno possível do investimento que realizou. Os trabalhadores investem recursos financeiros, suas energias e seu tempo no processo produtivo e precisam cobrir esses investimentos com o valor arrecadado no processo de comercialização. Mas de nada adianta produzir e vender se, por exemplo, a terra ficou desgastada para o próximo ciclo de produção ou para o futuro ou a atividade produtiva gerou poluição no local. Ainda, de nada adianta vender a produção e não criar laços com a comunidade, portanto precisamos evitar vender para atravessadores,

pois esse tipo de comercialização gera dependência e cria a oportunidade de alguém tirar vantagem do produtor. Assim, uma comercialização favorável é aquela que traz resultados positivos em termos financeiros, não prejudica o equilíbrio do meio ambiente e que traz reconhecimento social aos trabalhadores.

Essa questão da união do grupo é essencial para a sustentabilidade das OPS. Caso contrário, reproduzimos a lógica do "empreendedorismo" da economia de mercado, reproduzimos a prática da retórica, do discurso bonito, esvaziado da realidade prática.

Pensar e agir na Economia Popular Solidária não é um jogo de retórica, ou um truque de persuasão, em que as forças que agem na sociedade apenas trocam o discurso, mantendo as práticas de exploração. A Economia Popular Solidária busca condições para romper com as dependências, busca a construção de práticas de produção, comercialização, gestão e relacionamento que sejam alternativas e concretas, transparentes e sustentáveis para uma sociedade justa e fraterna.

Referências

BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST**: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia Solidária. 31/08/2015. Internet http://www.mte.gov.br/index.php/trabalhador-economia-solidaria acesso em 20jan2016.

CATAPAN, Araci H.; THOMÉ, Zeina R.C. **Trabalho e consumo**: para além dos parâmetros curriculares. Florianópolis: Insular, 1999. 120p.

CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. **Site institucional**. Internet: http://www.cieps.proex.ufu.br/ acesso em 12out2016.

FBES. FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O que é Economia Solidária**. [201-]. Internet http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria acesso em 14jan2016.

EID, Farid (org). **Construindo uma economia solidária.** Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU**. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2000. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc>. Acesso em12 jul 2005.

LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANCE, Euclides A. Consumo solidário. In: CATTANI, A.D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Volume I tomo 1.** 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Internet http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php acesso em 18dez2015.

OXFAN. **Uma economia para os 99%.** Documento Informativo. Internet https://drive.google.com/file/d/0BzuqMfbpwX4wcnpmT1lYZm1Sa0k/view acesso em

16 jan 2017.

PEIXOTO, Eugênio. Acesso a mercados: relações de troca e desenvolvimento sustentável. In: FRANÇA, Cássio L. (org.) **Comércio Ético e Solidário**. São Paulo: Fundação Friederich Ebert / ILDES, 2002. 168p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

capítulo 3

Identificação e análise das dimensões constituintes da Economia Popular Solidária: aspectos introdutórios[1]

Gabriel Humberto Muñoz Palafox
Sirle de Sousa

1. Introdução

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - Cieps, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, é resultado dos esforços de um grupo de trabalho constituído em 2001, por docentes, servidores técnico-administrativos e representantes dos movimentos e mandatos populares de Uberlândia e região, para promover e viabilizar a criação de empreendimentos populares, capazes de gerar trabalho e renda entre grupos da população de baixa renda socioeconômica fundamentados na perspectiva da denominada Economia Popular Solidária - EPS.

> A incubadora nasceu com a missão de articular as instâncias representadas pela UFU, movimentos sociais e grupos populares que possuem interesses em comum para construção de cooperativas populares autosustentáveis. Ela é pautada nos princípios éticos de Transparência, Solidariedade, Democracia, Igualdade e Responsabilidade utilizan-

1 Texto originalmente publicado nos Anais do 2° Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Educação e Culturas Populares. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 18 a 21 de setembro, 2013.

> do, como metodologia, as orientações da Pedagogia da Libertação, do planejamento coletivo e das relações igualitárias, democráticas e participativas (GANDOLFI; MUNOZ PALAFOX, 2009, p.170).

Tendo em vista a institucionalização do trabalho desenvolvido entre 2001 e 2008, o grupo foi transformado em um Centro de Extensão e Pesquisa institucionalizado definitivamente em 18 de setembro de 2008 pelo Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU, como parte da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis - PROEX.

Nesse contexto, fruto da vivência e da reflexão coletiva ao longo destes anos de trabalho coletivo foi percebido que, para além do discurso oficial, a EPS manifesta-se de várias formas na vida cotidiana, daí a necessidade de propor uma ampliação teórica do seu sentido e significado, como forma de contribuir e tratar cientificamente este complexo fenômeno social que, a partir do mês de junho de 2003, tornou-se uma importante política pública de combate à pobreza, em articulação com outras políticas do Estado brasileiro (SINGER, 2004).

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é caracterizar a EPS à luz da Teoria **Crítica, por meio da identificação de seis dimensões sociais, dialeticamente relacionadas entre si, quais sejam: a EPS como** Prática Social em si; Rede Social; Filosofia; Prática Alteritária; Ciência Aplicada e Campo Científico; e Modo de Produção.

2. EPS como Prática Social em si, primado da sua existência

Na sua base organizativa, a ES somente existe e se concretiza como rede social, filosofia, modo de produção, ci-

ência e campo científico devido à constituição de sujeitos organizados em grupos populares que, depois de adotar diversas formas de organização coletiva, tais como grupos de produção, associações, empresas autogestionárias e/ou cooperativas, procuram se organizar e se capacitar nos termos da Educação Popular, não somente para produzir e/ou prestar serviços baseados na prática do comércio justo e a promoção do consumo consciente, mas, simultaneamente, agir em busca da prática da alteridade e da superação da exclusão social por meio da educação popular, da conquista de direitos e a consequente melhoria da qualidade de vida dos membros que constituem esses grupos, seus respectivos familiares e comunidade próxima .

Em outras palavras, a Economia Popular Solidária,

> é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais; porém, a participação **[... das pessoas]** resulta de sua livre- vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros" (GUELIN, 1998, p.13) (grifo nosso).

Tal como será descrito posteriormente, dentre os princípios filosóficos que caracterizam a EPS como prática social em si, é condição imperativa que os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES não promovam relações de competição mercadológica entre os seus membros e entre os demais EES, por considerar que todos e todas têm responsabilidades, ganhos e perdas coletivas, assim como também que a lógica da competição e a maximização da lucratividade no âmbito do mercado, são marcas constitutivas das doutrinas que sustentam o modo de produção capitalista e seus correspondentes mecanismos de controle e exploração social.

3. EPS como Rede Social

Diante da histórica diversificação das práticas sociais relacionadas com a EPS[2], da constatação da sua relevância social, é da necessidade de ampliar coletivamente a sua estrutura de organização inclusive com fins políticos, pode se afirmar que na atualidade esta se transformou numa complexa rede social.

A palavra rede, do latim *retis,* representa o processo de entrelaçamento de "fios" que termina formando um tecido. Processo este que adquire sentido/significado simbólico mais amplo quando é utilizado para explicar processos humanos de organização "entrelaçados" por fios e mesmo redes de comunicação analógicas, digitais e/ou de intervenção social, interligadas por motivações, interesses e objetivos das mais distintas naturezas e finalidades.

Em termos "científicos", a noção de rede constitui o conjunto de "nós" constituídos de máquinas, pessoas, grupos ou outro tipo de unidades/componentes que se interconectam e relacionam por meio e através de fios e/ou laços físicos e/ou virtuais estabelecidos de acordo com uma série de critérios de relacionamento que dão unidade e coesão a tais "nós".

---

2 De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, são considerados empreendimentos econômicos solidários - **EES,** Associações, Cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc. de caráter coletivo ou suprafamiliar nos âmbitos rural e urbano e que exercem a autogestão das atividades e alocação dos seus resultados. Organizações estas, que procuram exercer atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares) e/ou de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços).

Nesse sentido, a expressão "rede social" refere-se a uma "teia" de relações em que os "nós" são constituídos por pessoas, grupos, entidades e/ou instituições que se interconectam motivados por objetivos ou finalidades sociais, sejam estas de natureza formal ou não. Daí que, para a Antropologia Social, esta noção deve buscar o seu sentido/significado na análise e descrição dialética dos processos sociais que envolvem as suas conexões as quais, inclusive, ultrapassam os limites da rede e de suas categorias de análise (ACIOLI, 2007).

Baseados nos fundamentos de rede e rede social pode-se afirmar que, como resultado da organização e prática social da EPS, esta pode ser definida, analisada, compreendida e avaliada como uma rede social representada pelo conjunto de "nós" e relações sociais cotidianamente estabelecidos entre um conglomerado de atores (sujeitos, grupos sociais, organizações, instituições etc.) reunidos para instituir e promover políticas, metodologias, saberes e processos de geração de trabalho e renda baseados na construção de redes de comercialização, utilizando-se dos princípios e fundamentos da EPS.

Desta forma, o fenômeno EPS pode ser investigado cientificamente por meio do estudo da configuração cotidiana das relações entre os sujeitos que compõem a sua rede social e suas respectivas "tramas relacionais" (ELIAS, 1994), assim como também, do estudo das "tramas" originadas nas ações de interação direta e indiretamente estabelecidas com os agentes externos a esta rede.

4. EPS como filosofia

A prática social da EPS em sua totalidade é fundamentada filosoficamente numa concepção de mundo, socieda-

de e humanidade cuja centralidade é a conquista da emancipação humana sem distinções biológicas, econômicas, de classe, raciais/étnicas, territoriais e/ou socioculturais, como forma de superação de todo tipo de exploração, discriminação e preconceito.

Este desejo de emancipação humana vai além da proposta de emancipação "política" amplamente difundida na democracia capitalista como "sinônimo" de liberdade humana, assim como também se encontra ancorado na necessidade objetiva de superar o sistema capitalista pelos fatos históricos de privilegiar ideologicamente os interesses das classes dominantes em detrimento da grande maioria e de transformar praticamente tudo o que produz em **mercadoria,** muitas das quais "coisas venais, [...] objetos entregues à sujeição da necessidade egoísta, à negociação e à usura. A venda e a prática da alienação" (MARX, 1991, p.62).

Nesse sentido e sem pretensão de aprofundamento neste momento, basta mencionar que a alienação se caracteriza,

> pela extensão universal da "vendalidade" (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em "coisas", para que [inclusive] eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a "reificação" das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em "indivíduos isolados" [...] que perseguem seus próprios objetivos, limitados, particularistas, "em servidão à necessidade egoísta", fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade (MÉSZÁROS, 2006, p.39).

Por esses motivos, a base filosófica da EPS afirma que a competição entre indivíduos e os mercados deve ser minimizada e, inclusive, superada, como parte de um processo ampliado de (re)organização do mundo do trabalho e de

todas as relações de poder hegemonicamente instituídas, visando a superação das desigualdades humanas em termos de acesso a direitos humanos, pela construção de um mundo justo, ecologicamente sustentável e, fundamentalmente, solidário.

5. EPS como Prática Alteritária

Do latim *Alter* (amigo), a alteridade é um dos principais fundamentos filosófico-antropológicos da EPS e, nesta perspectiva, representa o vetor antagônico do individualismo, em contraposição à idéia corrente de que a prática social contraria ao individualismo seria, justamente, a cooperação.

A prática da alteridade é uma habilidade que se aprende e aperfeiçoa durante a interação ou convivência social. A sua finalidade é saber e se colocar no lugar do outro no âmbito das relações interpessoais, respeitando e valorizando profundamente as diferenças individuais, econômicas e sócio-culturais vigentes.

Para tanto, a prática da alteridade fundamenta-se, como parte dos pressupostos filosóficos da EPS, no princípio de que todo ser humano é interdependente dos outros para desenvolver-se como tal e de que a sua prática pode ocorrer entre indivíduos e entre grupos de naturezas diferentes: religiosa, étnica, de classe social, orientação sexual, idade e outras diferenças.

A reflexão sistemática da prática da alteridade no âmbito da EPS tem, como finalidade, contribuir com a educação dos sujeitos, que inclui a análise e autocrítica das "lógicas" do individualismo, visando o exercício da plena solidariedade sem a qual é impossível exercer a cidadania crítica e participativa, orientada para a promoção da emancipação

humana em toda a sua extensão.

Vale ressaltar neste momento que a alteridade e a solidariedade não podem ser consideradas na perspectiva da EPS, "virtudes" ou "valores", mas "estados de fato". Especificamente no caso da solidariedade, o seu sentido/significado,

> é bem indicado pela etimologia. Ser solidário é pertencer a um conjunto *in solido,* como se dizia em latim, isto é, "para o todo". Assim devedores são ditos solidários, na linguagem jurídica, se cada um pode e deve responder pela totalidade da soma emprestada coletivamente. Isso tem suas relações com a solidez, de que a palavra provém: um corpo sólido é um corpo em que todas as partes se sustentam (em que as moléculas, poderíamos dizer igualmente, são mais solidárias do que nos estados líquidos ou gasosos), de tal sorte que tudo o que acontece com uma acontece também com a outra ou repercute nela. **Em suma, a solidariedade é antes de tudo o fato de uma coesão, de uma interdependência, de uma comunidade de interesses ou de destino. Ser solidários, nesse sentido, é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar, consequentemente - quer se queira, quer não, quer se saiba, quer não - uma mesma história.** Solidariedade objetiva, dir-se-á: é o que distingue o seixo dos grãos de areia, e uma sociedade de uma multidão (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.46-47) (grifos nossos).

De acordo com as questões acima, vários são os princípios norteadores que "orientam" a prática da alteridade na vida cotidiana e, especificamente, no interior de um empreendimento de EPS:

a) desenvolver as atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos;

b) buscar a inserção comunitária com práticas demo-

cráticas, não excludentes;

c) praticar preços justos sem maximizar lucros promotores da exploração da força de trabalho humano;

d) respeitar e proteger o meio ambiente e todas as formas de vida;

e) respeitar e ampliar as práticas de igualdade de gênero, cor, raça/etnia, orientação sexual, idade e diferenças mentais/físicas;

f) praticar a produção, a comercialização e prestação de serviço de forma coletiva e cooperativa;

g) estimular a participação coletiva para viabilizar a formação e ampliação do capital cultural das pessoas (saberes populares e científicos);

h) Exercer de forma transparente a gestão dos recursos e garantir a justa distribuição dos resultados.

6. EPS como Ciência Aplicada e Campo Científico

Dada a história e as implicações históricas da EPS, hoje instituída, inclusive, como política pública de Estado no Brasil, a mesma tornou-se uma ciência aplicada dentro de um campo científico cuja finalidade é produzir e socializar o conhecimento a respeito das bases históricas, antropológicas, econômicas, sociológicas, psicológicas e político-pedagógicas do seu objeto de estudo, qual seja, a geração de trabalho e renda nas perspectivas da organização popular e da autogestão solidária, para além do capital, dentro do qual se inserem as criticas da relevância e dos limites e possibilidades da práxis da EPS no interior do sistema capitalista.

De acordo com Bourdieu (2000), um campo científico é um sistema de relações entre pessoas e pessoas e instituições, um lugar, ou melhor, um espaço de jogo,

> de uma luta competitiva que tem como desafio específico o monopólio da autoridade científica, inseparavelmente definida como capacidade técnica e como poder social, ou se preferir, o monopólio da competência científica que é socialmente reconhecida a um agente determinado (p.12) [tradução nossa].

Portanto, a EPS, como ciência aplicada e campo científico, dedica-se ao estudo e à pesquisa das suas práticas e fundamentos no contexto das diversas "tramas sociais" engendradas e ocorridas no interior dos grupos e/ou dos "nós" que integram a sua rede social em tempos e espaços diferenciados, assim como também as implicações e impactos resultantes das suas tramas relacionais com outros sujeitos e/ou redes sociais.

A EPS como ciência aplicada e campo científico procura, em resumo, conhecer, analisar e avaliar a totalidade da sua dinâmica visando contribuir com fundamentos teóricos para fortalecer a práxis desta prática social, bem como das suas contradições, dificuldades e possibilidades no interior do sistema capitalista vigente.

Para tanto, a EPS aborda dimensões científicas tais como o Direito, Economia, Administração, Contabilidade, Serviço Social, História, Sociologia e a Educação Popular em contextos inter e transdisciplinares, assim como também utiliza procedimentos metodológicos baseados na "interconexão" necessária entre a "racionalidade científica" e o "saber popular" em busca da transformação da realidade e a produção de conhecimento socialmente referenciado.

Por estas razões, a EPS está, a nosso ver, constituída como Ciência Aplicada e Campo Científico cuja autonomia acadêmica, bases jurídicas e tecnológicas já possibilitam, dentre outros aspectos, abordar cientificamente esta complexa e diversificada prática social.

7. EPS como Modo de Produção

A base fundamental do modo de produção capitalista é a propriedade privada dos meios sociais de produção, isto é, aqueles que somente podem ser operados coletivamente.

Como o capitalismo tem como característica central a concentração da propriedade privada em poucas mãos (patrões), esta concentração é resultante da prática da livre competição nos mercados, onde os "ganhadores" se apoderam, literalmente, de parcelas significativas desse mercado e dos meios sociais de produção, constituindo monopólios ou oligopólios.

Nesse contexto, os perdedores terminam sendo "exterminados" do mercado, perdendo, geralmente, o capital que detinham para viabilizar a sua produção, tornando-se uma classe cada vez mais numerosa (empregados + desempregados).

Em resumo, esses perdedores excluídos da livre competição tornam-se um sem-número de pessoas que não dispõem de meios para produzir e que terminam sobrevivendo vendendo a sua força de trabalho (mão de obra) aos donos dos meios sociais de produção (patrões) ou ao Estado (servidores públicos) tornando-se, assim, assalariados. E, como a finalidade central de toda empresa capitalista é maximizar o lucro, as relações patrão X assalariados tendem a ser autoritárias e opostas em termos de interesses de classes. Contradição esta, que constitui o motor da luta de classes que caracteriza ontologicamente o relacionamento entre patrões e assalariados no modo de produção capitalista.

Por outro lado, de acordo com a teoria da EPS, a propriedade privada dos meios de produção é a característi-

ca central da pequena produção de mercadorias e não o modo capitalista de produção, daí que quando os trabalhadores e as trabalhadoras se associam de forma igualitária para aproveitar as vantagens dos ganhos financeiros de compras e vendas, sem renunciar à autonomia de produtores individuais, associados ou cooperados, estes passam a operar, objetivamente, na perspectiva da EPS.

Por esse motivo, ao pretender organizar e integrar inter e transdisciplinarmente a EPS como filosofia, prática alteritária, rede social, ciência e a prática social em si, que constitui a sua unidade fundamental, é possível, em síntese, apontar a existência desta como um complexo modo de produção que, em essência e apesar de operar no contexto capitalista vigente, é capaz de operar combatendo a divisão da sociedade em classes dominante e subalterna, sem propriedade, considerando que seu fundamento econômico-social encontra-se na propriedade coletiva dos meios privados de produção por meio da união da comunidade em associações ou cooperativas de pequenos/as produtores/as.

Nesse sentido e para finalizar, vale ressaltar que a EPS não surgiu com a finalidade de se tornar a "solução definitiva" para todos os problemas gerados pelo modo capitalista de produção e sua doutrina dominante, o liberalismo. Assim como também não pode ignorado o fato de que a sua prática vem contribuindo para a construção de subsídios culturais, econômicos, sociais e políticos considerados relevantes para repensar e transformar o mundo com a perspectiva de serem conquistados direitos para todos e todas, sem distinções.

Referências

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Revista Informação & Informação.** V 12, No. 0, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784> Acesso em 01, Mar, 2011.

BOURDEIU, P. El campo científico. In. BOURDIEU, P. **Los usos sociales de la ciencia.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <http://www.pfilosofia.pop.com.br/03_filosofia/03_03_pequeno_tratado_das_grandes_virtud es/pequeno tratado das grandes virtudes.htm>. Acesso em 20 jul. 2000.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GUELIN**, A. L'invention de l'économie sociale.** Paris: Econômica, 1988.

GANDOLFI, P. E.; MUNOZ PALAFOX,G. Empreendimentos solidários como alternativa para a geração de trabalho e renda: A experiência da INES/UFU. **Rev. EM EXTENSÃO,** UBERLÂNDIA, V. 8, N. 1, p. 159-173, JAN./JUL. 2009.

MARX, K. **A questão judaica.** São Paulo: Moraes, 1991.

MESZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil.** Brasília: MET - Senaes, 2006.

SINGER. P. **A Economia Solidária no Governo Federal.** Rev. Mercado de trabalho - Ipea. Agosto, p.4- 2004 Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em 01 mar.2013.

capítulo 4

Organizações Produtivas Solidárias e as Teorias do Valor: limites e desafios para ocupar mercados[1]

Cristiane Betanho
Jose Eduardo Fernandes
Eduardo Giarola
Elson de Oliveira Felice

1. Introdução

O movimento da Economia Popular Solidária (EPS) tem aproximadamente 30 anos. O início de sua disseminação se deu em meados década de 1980, quando parte das forças produtivas nacionais foram à pique. Na década de 1990, a incorporação de empresas brasileiras por organizações transnacionais, somados à redução de postos de trabalho devido a adoção de novas tecnologias, geraram níveis alarmantes de desemprego no campo e na cidade.

Parte da população não foi reabsorvida nas novas funções de trabalho criadas pelas novas tecnologias, dadas as limitadas oportunidades de requalificação. Nesse período surge a categoria dos catadores de recicláveis, resultantes dessa exclusão social no mundo do trabalho. Mais pessoas

1 Trabalho originalmente publicado nos Anais do I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo De Públicas - I ENEPCP, Brasília – DF, 30 de Novembro a 03 de Dezembro, 2015. Revisado e ampliado.

das camadas mais pobres passaram a viver do subemprego e de práticas da economia informal, intensificando a precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Foi nesse contexto que grupos de trabalhadores expurgados do mercado formal de trabalho, e grupos de nunca incluídos, buscaram juntar forças e empreender, aproveitando habilidades desenvolvidas ao longo da vida e buscando reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços.

É nesse contexto que se aprofunda, no Brasil, o estudo da Economia Solidária, uma corrente da economia cujo marco teórico encontra-se em construção. Para França Filho e Laville (2004), a vertente é um dos contramovimentos que questionam o *laissez-faire* na economia. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária funda um movimento social de empreendedores, rurais e urbanos, que não é movido apenas pela rentabilidade do capital investido, mas, indo além dos interesses privados, busca no espaço público um poder-agir na economia.

No centro desses acontecimentos, a inspiração desses grupos se dava nos princípios do associativismo e do cooperativismo. No ano de 2002, reunidos Fórum Social Mundial, com estudiosos, constituíram a denominação Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para diferenciar seu processo empreendedor.

Entendemos no Cieps que a expressão correta a utilizar para denominar essas iniciativas é "Organização Produtiva Solidária" (OPS), que utilizaremos doravante, dado que precisamos diferenciar o processo de administrar e produzir valor. Na economia de mercado, empreender significa ter capital para comprar recursos produtivos e mão de obra. Nas Organizações Produtivas Solidárias, são os trabalha-

dores que são os detentores dos recursos naturais e do capital envolvido no processo produtivo, ao mesmo tempo que administram em produzem valor.

Os trabalhadores que se envolvem na criação das OPS, em sua gestão e na produção de valor para o mercado, em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios e depois buscam a geração de excedentes. Nessa perspectiva, os princípios da EPS e as características das OPS constituem-se um caminho para se construir um modelo de sociedade realmente sustentável e realizar trocas com a sociedade. Por sustentabilidade, entendemos a busca da melhoria das condições materiais de vida para comunidades específicas, ao mesmo tempo em que se aprofundam as relações com a sociedade com que os empreendimentos fazem trocas, valorizando o trabalho humano acima do capital. Assim, adotamos a perspectiva de Mészaros (2007, p. 190):

> Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais.

Nessa direção, Peixoto (2002) afirma que, tendo em vista que tanto mercado quanto as trocas são construções sociais, e sua concretude é relacional, é possível utilizar os mercados como instrumento de apoio ao desenvolvimento sustentável, a partir da integração de políticas e experiências localizadas, fazendo valer a cooperação e a solidariedade como forças políticas e econômicas de quem produz, reconhecer o trabalho como a fonte de valor, articular a

produção com o consumo.

No entanto, tendo em vista a origem desses trabalhadores, a esmagadora maioria não tem conhecimentos sobre gestão e funcionamento mercados, portanto, essa inserção não é simples. Existem conhecimentos a serem apreendidos, não somente técnicos, mas também de cunho político, para evitar não somente a falência financeira das OPS, mas também a subsunção das mesmas à economia de mercado.

Incubadoras são importantes estruturas para apoiar trabalhadores nessa dupla tarefa de resistência: à exclusão e à economia de mercado. Boa parte das Universidades Públicas no país abriga incubadoras de empreendimentos populares solidários, principalmente a partir 2003, quando a Economia Solidária passou a fazer parte do rol das áreas de ação para as políticas públicas de Estado.

O Cieps – Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários é a incubadora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), abrigado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). A Missão do Cieps é "Promover a Economia Popular Solidária, por meio da extensão, em indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, assessorando Coletivos Populares para que gerem trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Popular Solidária" (CIEPS, 2016). Esse assessoramento congrega equipe técnica da universidade, seu docente e seus alunos, com vistas a trazer melhoria às condições de vida dos trabalhadores. O processo de incubação desenvolvido no Cieps tem, como objetivo de longo prazo, a busca da emancipação humana.

Deste modo, torna-se significativo abordar esse desenvolvimento sustentável gerado por esses grupos sociais organizados a partir da reflexão sobre as teorias do valor,

objetivo deste trabalho, que constitui resultado parcial do projeto "Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária no município de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro (MG)", financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq.

Para tanto, este trabalho está estruturado em quatro partes. A seção 2, a seguir, da fundamentação teórica do trabalho, que tem como seus principais pilares os temas: economia solidária e empreendimentos econômicos solidários; economia popular solidária como movimento de resistência e superação; teorias do valor; marketing e o processo de realização da mercadoria na EPS. Posteriormente, na seção 3, têm-se apresentação do trabalho do Cieps e discussões sobre os resultados da incubação, mediadas pela reflexão sobre as teorias do valor. Em seguida, são apresentadas as considerações finais e as referências deste trabalho.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Economia Popular Solidária e Organizações Produtivas Solidárias

O entendimento do que vem a representar a Economia Solidária traz a necessidade de analisar o significado dos mercados sob outra ótica que não a da economia de mercado. Nesse sentido, sob a perspectiva da sociologia econômica, o mercado não é visto como algo natural, mas "construção sócio-histórica, cuja forma atual não corresponde a uma realização final da evolução humana, mas uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam" (FRANÇA FILHO E LAVILLE,

2004, p.31).

De fato, Polanyi (2000) defende a idéia de que a economia do homem está inserida em suas relações sociais. Assim, embora os mercados existam desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental, antes do século XIX. Ganhos e lucro não eram o centro da economia humana. A ordem na produção e na distribuição era garantida por meio de três princípios de comportamento indiretamente associados à economia: a *reciprocidade*, que se configura no dar e receber dádivas entre membros de grupos; a *redistribuição*, que consiste em confiar a responsabilidade de distribuir as riquezas produzidas a uma autoridade; e a *domesticidade*, que consiste na produção para uso próprio. Por sua vez, padrões de institucionalização garantiam o cumprimento desses princípios de comportamento. A reciprocidade é sustentada pelo padrão da simetria, a personalização das trocas. A centralidade fornece um conduto para a coleta e armazenagem de bens para posterior redistribuição. Já o princípio da domesticidade pode ser manifestado em diversos núcleos institucionais: família, localidade, poder público, entre outros. Polanyi (2000) sustenta que todos os sistemas econômicos, até o final do feudalismo na Europa ocidental, foram organizados segundo esses princípios e suas formas de institucionalização, amparados por costumes, lei, magia e religião.

Os mercados adquiriram a importância que têm na atualidade a partir do século XIX, quando um novo paradigma econômico erigiu suas bases e os mercados, antigamente locais de barganha, troca e permuta, foram transformados em uma instituição designada para uma função específica. O princípio de mercado, o quarto postulado ao qual Polanyi (2000) se refere, e seu padrão de institucionalização

– a troca – subverte as relações anteriores: ao invés de a economia estar inserida nas relações sociais, são essas que se inserem no ambiente econômico, sendo por ele moldadas. Para que o princípio pudesse ser implantado com sucesso, todos os fatores de produção também necessitariam ser disponibilizados em mercados – uma economia de mercado somente pode funcionar em uma sociedade de mercado. Assim, além do dinheiro, terra e trabalho ganharam status de mercadorias, subordinando a própria substância da sociedade às leis do mercado (POLANYI, 2000). Nessa nova sociedade, emancipado o homem dos costumes, transcendência e tradições, o mercado é escolhido como mecanismo regulador porque permite ancorar as relações entre os indivíduos na esfera dos interesses. O interesse econômico seria dotado de um potencial pacificador; essa mão invisível garantiria o equilíbrio e a ordem (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Desde o advento da Revolução Industrial, o homem se depara com mudanças na forma do trabalho, que afetam sua satisfação e sua possibilidade de avanço pessoal. O capitalista, como detentor das condições objetivas da produção – dinheiro, ferramentas, maquinaria – e como proprietário da força de trabalho que compra, utiliza-se da cooperação (coercitiva ou incitada) para aumentar a produtividade da força de trabalho. Ainda, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, busca reduzir a parte da jornada de trabalho necessária à reprodução da força de trabalho, a fim de aumentar a produção de mais-valia.

Como bem salienta Antunes (2004; 2006), o padrão de acumulação no Brasil estruturou-se por meio da superexploração da força de trabalho, organizada no tripé salários baixos, jornada de trabalho prolongada e forte intensidade

do ritmo do labor. Aliado a um sistema de formação que privilegia o trabalho em detrimento da formação humana, tem-se trabalhadores deformados, despojados de seus saberes e de seu modo próprio de organizar o trabalho. Esse processo de deformação leva à desqualificação maciça dos trabalhadores da produção e à perda de autonomia, ao mesmo tempo em que superqualifica um pequeno número de trabalhadores, que fica responsável pela inovação, organização, regulação e reparo.

Os efeitos dessa acumulação e deformação sobre as condições materiais de vida do trabalhador brasileiro mostraram-se catastróficos na década de 1980, quando milhares de postos de trabalho foram fechados em função das crises econômicas e dos rearranjos obrigatórios à adequação das organizações aos ditames do capital internacional.

De acordo com Icaza e Tiriba (2003), a partir das últimas décadas do século XX, o termo economia popular vem sendo geralmente utilizado para referenciar as atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mercado de trabalho, ou como atividades de complementação de renda. Mais que isso, a economia popular volta-se a uma dimensão da economia que transcende a da obtenção de ganhos materiais e está estreitamente vinculada à reprodução ampliada da vida, evidenciando elementos fundamentais no processo de formação humana, como a socialização do saber e da cultura, saúde, moradia, solidariedade, entre outros.

Deste modo, para as autoras, a prática da economia popular foi ressignificada, reconhecendo-se, além da existência de um saber popular em matéria econômica, o caráter de contraposição à lógica capitalista, posto que nega o emprego da força de trabalho como uma mercadoria. Por

isso o Cieps usa a expressão "popular" junto à nominação "Economia Solidária", dado que entendemos importante frisar que se tratas de iniciativas produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam gestores e produtores de valor, ao mesmo tempo, reivindicando um espaço na sociedade que os tinha expurgado anteriormente, ou os condenado a engrossar o exército reserva de mão de obra.

Assim, a Economia Popular Solidária surge e se desenvolve articulando solidariedade e economia popular, sendo seu maior desafio superar o plano da reprodução simples, para atingir o de uma reprodução ampliada da vida em sociedade (Eid *et alii*, 2006; França Filho e Laville, 2004). Para Icaza e Tiriba (2003), as organizações populares e solidárias representam o pólo mais avançado da economia popular. As pesquisadoras frisam o citado por Núñez: o associativismo é a única maneira por meio da qual os produtores-trabalhadores-populares, sem que se convertam em capitalistas, podem empreender uma estratégia de mercado e competir com o capitalismo e sua economia de escala.

No entanto, a ideia de competir é válida quando se trata de OPS?

Para Lisboa (2003), a competição se encontra no próprio seio da economia solidária, quando ocorrem situações em que, existindo produtos similares dentro das redes, se fizer necessária uma escolha entre os mesmos. Além disso, a economia solidária existente se realiza no mercado, competindo no mercado. Singer (2003) afirma que a competição com empreendimentos capitalistas desafia as unidades econômicas solidárias a superá-los, estimulando-as a se atualizarem tecnologicamente, a melhorar a qualidade e a se constituírem enquanto um modo de produção de fato superior. Aceitar a dinâmica da competição em busca

de benefícios é reconhecer a necessidade de submeter-se a uma certa arbitragem por parte dos consumidores (Lisboa, 2003), que podem, e devem, segundo Zerbini e Pistelli (2004) e Kujawa e Botura (2004), ser educados para o "consumo responsável".

Apesar dessas considerações, se as OPS não desenvolverem condições tecnológicas, gerenciais e financeiras para desenvolver esse relacionamento com a sociedade, conhecimentos esses devidamente mediados pelos princípios da EPS, acabarão subsumidos pela lógica capitalista. Efetivamente, Gaiger (2000) reflete que as OPS podem ser entendidas "como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo, no entanto com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista" (GAIGER, 2000, p. 8). Afinal, a EPS, se não reproduz em seu interior relações capitalistas, também não as elimina ou ameaça sua reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos na atualidade e em futuro próximo. O autor ressalta o fato de que os empreendimentos da economia solidária experimentam dupla subsunção à economia capitalista: por um lado, sujeitam-se às regras de acumulação e intercâmbio impostas pelos agentes econômicos; por outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo.

Essa questão é premente e precisa ser devidamente refletida, dado o impacto sobre a própria existência da abordagem empreendedora solidária.

Salienta Eid (2002) que abrir mão dos princípios solidários a favor da competição seria indicativo do não entendimento, por parte dos grupos de trabalhadores, desses

princípios, portanto, não seriam OPS. As experiências da EPS são importantes para demonstrar ser possível, dentro do modo de produção capitalista, o surgimento e o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção, superando a exploração do sobretrabalho e a expropriação da mais-valia.

De acordo com Gaiger (2000), para que os empreendimento solidários mantenham seus traços distintivos, o autor aponta três desafios a enfrentar: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, sem se corromper, e usá-la para a construção de sua própria forma social de produção; b) provar ser superior, na comparação com empreendimentos capitalistas; c) resistir às pressões do ambiente econômico.

A práxis, no longo prazo, é que pode gerar uma nova consciência e provocar novas mudanças na prática. Conforme Lisboa (2003), essas iniciativas produtivas podem demonstrar que há outras forças econômicas, além da hegemônica, que buscam construir a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade, alicerçadas num controle genuinamente social sobre os meios de produção.

Para desenvolver as bases objetivas para essa demonstração, para além de se colocar como movimento de resistência e superação da economia capitalista, é necessário entender as Teorias do Valor e como sua conotação prática – a precificação nos mercados – pode ser refletida no contexto da Economia Popular Solidária.

2.2 As teorias do Valor

Singer (2004), analisando as Teorias do Valor, reflete como as mesmas estão ligadas às lutas e às divergências da atualidade, profundamente inseridas à interpretação da

vida social, da evolução da sociedade e dos rumos dessa evolução. Essas divergências ocorrem por conta das interpretações diferentes do que seria o valor gerado da atividade econômica.

A Teoria do Valor-Utilidade parte da relação entre as atividades humanas e suas fontes de satisfação – objetos e serviços, cuja utilidade para satisfazer a necessidade depende da preferência subjetiva manifestada por cada indivíduo. Como salienta Marshall (1985, p. 153):

> As necessidades e os desejos humanos são inúmeros e de várias espécies; mas, geralmente, são limitados e suscetíveis de serem satisfeitos. Na verdade, o homem incivilizado não tem mais necessidades do que o animal, mas, à medida que vai progredindo, elas aumentam e se diversificam, ao mesmo tempo que surgem novos métodos capazes de satisfazê-las. Passa a desejar não apenas uma maior quantidade das coisas que está acostumado a consumir, como também deseja que essas coisas sejam de melhor qualidade; deseja maior variedade, bem como coisas capazes de satisfazer as novas necessidades que vai adquirindo. (...) À medida que crescem as posses de um homem, sua comida e bebida tornam-se mais variadas e custosas. Seu apetite, porém, acha-se limitado pela natureza, e quando os gastos com a alimentação atingem proporções extravagantes, é mais para atender a desejos de hospitalidade ou de ostentação, do que para satisfazer os próprios sentidos.

De acordo com Marshall, há uma variedade infinita de necessidades, mas há um limite para cada necessidade, se considerada em separado. O pensador da economia denomina essa tendência como "lei da utilidade decrescente", segundo a qual "o benefício adicional que alguém extrai de um dado aumento da sua disponibilidade de uma coi-

sa, diminui a cada aumento da quantidade que ele já possui" (MARSHALL, 1985, p. 160). Acaso modifiquem-se os gostos dos consumidores, a lei perde seu efeito, salienta o economista.

Nesse aspecto cabe a reflexão de Singer (2004, p. 13):

> O caráter subjetivo do comportamento individual não foi mais que um reconhecimento, por parte dos marginalistas, de que, na realidade, há bastante variedade nas preferências dos indivíduos na escolha entre diferentes formas de satisfazer suas necessidades. Mas, curiosamente, o marginalismo nunca foi capaz de desvendar as leis que governam essa subjetividade. E não o conseguiu, apesar de ter feito do consumidor o centro do seu sistema, porque precisou justificar a "soberania do consumidor", supondo-o, no fundo, sempre racional e capaz de reconhecer suas necessidades e os modos de melhor satisfazê-las.

De fato, argumenta Marshall que medir diretamente os desejos ou a satisfação resultante do cumprimento desses é "impossível, senão inconcebível". Singer ainda aponta o fato de a escola marginalista ter deixado de tomar conhecimento, e portanto, de reformular seus conceitos, ante a possibilidade, atualmente muito utilizada, de as grandes corporações buscarem manipular a vontade do consumidor por meio do fortalecimento de suas marcas e o incitamento à fidelidade às mesmas. Campanhas são desenvolvidas para levar o "rei do mercado" (aspas do autor) a comprar e consumir em medida muito maior e em direções diferentes daquelas que seriam as espontâneas. Assim, o produto social nada mais é que o resultado da avaliação que os agentes econômicos fazem dos bens no momento que os transacionam no mercado, e o preço de venda depende da relação entre a oferta e a procura.

Já a Teoria do Valor-Trabalho parte da idéia de que a atividade econômica é essencialmente coletiva, decorrente da divisão social do trabalho, na qual as pessoas desempenham funções diferentes, porém complementares. Marx (1985 p. 47) salienta: "deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho" e, portanto de um processo social. Ironiza, ainda, o autor:

> (...) até agora nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes. Os descobridores econômicos dessas substâncias químicas, que se pretendem particularmente profundos na crítica, acham, porém, que o valor de uso das coisas é independente de suas propriedades enquanto coisas, que seu valor, ao contrário, lhes é atribuído enquanto coisas. O que lhes confirma isso é a estranha circunstância de que o valor de uso das coisas se realiza para o homem sem troca, portanto, na relação direta entre coisa e homem, mas seu valor, ao contrário, se realiza apenas na troca, isto é, num processo social. Quem não se lembra aqui do bom Dogberry, ensinando ao vigilante Seacoal: "ser um homem de boa aparência é uma dádiva das circunstâncias, mas saber ler e escrever provém da natureza" (MARX, 1985, p. 78).

O valor inerente à mercadoria é o valor do produto social, da atividade conjunta de todos os membros ativos da sociedade, e pode ser medido pelo tempo de trabalho social investido nos produtos ou serviços produzidos. Para Marx, portanto, a medição da grandeza de valor de um produto está vinculada à quantificação da quantidade da "substância constituidora do valor", o trabalho social, necessária à materialização da mercadoria, que, constituindo a composição de inúmeras forças de trabalho individuais, é

o tempo de trabalho socialmente necessário, independente dos graus de complexidade do trabalho individual numa dada sociedade.

Nas palavras de Singer (2004, p. 15):

> (...) a teoria do valor-utilidade é uma teoria subjetiva, na medida em que reflete um comportamento subjetivo, que é objetivado enquanto objeto de estudo. A teoria do valor-trabalho parte da idéia de que o valor é algo social e objetivo. Do ponto de vista da teoria do valor-utilidade, o valor do mesmo objeto muda se a opinião das pessoas a respeito dele mudar. Seu valor pode aumentar ou diminuir: basta que as pessoas mudem de opinião a seu respeito, isto é, a respeito de sua capacidade de satisfazer uma necessidade humana. Por exemplo, um vestido que passou da moda perde seu valor porque deixou de satisfazer uma necessidade. Ele, fisicamente, é o mesmo. O trabalho social nele incorporado é o mesmo. Ele não mudou. Na loja custava Cr$ 100,00, enquanto estava na moda. No entanto, a moda mudou. O que mudou foi o gosto do consumidor, sua necessidade subjetiva do vestido. Então esse vestido perde valor, seu preço cai a Cr$ 20 ou Cr$ 10,00, ou é dado como brinde a quem comprar um vestido novo, sem que, no entanto, física e socialmente tenha havido alguma mudança em relação a esse objeto.

No palco das diferenças entre as duas teorias, Singer ainda se debruça na análise do tempo histórico das mesmas. A teoria do valor-utilidade pretende-se a-histórica, isto é, apesar de mudar a manifestação concreta das necessidades do homem, o comportamento humano é essencialmente idêntico, regulado por mercados. No entanto, o autor salienta que, na realidade, a teoria do valor-utilidade não é a-histórica, posto que não faz sentido em sociedades com necessidades humanas basicamente estáveis, como a pré-

-revolução industrial. Na sociedade atual, o dinamismo da produção estimula constantemente o consumidor a escolher, ampliar sua gama de necessidades e modificá-las, o que, segundo o autor, mostra a viabilidade de explicar as economias capitalistas modernas, mas não as do passado.

Já a teoria do valor-trabalho é histórica por definição, posto que, como explica o valor do produto social via divisão social do trabalho, somente existe quando a divisão se faz presente e necessária, e modifica-se em função das transformações dessa divisão social do trabalho. Quanto maior a divisão, maior a atividade econômica no conjunto da atividade humana, e maior a apropriação do capitalista de parte significativa da renda gerada pelo trabalho.

De fato, reflete Marx (1985) que a análise dos preços das mercadorias, de forma isolada, levou à fixação do caráter de valor das mercadorias em termos monetários, o que vela, ao invés de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, a relação entre os produtores privados. Não parece absurdo ao produtor relacionar seu trabalho com dinheiro porque as categorias da economia burguesa se apóiam nessa forma de pensamento. No entanto, o autor salienta: basta que se remeta a outras formas de produção, desaparece "todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho" (MARX, 1985, p. 73).

As relações da Idade Média, da subordinação dos homens ao senhor feudal até a subordinação divina materializada no padre, as relações de subsistência familiar e o trabalho comunal, todas essas relações refletem o trabalho como relações pessoais, e não relações entre coisas. Portanto, o trabalho como o analisado por Marx apreende uma forma social específica, historicamente determinada

pelas relações capitalistas de compra de força de trabalho e geração de mais-valor.

Analisando as implicações das duas teorias de valor, Singer (2004) pondera que a teoria do valor-utilidade explica o valor por meio da instituição mercado e, portanto, o valor é subjetivo, condicionado à lei da demanda e oferta; o comportamento econômico é um comportamento de mercado. Como salienta Marshall (1985), embora tenham sido as necessidades do homem que provocaram o aparecimento de atividades, nos estágios mais elevados, as novas atividades suscitam novas necessidades.

Quanto ao trabalho, na teoria marginalista o mesmo é uma atividade negativa, que somente é encarada ao invés da manutenção do ócio por trazer a possibilidade da satisfação de uma outra necessidade – o consumo, esta atividade sendo agradável. Como diz Adam Smith (1985, p. 87), "valor real de cada coisa, (...) é o trabalho e o incômodo que a pessoa pode poupar a si mesma e pode impor a outros." O excedente social é fruto da renúncia ao consumo imediato para consumo futuro, portanto deve ser remunerado – pela taxa de juro. Portanto, a poupança constitui o excedente social (SINGER, 2004).

Já a teoria do valor-trabalho vê o valor como surgido na produção, portanto o trabalho não é encarado como algo negativo, mas uma atividade que afirma o homem enquanto ser humano, produtor social, indivíduo integrado na divisão social do trabalho (Marx, 1985). O excedente social é fixado de acordo com as escolhas de cada sociedade, fruto da produtividade da forma de trabalho, portanto é a iniciativa mais importante do grupo. Se existe sacrifício, como o visto pela teoria do valor-utilidade, esse o é decidido e assumido coletivamente (SINGER, 2004).

O autor termina sua exposição afirmando que a teoria do valor-trabalho é a melhor teoria para explicar a acumulação sempre crescente dos detentores do excedente, que apesar de não terem capacidade de utilizar nem mesmo um terço do que acumulam, são praticamente forçados a continuar acumulando em função da competição entre as empresas, que as força a crescer sempre. De qualquer modo, para o autor, as duas teorias são em certo ponto complementares, dado que a teoria do valor-trabalho, essencialmente macroeconômica, e, por ser histórica, reflete prazos de tempo relativamente longos, é pouco funcional para explicar fenômenos do dia-a-dia, ao contrário da teoria do valor-utilidade, que se preocupa com o comportamento operacional imediato e, na medida que o faz, contribui de forma válida para a construção do pensamento econômico.

Nesse processo, para as OPS, evidencia-se que o valor de troca assume outras dimensões que não somente o conjunto de características do produto em si: podem ser destacadas as relações solidárias envolvidas na produção das mercadorias como diferenciais para as ofertas, e isto é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para os trabalhadores.

Para que os limites sejam superados e os desafios sejam aproveitados, as OPS precisam ser fortalecidas, e para isso, existem estruturas como as incubadoras, como o Cieps, que será apresentado em capítulo posterior. Neste momento, cabe a importância de se entender e apreender o conceito de marketing, importante para que as iniciativas produtivas possam qualificar seu relacionamento com os clientes, assunto tratado na próxima seção.

2.3 Marketing e o processo de realização dos produtos na EPS

Muito já se escreveu sobre as diferenças e aproximações dos termos comercialização e marketing. Para Gracioso (1997), a expressão comercialização é uma das traduções de marketing, no entanto essa tradução não se coaduna com o caráter dinâmico que é associado ao marketing. Para o autor, a melhor tradução seria mercância, o ato de mercadejar. Já Richers (1994), recordando a "infância do marketing brasileiro", reporta-se aos termos mercadologia para a ciência e mercadização para o processo de distribuição que a caracterizasse, criados nos anos 1950 – e não aceitos pelo mercado, que adotou a expressão norteamericana marketing. Mas todos esses termos significam, na prática, fazer mercado (BETANHO, 2008). A expressão marketing foi incorporada ao português e é de uso corrente.

O significado de marketing muda com a evolução da sociedade e das práticas de "fazer mercado", o que pode ser entendido a partir das orientações de marketing: produto, produção, vendas, marketing, marketing societal, marketing holístico (KOTLER, 2000; CHURCHILL E PETER, 2010; KOTLER E KELLER, 2006).

Tendo em vista o caráter solidário e participativo das organizações pesquisadas, destaca-se a orientação societal para analisar estratégias de marketing: a busca por equilibrar objetivos conflitantes entre os grupos de interesse envolvidos no processo de produção e consumo. Testa (2005, p. 48-49), um aluno de um curso de administração de cooperativas, integrante de uma OPS do Paraná, sintetiza perfeitamente o significado de marketing para esse tipo de iniciativa produtiva:

> (...) o conceito de marketing que usamos não é somente aquele que se preocupa em gerar lucros como a empresa capitalista faz. Usamos o conceito de que nossos produtos devem ter benefícios que atendam às necessidades do consumidor, com um produto que tenha novos valores inclusos, levando em conta principalmente o meio ambiente, o novo modelo tecnológico, a saúde dos consumidores, a relação com a sociedade, os impactos que o lançamento de um determinado produto traz, baixo preço para todos terem acesso, e uma nova forma de produzir através da cooperação.

A definição oficial da *American Marketing Association* (a entidade profissional mais representativa deste campo de conhecimento) sugere uma tentativa de reunir as orientações de marketing: "Marketing é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que possuem valor para os clientes, parceiros e a sociedade em geral" (AMA, 2007, *online*, tradução nossa).

Ressalta-se os níveis estratégico e operacional do Marketing. Duas dimensões complementares, ou seja, enquanto o nível estratégico é condicionado por fatores incontroláveis, o nível operacional trata de aproveitar as oportunidades, bem como de buscar soluções para neutralizar ou reduzir o impacto das ameaças identificadas. Se a análise do macroambiente e do ambiente de mercado podem evidenciar oportunidades e ameaças, a ideologia da prática mercadológica traz consequências em relação a como as oportunidades podem ser aproveitadas, bem como as ameaças podem ser afastadas. Assim, a forma de ver o ambiente externo condiciona como, em nível operacional, agem as organizações. Na ótica societal de marketing, essas questões são refletidas à luz de considerações sobre o relacio-

namento ético e sustentável com a sociedade por meio das dimensões da oferta – os "4 Ps" ou marketing mix – descritas sumariamente a seguir:

• O aspecto Produto – dentro do marketing mix, abrange a análise não somente do aspecto físico da oferta e sua formulação, mas também serviços ao cliente, marca, embalagem e outros que possam acrescentar valor ao cliente e diferenciar a oferta do concorrente (CHURCHILL Jr. e PETER, 2010; KOTLER e KELLER, 2006). Questões legais e éticas delimitam essa dimensão. Como exemplos, vários alimentos possuem padrões de identidade e qualidade obrigatórios, a rotulagem nutricional de alimentos limita a decisão das organizações sobre como utilizar o espaço do rótulo, assim como aterros sanitários repletos são evidências de que as embalagens podem impactar a questão ambiental.

• A dimensão Preço – Kotler e Keller (2006) salientam que é a única variável do marketing mix que produz receita e, portanto, contribui para a sustentabilidade econômica do empreendimento. Ressalta-se dois lados para essa dimensão, ou seja, a utilização para práticas desleais (conluio de preços, precificação enganosa e outros (CHURCHILL Jr. e PETER, 2010) e para a extensão da responsabilidade social da organização quando ela o usa de forma a não se aproveitar da fraqueza do cliente, de desgraças ou de movimentos de mercado, e essa atitude da empresa pode melhorar sua reputação e solidificar seu relacionamento com os clientes.

• O elemento Praça – aspecto do marketing mix que envolve o levar os produtos até os clientes. Ele também pode ser analisado pelo viés ético e legal. Leis que buscam evitar a configuração de monopólios, a exclusividade da distri-

buição, questões territoriais e venda casada são questões abordadas por Kotler (2000). Churchill Jr. e Peter (2010) vão além, analisando a própria estratégia do fabricante, quando define descontos por quantidade de tal forma que somente beneficie as grandes redes, ou quando existe restrição de distribuição de produtos por tipo ou tamanho de loja. Do lado do varejista, os autores questionam se é ética a propaganda do tipo chamariz, a discriminação de classes sociais a pretexto de segmentação de mercado e a reserva de espaço dentro da loja em troca de taxas, o que se constitui em barreira para a entrada de pequenos produtores e leva ao aumento de preço dos produtos, por aumentar os custos do fabricante, independentemente de seu tamanho.

• A Promoção – última variável do marketing mix, segundo Churchill Jr. e Peter (2010), deveria mais corretamente ser denominada comunicação de marketing, posto que essa definição mais ampla incluiria todas as maneiras pelas quais a empresa poderia se comunicar com seus clientes atuais e potenciais. Além da necessidade de evitar ofensas a grupos étnicos, minorias raciais ou grupos de interesses específicos e o bombardeamento dos clientes com comunicação direta que não a querem (KOTLER e KELLER, 2006), Churchill Jr. e Peter (2010) questionam a comunicação voltada ao público infantil, que ainda não tem capacidade cognitiva para avaliar as mensagens, as comunicações de bebidas, que associam seu consumo à conquista sexual ou à prática de esportes e promoções que visem somente à formação de banco de dados. Os autores afirmam que a comunicação pode ser socialmente responsável, na medida em que transmite informações precisas sobre como a organização pode propiciar valor por meio de produtos e serviços que satisfaçam a necessidades legí-

timas, além do patrocínio a causas dignas e informações sobre o consumo socialmente responsável de produtos que podem oferecer risco relativo.

Tendo em vista que a orientação societal de marketing foi destacada como a central para nortear a análise das OPS, é imprescindível discorrer sobre as práticas do consumo crítico, de origem nos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor.

A lógica do consumo crítico torna o consumo um ato de cumplicidade, posto que se vê a aquisição de um produto ou serviço como uma ratificação das estratégias da organização que o produziu; portanto, o ato de aquisição é antecedido por uma análise crítica dos produtos em oferta sob os prismas econômico, ético e ecológico (MANCE, 2003). Como salientam Catapan e Thomé (1999), um consumo favorável ao desenvolvimento humano, que se traduzisse em um padrão diferente de consumo, menos desgastante ao meio ambiente e mais voltado às necessidades legítimas, seria ideal para a sustentabilidade, e se constitui no maior desafio a um regime democrático.

O Instituto Akatu, desde 1999, realiza no Brasil uma pesquisa que tem como objetivo levantar o perfil do "consumidor responsável" e os fatores que afetam sua decisão de compra. Na versão 2010 dessa pesquisa, evidenciou-se que, além de que nove em cada dez consumidores acreditam que as empresas devem desenvolver ações além dos que está estabelecido na legislação, ainda se percebeu que os consumidores do segmento "mais conscientes" tendem a ser mais ativos na internet e a ter um perfil de maior influência nos temas da responsabilidade social empresarial, da sustentabilidade, do meio ambiente e da ecologia, buscando e difundindo informações para suas redes de influência

e relacionamento (INSTITUTO AKATU, 2010).

Uma alternativa é o consumo de produtos produzidos por organizações solidárias, pertencentes a grupos de trabalhadores, o que adiciona outros elementos ao ato de consumo: equilibrar as demandas das dimensões econômica, social e ambiental, que se manifestam no plano concreto.

Existem cooperativas de consumo solidário, como a analisada por Pauli (2004), em que os consumidores buscaram comprar, conjuntamente, produtos de melhor qualidade e preço, à luz do consumo crítico, solidário e coletivo, priorizando o consumo de produtos solidários. Kujawa e Botura (2004), analisando a mesma experiência sob a ótica do consumidor, apontaram, como desafios para a continuação e ampliação do consumo solidário: a) ampliar e diversificar a rede de fornecedores solidários, posto que a cadeia ainda não estava completa, restando itens que obrigatoriamente tinham que ser adquiridos no mercado convencional; b) ampliar a escala de consumidores envolvidos para, além de disseminar a experiência, baixar os custos, permitindo o acesso de outros; e c) relacionar o momento do consumo com a perspectiva educativa e lúdica.

Entendemos que os conhecimentos em marketing, a partir da orientação societal, mediados pelas concepções da teoria do valor-trabalho, podem ser a base da criação da perspectiva educativa ligada ao consumo. Ocupar mercados significa não apenas comercializar, mas se relacionar com os consumidores, possibilitando a formação de consciência desse consumidor, apontando as diferenças dos comportamentos capitalistas e solidários, enfim, ressignificando as relações de consumo e o trabalho em si. Como salienta Paulo Freire (1987), a conscientização possibilita ao homem inserir-se no processo histórico, como sujeito, e

o inscreve na busca de sua afirmação.

Mas, como já afirmado, todos os conhecimentos ligados a gestão não são simples de internalização pelos trabalhadores, e por isso a importância do trabalho que pode ser desenvolvido pelas incubadoras. O trabalho do Cieps será apresentado na seção a seguir.

3. O Cieps: limites e desafios das OPS incubadas

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários é uma Incubadora que apoia organizações formadas por trabalhadores que desejam desenvolver sua atividade empreendedora a partir dos princípios da Economia Popular Solidária. A estrutura faz parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, e foi criada em 2008 a partir de demanda popular apresentada ao Fórum de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria, instância de participação dos movimentos populares emancipatórios da classe trabalhadora na universidade.

A população atendida pela incubadora é formada por trabalhadores ligados a segmentos da coleta seletiva de resíduos sólidos, arte-cultura popular e agricultura familiar camponesa. As demandas dos grupos de trabalhadores chegam ao Cieps a partir do que a equipe chama de "busca ativa", quando existe procura por organizações ou trabalhadores que desejem empreender a partir de uma determinada linha, para incluí-los em projetos quando existem linhas de fomento, ou ainda "recepção de demandas", forma mais usual, quando grupos procuram o Cieps e solicitam o processo de incubação. Ainda, existem OPS para as quais a incubadora é indicada por membros da sociedade organizada, como a Prefeitura, Banco do Brasil

e organizações não-governamentais. Em todos os casos, as demandas dos trabalhadores são avaliadas em termos de viabilidade socioeconômica e técnica pela equipe de incubação, que busca apoio das unidades acadêmicas, quando necessário, para suprir as necessidades dos grupos.

Considerando-se que a Economia Popular Solidária é uma Política de Estado desde 2003, tem sido fomentada com ações que fazem sobressair o caráter transdisciplinar necessário à implementação da EPS para além de ser uma alternativa de geração de trabalho e renda e de redução da miséria: são imprescindíveis ações coordenadas para que se leve à compreensão do significado de empreender sob os princípios da EPS (para o Cieps, assumidos no sentido amplo como a promoção do cooperativismo, da autogestão, da solidariedade e do acesso a direitos sociais).

Os trabalhadores incubados são estimulados a refletir sobre os impactos da prática desses princípios nos movimentos de cooperação e competição inerentes à ocupação de mercados para se assumirem como trabalhadores da EPS. Retomando a ideia de Paulo Freire (1987) sobre conscientização, se a mesma possibilita ao homem inserir-se como sujeito no processo histórico e buscar sua afirmação como tal, as insatisfações sociais que são externalizadas no processo de tomada de consciência devem ser vistas como componentes reais de uma situação de opressão.

As ações da metodologia do processo de incubação que tem sido construída pelo Cieps levam em consideração esse duplo papel – geração de trabalho e renda e construção de uma alternativa de produção e de vida – e são organizadas em três fases, pré-incubação, incubação e pós-incubação.

Na fase de pré-incubação, os trabalhadores são sensibilizados a respeito das conseqüências de empreender, o

que significa assumir riscos e aprender gestão, e dos significados do empreender a partir dos princípios da Economia Popular Solidária, que trazem impactos na organização interna da OPS – tomada de decisão, relacionamento interpessoal, gestão de recursos etc.. Os trabalhadores são motivados a trazer para o plano concreto suas expectativas, para que sejam formuladas a Missão, a Visão e os Valores da organização. Nessa fase, ainda são realizadas atividades de assessoria técnica que visam a analisar a viabilidade do negócio definido pelo grupo (viabilidade de mercado) e a configuração jurídica mais adequada. O objetivo é dar base para a criação do Plano de Sustentabilidade, foco da próxima fase do processo.

Na fase de Incubação, os trabalhadores concluem o Plano de Sustentabilidade da OPS, recebendo formação para indicar objetivos e planejar o caminho para atingi-los, refletindo sobre os recursos necessários para tanto. Também recebem assistência técnica, agora com foco na implementação do planejado, de forma a garantir que as ações "saiam do papel" e que seus resultados sejam devidamente refletidos em termos de melhorias para o ciclo seguinte de tomada de decisão e também para garantir a transparência dos resultados para o quadro de trabalhadores envolvidos na ação. Nesta fase, afloram as contradições e os conflitos que são típicos da transição entre o modo de produção capitalista e a organização solidária, e esses conflitos são considerados relevantes e devidamente abordados no processo, de forma a garantir que os trabalhadores resistam e que o empreendimento possa passar pela fase de implantação, sempre a mais difícil.

Na fase de pós-incubação, as OPS consideradas maduras começam o processo de desligamento da estrutura de

incubação. Aos poucos, a tomada de decisão passa de "assistida" para "acompanhada" pela equipe de incubação, isto é, estimula-se que os trabalhadores tomem suas decisões sozinhos, sem participação da incubadora, no entanto a estrutura fica à disposição para dúvidas e questionamentos. A ideia é dar segurança para que os participantes manifestem sua autonomia, colocando em prática o que aprenderam, no entanto contando com a estrutura para situações em que ainda não se sintam confortáveis. Além disso, busca-se acompanhar os processos de transparência, a fim de apoiar que as OPS continuem a manifestar-se a partir dos princípios da solidariedade. Essa situação perdura até o desligamento da iniciativa, quando termina o processo de incubação.

As fases do processo de incubação estão relacionadas aos passos da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1997), são quatro: Pesquisa Exploratória, em que se detectam os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos possíveis de ação, por meio de diagnóstico interativo; Pesquisa Aprofundada ou Fase Principal, na qual a situação é pesquisada por meio de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e interpretados pelos participantes; Ação, que consiste na difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, e propostas negociáveis entre as partes; e Avaliação, cujo objetivo é observar, redirecionar e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo. A fase de pré-incubação compreende o passo da Pesquisa Exploratória; a fase de incubação compreende os passos de Pesquisa Aprofundada, Ação e Avaliação; e na fase de pós-incubação o passo da Avaliação é retomado e aprofundado, a fim de que os trabalhadores tornem-se conscientes de suas escolhas.

Todas as OPS demandam assessoria na dimensão relacionamento humano e princípios solidários, de forma a aprofundar o espírito de grupo. Por outro lado, apreender conceitos relacionados à gestão – pessoas, processos, finanças, mercadologia – torna-se essencial para que os grupos possam se autogerir. No entanto, acima de tudo isso, precisam entender o mundo em que vivem. Como salienta Paulo Freire,

> Quanto mais conscientização, mais se "desvela" a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em "estar frente à realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da "práxis", ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos sociais, que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece... (FREIRE, 1979, p.15).

Durante o tempo de incubação, as OPS de coleta seletiva conseguiram estruturar minimamente sua capacidade de parcerias e têm conseguido espaços para coleta de materiais em organizações. A prefeitura comprometeu-se em relação a coleta no município, e entrega o material nas oficinas de triagem. Algumas organizações atenderam a Chamada Pública da UFU, e retiram os materiais recicláveis dos *campi* de Uberlândia. No entanto, os trabalhadores se ressentem da quantidade de lixo que segue com esses materiais, e ainda não conseguiram aproximar-se da po-

pulação de forma a visibilizar seu trabalho. Em termos de comercialização, parte da produção acaba sendo entregue a atravessadores, que exploram os catadores. Em materiais como vidro e PET, a organização conjunta entre as OPS têm possibilitado a venda direta aos recicladores, melhorando o retorno financeiro das atividades. No entanto, o preço de seus produtos ainda é ditado pelos compradores, portanto a exploração subsiste.

As OPS ligadas aos movimentos de arte-cultura popular têm o desafio de aprofundar seu relacionamento com a sociedade, referenciando socialmente seu trabalho junto às comunidades com as quais fazem trocas. Esse processo não é simples, principalmente porque suas atividades não são sempre concretas do ponto de vista das comunidades, e a adesão popular é essencial para a sobrevivência dessas organizações.

As iniciativas produtivas de agricultores têm enfrentado desafios relacionados a coletivização de suas atividades. Uma das OPS conseguiu estruturar-se para produzir e comercializar sua produção para a merenda escolar das escolas municipais de Uberlândia e ganhou as licitações por três anos seguidos. No entanto, o maior desafio apontou para a necessidade de apoiar os agricultores no processo de entender e superar as contradições inerentes a viver em um mundo de trocas capitalistas. Os agricultores, muitas vezes, se sentem tentados a colocar os ganhos financeiros acima do processo participativo e essa contradição precisa ser compreendida e superada, caso contrário a organização se descaracteriza como solidária. Ainda, se o preço de sua produção é ditado por um terceiro de fora da organização, está preso a cadeias de atravessadores e sujeito a exploração.

Outra associação, produtora de hortifrutis orgânicos, comercializa cestas com kits de 13 itens de hortifrutis no porta-a-porta e em feiras de orgânicos, no entanto, os camponeses têm dificuldades de planejar de modo a produzirem coletivamente os itens que entregam nesses kits, reduzindo o trabalho individual de cuidar de mais itens de produção. Por outro lado, os camponeses vivem na tentação de "aderir" a modismos de mercado. Se os mesmos precificarem como os concorrentes capitalistas, para além do necessário à reprodução ampliada das condições de vida de seu grupo social, aproveitando a "onda" de consumidores que podem pagar mais por seus produtos, acabam estranhados de sua produção. A produção se torna cara para ser consumida por si e pelos seus iguais - outros trabalhadores. Essa é outra contradição a enfrentar: *para quem é destinada a produção?*, e a questão é alvo freqüente de discussão com o grupo nos encontros de planejamento e formação.

No âmbito do projeto, também temos desenvolvido pesquisas que buscam entender o comportamento dos consumidores de produtos orgânicos e qual o grau de conhecimento das pessoas em relação ao destino das embalagens dos produtos que consomem. Em linhas gerais, os resultados apontam que a esfera da produção das mercadorias é invisível aos olhos do consumidor: como as relações humanas estão, na atualidade, ancoradas na esfera dos interesses e na satisfação hedônica das necessidades, as pessoas enxergam apenas o campo da reprodução das mercadorias (a comunicação e a comercialização), mas não a produção, portanto os produtores (de produtos e serviços) são sempre invisíveis. Essa constatação traz duas oportunidades: a de apresentar os produtores à sociedade e discutir o consumo consciente.

Na agroecologia, a teoria do valor-trabalho se mostra interessante fonte de reflexão para buscar a ressignificação das relações com o mercado. O não-uso de agrotóxicos e adubos químicos, a busca do reequilíbrio dos ecossistemas, o cuidado humano necessário ao ato produtivo, mostram o quanto é o trabalho o centro da produção das mercadorias. E, sendo o trabalhador responsável por sua produção o mesmo empreendedor que coloca aquele alimento a disposição para o ato da troca, sem exploração de mais-valia no trabalho, sem prejudicar o equilíbrio ambiental, buscando o mercado local, portanto buscando os próximos para a comercialização, tem-se os argumentos para buscar o consumo crítico e solidário.

4. Cconsiderações Finais

Tendo em vista que os trabalhadores têm necessidades ligadas à sobrevivência familiar no dia-a-dia, o processo de sustentabilidade é essencial para assegurar que os ganhos financeiros mantenham a motivação produtiva dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo, essa motivação precisa ser orientada para a forja de relações críticas em relação ao que já viveram e presenciaram. A resolução de conflitos precisa passar pelo questionamento das soluções apresentadas pela organização capitalista, e os trabalhadores precisam ter apoio para refletir a construção de outras opções, mais solidárias, de organização e solução de contradições.

Não se pode esquecer que as OPS vivem em ambientes capitalistas e com eles fazem trocas, e que os trabalhadores viveram com as construções de soluções de conflito de seus antigos ambientes profissionais, ou então são impactados por eles quando assistem aos meios de comunicação tradicionais, dado que a indústria do conteúdo é reprodutora

desses padrões. Assim, os trabalhadores precisam de apoio para refletir sobre como solucionar problemas de relacionamento, produção e comercialização de forma solidária, entendendo as contradições que precisam enfrentar. E precisam ser apoiados para enfrentá-las, caso contrário apenas reproduzem as relações de exploração da economia capitalista.

O método de incubação do Cieps está em constante construção. Há uma percepção em relação à dependência econômica e que as OPS devem superar em primeiro momento a questão da viabilidade financeira da atividade envolvida, por meio de projetos, e ao mesmo tempo em que as assessorias são realizadas e as ações de formação são executadas, e assim pretende-se que haja uma troca de saberes e de experiências que levem a outra concepção de mundo.

As relações solidárias entre as OPS estão em processo de evolução lenta, mas positiva. Acontecem de forma pontual e somam uma forma de construção de princípios norteadores das ações dos trabalhadores. Um dos desafios é superar o assistencialismo, comportamento que está assimilado no subconsciente das pessoas. Portanto, também faz parte do processo de formação superar esse comportamento e transformá-lo em ações verdadeiramente solidárias.

É importante ressaltar que os trabalhadores envolvidos com o processo de incubação ainda são impactados diariamente por todos os instrumentos de reprodução do modo capitalista e inevitavelmente também reproduzem essas relações. O entendimento de competição é muito forte entre as iniciativas produtivas que acreditam que, cada uma ao seu modo, tem direito ao acesso a alguma política que a beneficie, talvez de forma intencional competindo com ou-

tra OPS afim. Com isso, acabam reproduzindo uma das mais cruéis regras do modo de produção capitalista, que é a concorrência a qualquer custo para vencer. É a máxima do mundo capitalista de que existem vencedores e perdedores.

Essa relação conflituosa acaba na prática empurrando os trabalhadores a atuarem juntos em determinados processos de comercialização. Na prática isso significa um avanço no sentido de que os trabalhadores estão percebendo que quando se juntam acabam criando mais possibilidades, porém isso não significa que compreenderam a lógica do trabalho cooperado, necessária para caminhar no sentido de uma prática emancipatória, em todas as suas nuances.

Muitos são os desafios colocados para o processo de incubação, e talvez o maior deles seja o de construir uma compreensão coletiva sobre a relação da história de marginalização de cada um dos seres sociais envolvidos, e o processo de resistência para superar o modelo que os colocou nessa situação. Para muitos uma coisa não tem nada a ver com a outra, ou seja, ainda acreditam que se "derem duro" no trabalho, vão conseguir ter algumas coisas que desejam. É fato que sim, esses trabalhadores conseguiram algumas dessas coisas, mas não mudou absolutamente nada em relação ao fato de serem o que as elites determinam o que esses homens devem ser. Assim, o trabalhador pode até comprar uma casa no programa Minha Casa Minha Vida, mas continuará sendo marginalizado pela sua origem e condição econômica.

É fundamental construir processos de trabalho que facilitem a compreensão sobre o trabalho cooperado e as relações com redes solidárias, no sentido de estabelecer um caminho perene e factível para romper com o modelo que

oprime e marginaliza os trabalhadores desde seus primórdios. As ações cooperadas devem ser incentivadas e fortalecidas entre as OPS incubadas, e extrapolar o ambiente interno, criando meios para que essa relação se estenda também para a sociedade.

Os processos de formação para o trabalho são fundamentais para contribuir para a superação dessas contradições. Aliar dinâmicas que consigam fazer as mediações entre o conhecimento técnico que deve ser dominado e subordinado aos interesses dos trabalhadores, e ao mesmo tempo associar práticas formativas que apontem para a tomada de consciência enquanto ser socialmente histórico, e que contemplem todas as necessidades humanas de acumular saberes para sua existência, são os desafios do processo de formação que se pretenda emancipatório, que aponte para a superação tecnicista e possibilite que os trabalhadores transfiram e gerem conhecimento, subordinem as tecnologias às suas necessidades, agregando valor para si, para seus pares e para a sociedade.

Referências

AKATU; INSTITUTO ETHOS. Pesquisa 2010 - **O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade**: Atitudes e Comportamentos frente ao Consumo Consciente, Percepções e Expectativas sobre a RSE. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/10_12_13_RSEpesquisa2010_pdf.pdf>Acesso em: 24 abr 2011.

AMA. American Marketing Association. Resource Library. **Dictionary of Marketing Terms**. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.marketingpower.com/AboutAMA/Pages/DefinitionofMarketing.aspx> Acesso: 14 mai 2012.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A.M. (orgs.) **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST**: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

CATAPAN, Araci H.; THOMÉ, Zeina R.C. **Trabalho e consumo**: para além dos parâmetros curriculares. Florianópolis: Insular, 1999. 120p.

CHURCHILL Jr., Gilbert A. & PETER, Paul J. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2ª ed. São Paulo: Sa-

raiva, 2010.
CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. Site institucional. Internet: http://www.cieps.proex.ufu.br/ acesso em 12out2015
EID, Farid (org). **Construindo uma economia solidária.** Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.
EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU**. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.
ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997.
FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2000. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc5.doc>. Acesso em12 jul 2005.
GRACIOSO, Francisco. **Contato Imediato com Marketing**. São Paulo: Global, 1997.
ICAZA, Ana M.S.; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10ª

ed.São Paulo: Prentice Hall, 2000.
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 12ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
KUJAWA, Henrique; BOTURA, Ivaníria. O Consumo Solidário na ótica do consumidor. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo**. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.
LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
MANCE, Euclides A. Consumo solidário. In: CATTANI, A.D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia – tratado introdutório.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.
MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Volume I tomo 1.** São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2.ed.
MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Biotempo, 2007.
PAULI, Jandir. O consumo solidário na perspectiva da estruturação de redes. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo**. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.
PEIXOTO, Eugênio. Acesso a mercados: relações de troca e desenvolvimento sustentável. In: FRANÇA, Cássio L. (org.) **Comércio Ético e Solidário**. São Paulo: Fundação Friederich Ebert / ILDES, 2002. 168p.
POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
RICHERS, Raimar - Recordando a infância do marketing brasileiro – Um depoimento Revista de Administração de

Empresas – **RAE CASES** – São Paulo, v.34, n.3, p26-40 – Mai/Jun.1994.
SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
SINGER, Paul. Teorias do Valor. In: **Curso de Economia Política**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
SMITH, Adam. **A riqueza das nações – investigação sobre a sua natureza e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
TESTA, Ivan. **Análise organizativa e funcional da padaria do Instituto de Educação Josué de Castro, RS**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Técnico em Administração de Cooperativas, Veranópolis: ITERRA, 2005.
THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.
ZERBINI, Fabíola; PISTELLI, Renata. Um ensaio sobre a educação para o consumo responsável: reflexões, pedagogia e prática. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.) **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo.** Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.

capítulo 5

O perfil do cooperado da COPERCICLA e a perspectiva extensionista: Serviço Social e cooperativismo[1]

Cibele da Silva Souza
Flander de Almeida Calixto

1. Introdução

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em março de 2013 em meio às ações do projeto "Empoderando os trabalhadores do cooperativismo na economia solidária - PROEXT Edição 2013", que tem por objetivo estabelecer um perfil socioeconômico dos cooperados da COPERCICLA, lugar onde o projeto tem versões desde 2010.

A Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba - COPERCICLA - foi fundada em 2001, tendo como cooperados parte dos antigos catadores do lixão da cidade e desde a data conta com a parceria da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP/UFU, representada pelos cursos de Serviço Social, Engenharia de Produção e Administração. Foi firmado um termo de cooperação entre as duas instituições, e desde 2010 a faculdade contribui com a formação dos cooperados, cessão de materiais permanentes e de consumo adquiridos pelo PROEXT, desenvolvendo

1 Resumo publicado nos Anais do VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - VII CBEU. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 7 a 9 de setembro, 2016.

ações de assistência social com as famílias dos cooperados a partir da inserção nas políticas públicas das três esferas de governo. Procura-se sempre fortalecer os preceitos da economia solidária (SINGER, 2002) e formação da sociabilidade na direção do trabalho solidário, que foi uma opção dos cooperados como metodologia de gestão. Desde 2011 a Cooperativa conta com bolsistas de extensão e, a partir de 2012, com duas alunas estagiárias do curso de Serviço Social da FACIP/UFU.

No ano de 2014, a equipe de trabalho sentiu a necessidade de levantar o perfil socioeconômico dos cooperados, para fins de pesquisas e criação de projetos de intervenção. As duas estagiárias do curso de Serviço Social presentes na Cooperativa realizaram o levantamento dos dados que se seguem. Houve dificuldades para coletar os dados, devido às exigências da atividade laboral. Dessa forma não conseguimos realizar a entrevista o total da equipe, porém coletamos dados com 34 cooperados.

2. Desenvolvimento

2.1 Referente à Idade dos Cooperados

Em relação à idade dos cooperados, observa-se que o maior número se concentra na faixa etária adulta (30 a 59 anos), representando 67,64%. Em segundo lugar, cooperados que estão na classificação de jovens (18 a 29 anos), representando 20,5% dos cooperados e, a menor parte da amostra se encontra na fase idosa (acima de 60 anos), 11,8%. Um dos possíveis fatores que influenciam esses números é a natureza do trabalho na cooperativa, que exige uma maior força física para a atividade laboral, confirmado pelo número de adultos com até 59 anos. Contudo, é importante ressaltar que a cooperativa, inclui no seu projeto,

a inserção de cooperados idosos admitidos entre os cooperados entrevistados, (11,8%).

2.1.1 Tabela Idade dos Cooperados

Faixa etária	fi
15 a 29 (jovens)	07
30 a 59 (adultos)	23
Acima de 60 (idosos)	04
Total	34

Fonte: COPERCICLA

2.1.2 Gráfico Idade dos Cooperados

2.2 Referente à Escolaridade dos Cooperados

Em relação à escolaridade, observa-se que a maior parte (73,5%), não chegou a concluir o antigo ensino fundamental (hoje, ensino fundamental II) e não permaneceu na escola, tendo ainda 8,8% de cooperados que nunca foram à escola. Observamos que semelhantemente, 8,8% concluíram a educação básica (ensino médio) e apenas um cooperado possui ensino técnico. Nota-se a predominância da pouca escolaridade. Por essa razão o trabalho extensionis-

ta realizado pela FACIP/UFU (Serviço Social e Engenharia de Produção), optou por adotar as estratégias da Economia Solidária, que absorvem metodologias da Educação Popular de herança freiriana. As formações em Economia Solidária, desde 2010, que ocorreram bimestralmente, foram estruturadas com base nas necessidades trazidas pelos cooperados nas "rodas de conversa" por meio dos diálogos realizados com a bolsista e estagiárias. Disso decorreram demandas, entre elas os problemas de saúde apresentados pelos cooperados. Foram gerados encaminhamentos pelo Serviço Social e direcionaram as formações para atender à demanda de ergonomia e educação postural, custeadas pelo PROEXT/MEC/SESu na direção da preservação da saúde laboral dos cooperados. A Engenharia de Produção estruturou cursos com a Metodologia 5S (senso de utilização, senso de organização, senso de limpeza, senso de padronização e saúde, senso de disciplina ou autodisciplina). Utilizou-se as técnicas da Educação Popular, o que foi muito proveitoso, tanto para os estudantes quanto para os cooperados que puderam dar exemplos elucidando as questões abordadas.

2.2.1 Tabela referente à Escolaridade dos Cooperados

Nível escolar	fi
Nunca foi à escola	03
Ensino fundamental I incompleto	05
Ensino fundamental I completo	10
Ensino fundamental II incompleto	10
Ensino fundamental II completo	01
Ensino médio incompleto	02
Ensino médio completo	02
Curso técnico	01
Total	34

Fonte: COPERCICLA

2.2.2 Gráfico referente à Escolaridade dos Cooperados

2.3 Referente à Saúde dos Cooperados

Pode-se verificar que as doenças mais relatadas são relacionadas a dores musculares, nas pernas e coluna, embora não representem um grande número na amostra, 11,8%. Observa-se que a faixa adulta, caminhando para na faixa idosa, aparecem os cooperados com hipertensão. Este não é um problema de saúde predominante.

No ano de 2013, a entrada do curso de Engenharia de Produção FACIP/UFU, agregou novas informações baseadas na observação realizada no cotidiano da cooperativa, utilizando as tecnologias educativas da Educação Popular. O objetivo inicialmente foi melhorar as rotinas de trabalho, procurando agregar a ginástica laboral e as pausas de descanso, que objetivam atingir uma proposta de vida qualificada no ambiente de trabalho, o que pode ser um dos fatores para o baixo número de pessoas com problemas ergonômicos. Destaca-se que este trabalho exige alto esforço físico nas atividades laborais da coleta dos materiais reciclavéis, seja nas vias urbanas, ou pelo trabalho executado internamente no barracão de separação, que compreende as atividades: descarga do caminhão de coleta, separação na esteira, enfardamento do material reciclável, rolagem

dos fardos e montagem da carga.

Dentre os outros problemas de saúde citados se encontram: problemas deficiência visual (1), colesterol alto (1), artrite (1), artrose (1), diabetes (1), dores abdominais (1), nódulos (1), labirintite (1), fibromialgia (1) e osteoporose (1), que de forma direta ou indireta podem estar associadas à atividade laboral.

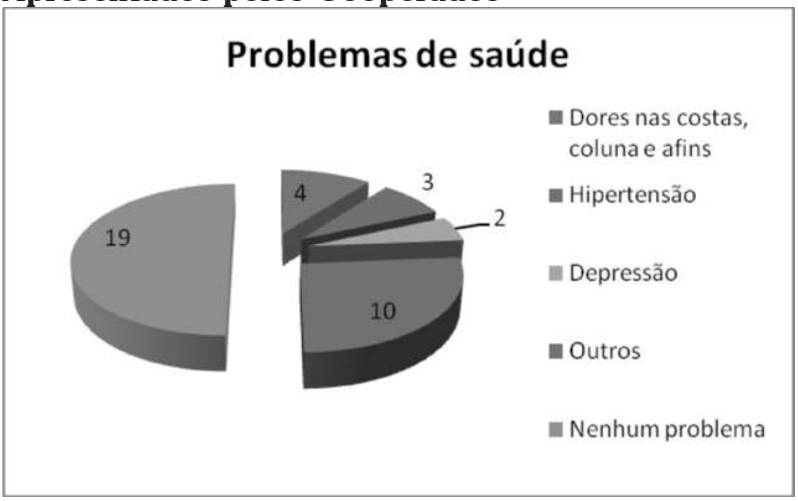
Entre os cooperados, há aqueles com mais de um problema de saúde, enquanto um número significativo dos entrevistados, 19 ao todo (55,9%), disseram não apresentar nenhum problema de saúde, o que pode ser atribuído ao trabalho de ergonomia e outras ações emprendidas pelo Serviço Social que melhoram a saúde (como alongamentos, campanhas de vacinação, palestras, visita de educadores fisícos, enfermeiros e fisioterapeutas) que são realizados ao longo dessa parceria UFU-COPERCICLA.

2.3.1 Tabela referente aos Problemas de Saúde Apresentados pelos Cooperados

Problemas de saúde	fi
Dores nas costas, coluna e afins	04
Hipertensão	03
Depressão	02
Outros	10
Nenhum problema	19
Total	38

Fonte: COPERCICLA

2.3.2 Gráfico referente aos Problemas de Saúde Apresentados pelos Cooperados



2.4 Sobre a Renda Média Mensal dos Cooperados

A renda média dos cooperados se dá por meio do rateio de sobras; em março de 2014, girava em torno de R$780,00/mês. Além disso, o trabalho do Serviço Social, juntamente com o Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM Campus Ituiutaba, vem facilitando o acesso as políticas públicas governamentais. No ano de 2013, a cooperativa entrou em um programa do Estado de Minas Gerais denominado "Bolsa Reciclagem", que confere aos cooperados, trimestralmente, uma bolsa de incentivo atualmente em torno de R$180,00 por cooperado.

2.4.1 Tabela Renda Média Mensal dos Cooperados

Renda média mensal	fi
R$780,00	34
Total	34

Fonte: COPERCICLA

2.5 Referente ao Estado Civil dos Cooperados

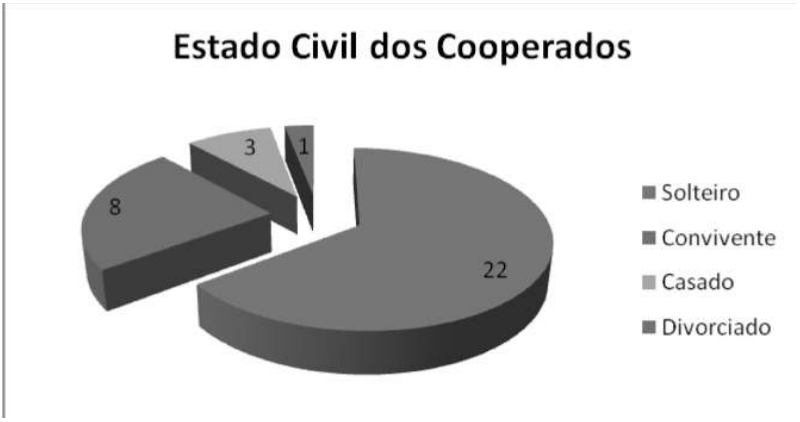
Em relação ao estado civil, a maior parte declarou ser solteira (64,7%), 23,5% declararam ser conviventes, 8,8% casados e 2,4% divorciados. Percebe-se na amostra indicações da nova configuração familiar em que a maioria das pessoas na idade adulta reprodutiva deixa de tratar o casamento civil como uma regra. Nota-se inclusive que o número de cooperados conviventes supera o de casados, confirmando nossa inferência.

2.5.1 Tabela Estado Civil dos Cooperados

Estado civil	fi
Solteiro	22
Convivente	08
Casado	03
Divorciado	01
Total	34

Fonte: COPERCICLA

2.5.2 Gráfico Estado Civil dos Cooperados



2.6. Referente à Pessoa de Referência do Lar[2]

Analisando os dados relativos à Pessoa de Referência do Lar, nota-se que grande parte dos cooperados entrevistados, 47% são mulheres, divorciadas ou solteiras, que moram sozinhas ou com o(s) filho(s). Dentre os homens na mesma condição, essa porcentagem cai para 14,7%. Aproximadamente a terça parte dos cooperados dividem a manutenção financeira do lar com seus companheiros, sendo então o casal a pessoa de referência da casa. Esses dados reforçam o crescente papel da mulher na sociedade onde ela passa a ter uma representatividade maior, inclusive financeira, dentro dos lares brasileiros.

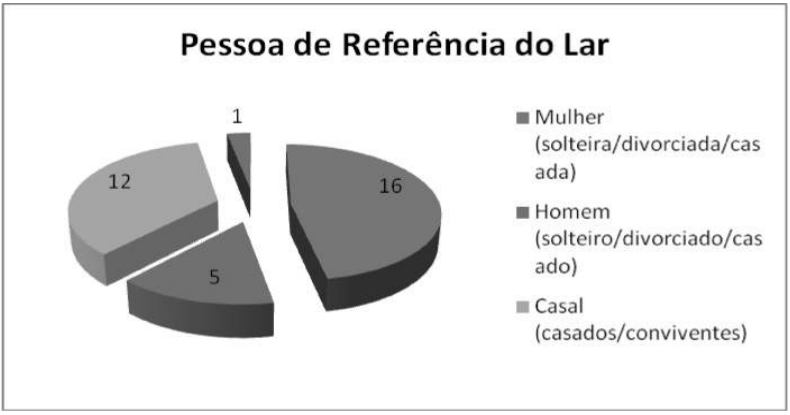
2.6.1 Tabela Pessoa de Referência do Lar

Pessoa de referência	fi
Mulher (solteira/divorciada/casada)	16
Homem (solteiro/divorciado/casado)	05
Casal (casados/conviventes)	12
Não é pessoa de referência do lar	01
Total	34

Fonte: COPERCICLA

2 O IBGE está substituindo o termo "chefe de família" por "pessoa de referência". Disponível em http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/11/29/em-dez-anos-quadriplica-percentual-de-mulheres-que-sao--chefes-de-familia.htm. Acessado em 05/08/2014.

2.6.2 Gráfico Pessoa de Referência do Lar



2.7 Sobre o Núcleo Familiar dos Cooperados

(estes dados referem-se a 22 cooperados da amostra, os 12 cooperados restantes não responderam a este item do questionário).

Observou-se que entre os 22 cooperados que responderam ao questionário, a composição familiar é constituída em sua maioria (79,4%) por famílias com até 4 pessoas, seguidos de famílias de 5 a 6 pessoas (14,7%). Prevalece o número menor de pessoas por família, configurando-se a predominância de famílias menores nos núcleos urbanos.

Predominantemente os/as cooperados (as) são mulheres (70,5%), o que demonstra o crescimento de mão de obra feminina na cooperativa, contrariando a ideia de que trabalhos mais pesados (esforço físico) são predominantemente ocupados por homens.

Observou-se que, entre os núcleos familiares com até 3 pessoas, a predominância é de cooperadas com filhos (29,4%), sem companheiro fixo que participe das responsabilidades econômicas da família.

2.7.1 Tabela Núcleo Familiar dos Cooperados

Pessoas por núcleo familiar	fi
1	01
2	04
3	05
4	07
5	02
6	03
Total	34

Fonte: COPERCICLA

2.7.2 Gráfico Núcleo Familiar dos Cooperados

2.8 Sobre a Participação dos Cooperados em Programas Sociais

Observa-se que praticamente todos os cooperados, 94,1%, estão inseridos em algum programa social criado pelo governo (Farmácia Popular, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Minha Casa Minha Vida, PROEXT, FUNASA). O programa social onde se vê

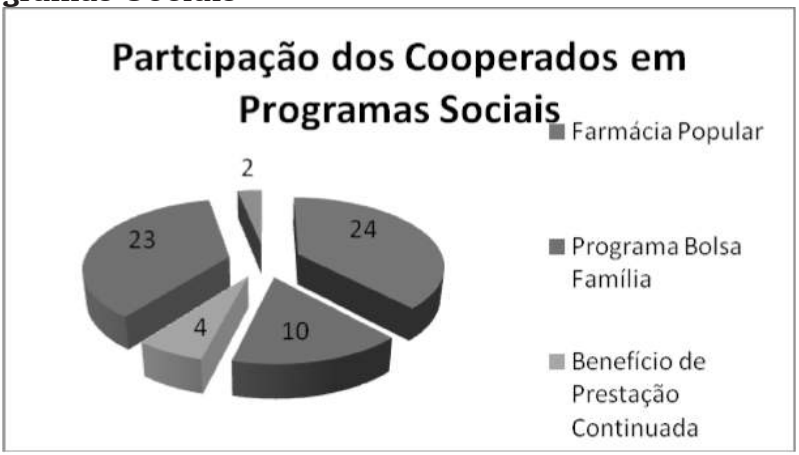
mais cooperados inseridos é a Farmácia Popular (70,6%), seguido pelo Minha Casa Minha Vida (67,6%). E de forma indireta o PROEXT e FUNASA foram responsáveis por investimentos em bens patrimoniados que qualificaram o trabalho da coleta seletiva, melhoraram a saúde dos trabalhadores além de aumentar a área atendida pela coleta seletiva.

2.8.1 Tabela Participação dos Cooperados em Programas Sociais

Programa social	fi
Farmácia Popular	24
Programa Bolsa Família	10
Benefício de Prestação Continuada	04
Minha Casa Minha Vida	23
Nenhum	02
Total	63

Fonte: COPERCICLA

2.8.2 Gráfico Participação dos Cooperados em Programas Sociais



3. Considerações finais

A experiência na COPERCICLA, iniciada em 2010, foi uma resposta do curso de Serviço Social da FACIP/UFU, a uma demanda que emergiu do I Seminário de Serviço Social (2010), criado pelos professores do curso em parceria com as organizações sociais, movimentos populares e representantes dos trabalhadores de Ituiutaba. Na ocasião, o recém implantado curso contava com três professores e 37 alunos do 1º período com três meses de aulas presenciais. Este seminário tinha como objetivo escutar a demanda da sociedade tijucana. O material recolhido neste evento subsidiou a reestruturação curricular do curso e apontou os eixos de interesse das ações na comunidade, entre elas, geração de trabalho e renda em que se encaixava as demandas de apoio técnico da cooperativa.

Esta pesquisa chega em um momento importante, após estarmos envolvidos com a cotidianidade da cooperativa, em que foi firmado um laço social com o curso a partir das ações extensionistas implementadas. O período de quatro anos permitiu a professores e estudantes envolvidos nos projetos, assimilar aspectos das sociabilidades dos cooperados, suas lutas, a relação com as políticas públicas, a aplicação dos conhecimentos teóricos metodológicos pelos acadêmicos envolvidos, seja no estágio curricular seja nos projetos extensionistas, afirmando a presença da universidade pública em espaços que são tradicionalmente, de pouco interesse econômico, porém de grande interesse social.

Dessa forma, a leitura de perfil do cooperado torna-se importante neste momento para a equipe que vem desenvolvendo as ações na COPERCICLA. Tais dados sinalizam características de um grupo de trabalho heterogêneo. Hoje,

alguns poucos permanecem da época de fundação da cooperativa (2003), que em sua maioria eram catadores do "lixão".

Comparativamente àquela época, a idade predominante é a mesma, 30 a 59 anos, com baixa escolaridade e apresentando problemas de saúde que tem relação com intensa atividade física laboral. No entanto, mais da metade da amostra afirmou ter uma saúde satisfatória. O trabalho desenvolvido pela universidade e os investimentos propiciados pela atividade extensionista nestes anos pode ter contribuído para este dado. A pesquisa não consegue capturar problemas associados à adicção e alcoolismo, porém, esse problema de saúde está presente entre alguns cooperados, sendo causa de absenteísmo entre outros problemas de natureza relacional no grupo. Atualmente, o Serviço Social pretende desenvolver uma ação no sentido de trabalhar com estes cooperados a entrada em programas de suporte à dependência química. É importante ressaltar que se não houver um laço profissional com esses sujeitos, a possibilidade de êxito nesta ação é improvável, razão pela qual nos preocupamos no estabelecimento do laço social de confiança.

Em relação à renda, nitidamente houve um avanço expressivo. A mudança provocada pela esteira de separação, adquirida pelos projetos extensionistas, mudou a realidade laboral. Recentemente, o caminhão que veio para a coleta, por meio da FUNASA, consolidou o patamar de renda superior ao salário mínimo. Pode-se dizer com segurança, que os investimentos realizados triplicaram a renda dos cooperados. Paralelamente, a inserção em políticas públicas nas três esferas de governo, veio ampliar a condição de cidadania dos cooperados com efeitos importantes na

percepção deles próprios como um coletivo organizado. A metade dos cooperados não possuía casa própria. Por meio da atuação do Serviço Social, 23 famílias, das 45, já possuem sua casa própria (tabela 2.8.1) por meio dos programas federais, sem falar da organização de documentos pessoais conseguidos pelo estágio supervisionado.

Um ponto que ainda está frágil refere-se à escolarização. Embora alguns cooperados tenham até oito anos de vida escolar, percebe-se uma insuficiente proficiência de leitura e escrita, além de deficiências em cálculos matemáticos. Tais problemas dificultam uma maior integração dos cooperados nas habilidades de gestão, embora o grupo possua um cooperado que vem desempenhando esse papel por seguidas eleições na cooperativa. Considerando esse aspecto, optamos por trabalhar com a educação popular, partindo da percepção concreta dos sujeitos a uma construção abstrata com elementos do cotidiano (HELLER, 1989). Apesar da imediaticidade própria a singularidade dos sujeitos, obtivemos nas "rodas de conversa" resultados significativos.

Em relação às questões ligadas à família, observou-se que a maioria não vive em um núcleo familiar tradicional (nuclear). A maior parte declarou-se solteira, embora haja indícios de que neste grupo, exista relações de convivência pouco perenes. Os que se declararam casados são menos que 10%. Percebe-se que um número expressivo de cooperadas são as pessoas de referência do lar, fato este que facilitou o trabalho do Serviço Social na inclusão desse seguimento nos Programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família.

A importância da atividade de extensão tem colaborado na produção do conhecimento, sendo um espaço de pesquisa para os estudantes e professores além de ser uma

oportunidade de trabalho por meio da supervisão de estágio curricular. O perfil que aqui identificamos, reflete resultados de trabalho e efetivo envolvimento neste espaço, no qual entendemos que a extensão universitária pode ser mais que sua dimensão semântica, desde que submetida a uma análise crítica. Nesse sentido, a entendemos como "comunicação", seguindo os passos de Paulo Freire (1977) em que o conhecimento do mundo não deve ser transferido e depositado de modo estático sem conhecer a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira de conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes. "Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito que o homem pode realmente conhecer" (1977, p. 27). Entendemos que extensão como comunicação é uma possibilidade crítica do Serviço Social na relação com as gentes, aprendendo e construindo com elas na perspectiva do projeto ético político.

Referências

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

HELLER, Agnes. Cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

UOL Economia. Disponível em: http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/11/29/em-dez-anos-quadriplica-percentual-de-mulheres-que-sao-chefes-de-familia.htm. acessado 05/08/2014.

capítulo 6

Metáfora da Família na Análise Organizacional: um olhar sobre o empreendimento solidário Associação de Mulheres Tecelãs na Comunidade Rural Córrego do Açude

Peterson Elizandro Gandolfi
Maria Raquel Caixeta Galdolfi

1. Introdução

Na busca de explicações para a complexidade identificada nas organizações utiliza-se várias abordagens. Devido às origens da ciência administrativa, observa-se que o paradigma mais estudado e analisado é o paradigma funcionalista, aquele que possui um alto grau de objetividade. Entretanto, vários autores como Hatch (1997), Bolman e Deal (2003), e Morgan (2004) apresentam outras possibilidades de análises e interpretações. Nesse contexto, busca-se uma análise mais subjetiva em torno de um objeto de análise.

Por outro lado, o debate quanto às possíveis rupturas ou continuidades dos processos coletivos, seja em países, em organizações ou em grupos de indivíduos, tem ocupado espaço considerável, nas últimas décadas, no âmbito aca-

dêmico de modo geral e, em particular, na área de gestão social.

A comunidade rural Córrego do Açude, localizada no município de Ituiutaba-MG, composta de aproximadamente cento e duas famílias, constitui-se no objeto de análise do presente estudo. Após um processo de êxodo rural, ocorrido a partir do aumento do plantio de cana-de-açúcar, essa comunidade começou a se "potencializar" com o surgimento de novas alternativas de arranjos sócio-produtivos locais, decorrentes do desenvolvimento de artesanatos preconizado pelas mulheres produtoras rurais.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que utiliza, de forma complementar, da abordagem quantitativa. O método de procedimento é o estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com membros da comunidade, observações e documentos disponibilizados pela mesma.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente discutimos as organizações como metáforas. Em seguida descrevemos os processos metodológicos detalhando a definição da amostra e na coleta e validação dos dados, os resultados alcançados e, por fim, apresentam-se as considerações finais e o referencial bibliográfico utilizado.

2. Organizações como Metáforas

As organizações têm sido analisadas, predominantemente, pela perspectiva funcionalista, o que não é suficiente, segundo Hatch (1997), para explicar a complexidade da dinâmica organizacional.

O presente trabalho tem como foco as narrativas e da organização, sustentando-se em uma abordagem interpretativo-simbólica. Esta abordagem, segundo Hatch (1997),

compreende a noção de símbolo como algo que representa uma associação consciente ou inconsciente com algo mais amplo, usualmente um conceito ou significado mais abstrato.

Bolman e Deal (2003, p.242) propõem que

> Por um quadro simbólico destacam idéias por diversas fontes e vários pressupostos: o que é o mais importante não é o que acontece, mas o que isso significa; atividade e significados são ligeiramente ligadas; eventos têm múltiplos significados, porque as pessoas interpretam de forma diferente.

A abordagem dos processos de comunicação enfoca como os significados são interpretados dentro da organização. A análise das organizações por meio de metáforas vem se constituindo em uma prática de pesquisa organizacional que contribui para a construção de teorias. Essas oferecem explicações em diferentes níveis de análise. As metáforas são símbolos que contribuem para que os membros da organização estruturem suas crenças e comportamentos. Os ritos e rituais são eventos e práticas organizacionais, símbolos que desempenham papel importante na manutenção da infra-estrutura organizacional

Putnam, Phillips e Chapman (2004) apontam, a partir do trabalho de diversos autores, que a contribuição da análise metafórica ocorre de três formas: (1) articulação das hipóteses ontológicas de diferentes visões das organizações; (2) revelação do fundo assumido dos constructos organizacionais chaves; e (3) geração de novos constructos.

Além disso, os autores também apontam que os participantes (funcionários, fornecedores, clientes, por exemplo) das organizações também usam a análise metafórica para descrevê-las. Nesse sentido, A metáfora organizacional é,

então, um modo com que os membros analisam a organização, usando "lentes" para perceber, interpretar e compreender o que nela ocorre.

Dentro deste contexto, destaca-se o trabalho de Morgan (2004), em que o autor apresenta oito imagens para descrever e explicar o funcionamento, as atitudes e crenças organizacionais e, também, o modo como essas perpetuam e constroem a cultura organizacional. Para esse autor, todas as oito imagens têm potencialidades analíticas e podem até mesmo coexistirem, considerando-se o caráter multifacetado das organizações.

Entretanto, apesar a potencialidade da análise, o uso de metáforas para a interpretação das organizações possui limitações e críticas. Hatch (1997) destaca:

- por meio de uma metáfora, visualiza-se as semelhanças entre dois mundos, mas nada revela sobre as diferenças entre eles. Nesse sentido se oferece um conhecimento parcial da realidade; e
- Uma metáfora depende das semelhanças entre duas organizações que não são idênticas. Como, geralmente, se ignora ou desvaloriza as diferenças entre elas, ou até mesmo se sobrevaloriza as semelhanças, a metáfora pode levar a extremos que podem ser mais ou menos ridículos.

3. Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa cujo método de procedimento é o estudo de caso. Para isso tomou-se como base os estudos de Eisenhardt (1989) e Yin (2001). Neles utilizou-se distintas técnicas de coleta e análise dos dados, como uma forma particular de investigar a realidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com membros da comunidade e documentos disponibilizados pela mesma. Além disso, utilizou-se a observação como forma de triangulação dos dados e aumento da confiabilidade do método.

Definição da Amostra

A amostra de pessoas entrevistadas foi intencionalmente definida (EISENHARDT,1989) a partir de duas condições: membros da comunidade e membros da associação feminina.

A partir da primeira condição definida, foram eleitos oito moradores(as) mais antigos da região que pudessem, com suas memórias, vivências e experiências, explicar a história local. Buscou-se também entrevistar a esposa do doador das terras em que atualmente está localizada a escola rural e o presidente da associação rural. Para garantir a segunda condição, foram entrevistadas quatro artesãs que participaram de todo o processo de formação do grupo e das orientações de incubação.

Assim, destaca-se que foram realizadas, para fins deste trabalho, 12 entrevistas (todas realizadas no mês de setembro de 2009), com um roteiro previamente confeccionado.

Coleta de Dados e Validação

Uma intensa quantidade de documentos e fotos foi disponibilizada e analisada pelos pesquisadores. Dentre eles, algumas anotações do doador das terras da escola, descrevendo a chegada de cada um de seus quatro filhos, além de negociações com vizinhos e criação "a meia" (divisão em partes iguais) de animais como, por exemplo, galinhas e porcos de granja.

A observação direta se fez presente em algumas reuniões e dinâmicas promovidas durante o processo de incubação.

Em relação à técnica de coleta de dados utilizada, utilizou-se a entrevista semi-estruturada. Todas foram autorizadas pelos autores, gravadas e transcritas buscando-se detalhar toda a riqueza de detalhes dos entrevistados. A justificativa para a utilização desse tipo de entrevistas reside no fato de que o entendimento da realidade pesquisada deve ser buscado no próprio discurso fornecido pelos entrevistados. À medida em que falam de sua própria realidade, os entrevistados deixam transparecer, além dos fatos objetivos, elementos subjetivos que podem ajudar a esclarecer o fenômeno estudado.

Embora algumas das definições sobre entrevista semi-estruturada enfoquem aspectos mais funcionais como a utilização conjunta de questões abertas e fechadas (BAILEY, 1982, por exemplo), utilizaremos, neste trabalho, as abordagens de Bryman (1992) e Alves-Mazzotti e Gewandsznadjder (2001), que caracterizam esta técnica em termos de um grau intermediário de estruturação entre a entrevista dirigida e a não-diretiva, que proporciona ao entrevistador um maior grau de liberdade no decorrer do processo.

De acordo com estas abordagens, o investigador utiliza um roteiro prévio de alguns pontos que ele acredita serem relevantes e deixa que o entrevistado construa seu próprio discurso e, consequentemente, dê sentido à sua própria realidade. No decorrer da entrevista, no entanto, o pesquisador pode investigar mais profundamente pontos que, embora não estivessem no roteiro original, possam ser relevantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Para Cardoso (1999, p.21), o discurso é "(...) fruto do reconhecimento de que a linguagem tem uma dualidade

constitutiva e que a compreensão do fenômeno da linguagem não deve ser buscada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora do pólo da dicotomia língua/fala". Neste sentido, o procedimento de análise de dados inseriu-se no campo da análise de discurso.

4. Caracterização da Região e da Organização

Uma região produtiva, uma posição favorável e um clima propício são os principais fatores para uma boa produção agrícola. O Triângulo Mineiro é um grande exemplo disso, seja pelo café, tomate, maracujá, arroz, soja, entre muitos outros produtos que aqui são produzidos. A cidade de Ituiutaba, situada no Pontal do Triângulo, foi sem dúvida uma das maiores produtoras de arroz do Brasil Central durante as décadas de 1950/1970. A posição geográfica favorável, a terra fértil e o longo período de chuvas na região foram de grande importância para que a cultura do arroz se instalasse com grande sucesso em Ituiutaba, Capinópolis, Canápolis, Santa Vitória e Iturama. Um dos fatores que auxiliaram para que essa região se tornasse o pólo arrozeiro do país foi a proximidade com a cidade de Uberlândia pois, com sua posição privilegiada e saídas para vários estados, era uma grande distribuidora atacadista do produto, além de possuir ainda, naquele período, um grande número de beneficiadoras de arroz.

Todos estes fatores fizeram com que muitas pessoas se deslocassem de suas regiões, principalmente do Estado de São Paulo e do Norte/Nordeste de Minas, para a região do Pontal do Triângulo, no caso em questão, para a cidade de Ituiutaba, pois o crescente ritmo da produção do arroz tornou Ituiutaba e Uberlândia pólos econômicos de muita

importância no cenário agrícola brasileiro. Com a abertura de novos pastos no Pontal do Triângulo Mineiro e no Estado do Mato Grosso, a produção do arroz começou a perder espaço para a pecuária de corte e leiteira, para o milho e a soja, pois com a entrada destes produtos o arroz acabou se tornando desinteressante, economicamente falando.

Assim, Ituiutaba começou a sofrer com a concorrência do arroz irrigado do Sul, tipo agulhinha, que acabou se intensificando em conjunto com o descaso do governo em pesquisas de novas formas de produção e fatores de mercado, fazendo com que cultura do arroz perdesse de vez seu espaço na região.

Entre Ituiutaba e Capinópolis, no estado de Minas Gerais, se encontra uma comunidade que, assim como muitas outras, passou por todo esse processo. A comunidade rural Córrego do Açude é uma das regiões mais tradicionais do município de Ituiutaba. É claro que o arroz não se instalou ali de uma hora para outra, isso aconteceu e faz parte de um processo, de um caminho percorrido pela cultura e modificações do modo de vida das pessoas da região. Motivos? São vários, mais dentre eles podemos destacar o que entendemos de "progresso" e "modernização do campo".

4.1. A Comunidade Córrego do Açude

As produções no Córrego do Açude eram basicamente para subsistência, ou seja, as famílias rurais, principalmente aquelas que possuíam um pequeno "pedaço de chão", produziam para o consumo próprio, sendo que, quando a produção era maior que o esperado, aquilo que não seria consumido, era "trocado" ou vendido para se adquirir sal e querosene, um dos poucos produtos que não havia possibilidade de serem produzidos no campo.

> [...] nóis produzia o arroz, produzia o feijão, o óleo de fazer a comida era do porco que a gente matava, a gente tinha criação de porco... é uma vida que a gente fala assim, mais uma vida até boa... [...][...]Às vez vendia... a produção foi cresceno, a tempo que a gente chegô vendê tamém... aí nóis passô pros plantio mais comercial né, a gente enchia uma camionete de capado, ia pra cidade e vendia aquilo. Lá já vendia aquilo e já fazia a fêra dos necessário... a fêra do meu pai era sal e querosene, os outros trem produzia tudo em casa, era um açúcar, feijão, arroz, a carne já tinha de porco, tinha de galinha, tinha de tudo...[...] (ENTREVISTADO 01)

Ao lado de uma agricultura de subsistência predominante na região do Córrego do Açude, a relação de trabalho entre patrão e empregado era muito estreita, onde muita das vezes acabavam se "confundindo", dando lugar a laços afetivos, onde muita das vezes o patrão e o empregado se tornavam compadres uns dos outros. Havia um grande número de agregados e trabalhadores rurais no Córrego do açude, colaborando muito para todas as formas de sociabilidades. Jogos de futebol entre comunidades diferentes, tradições como a Treição, malhação do Judas, encomendação das almas, festas de cunho religioso ou não, entre muitos outros, podem ser considerados uma forma de sociabilidade, além de reunir um número expressivo de pessoas, e eram constantes naquela região.

> [...]Quando eu fui criado, quanta diferença... tinha a sede do meu pai, do meu avô e tinha mais dezesseis casas de agregados, desde funcionários de tirar leite e arrendatários. Tinha: time de futebol, tinha o que eles chamava de fazer treição, que era: fazia uma surpresa, quando via que algum produtor, que algum desses agregados tava

> na dificuldade, ou gente que tinha alguma doença, ou que por algum motivo não ia conseguir tocar o roçado, a lavoura, eles combinavam entre eles e faziam o que eles chamavam de treição, treição porque? Contava pra mulher e não pra ele, então mulher não contava e de noite ela colocava a calça dele do avesso[...][...]aí de noite chegava soltando foguete, fazendo barulho, trator funcionando e aquele maior auê. E a obrigação dele depois era matar um porco, uma novilha, alguma coisa pra fazer o pagode no fim do dia, eles trabalhavam levavam o trator com o tanque cheio, ia de foice pra batê os pasto, trabalhava o dia inteiro[...][...]e as mulheres iam pra cozinha pra poder fazer aqueles tachão de comida pra poder levar pra roça. Mais, o que ele tinha que fazer é dar o pagode a noite![...](ENTREVISTADO 02)

Mas esse grande número de agregados e trabalhadores rurais acabaram decaindo muito. As questões trabalhistas, um avanço na legislação brasileira, acabou sendo um propulsor para a diminuição de empregos na zona rural. Muitos produtores não tinham como pagar os direitos trabalhistas, e, além disso alguns empregados acabavam se aproveitando dessas leis:

> [...]Primeiro começou com a questão trabalhista que foi ficando... é... mais difícil pra alguém ter alguém alí e conseguir pagar o INSS pra todo mundo... ser legalizado... então não conseguia... então alguns já começava a ter problemas... qualquer probleminha que tinha, então ce vai embora! E o pessoal foi...[...] (ENTREVISTADO 03)

> [...]Mas podia até pagar. O proprietário pagava, mais quando eles queriam ainda, se eles trocassem um pé de uma árvore ele tinha que... ele queria receber por aquele pé de árvore! Então era muito difícil pra manter um empregado ali né, naquela

> época...e eu acho que fez o que? Eles se mudar... e ae os proprietários também né, não quiseram mais contratar ninguém né... e foi acabando isso...[...] (ENTREVISTADO 04)

Os produtores rurais começaram então a investir em maquinários, insumos agrícolas, novas formas de produção, enfim, começaram a "modernizar" suas técnicas agrícolas, ocasionando dessa maneira, o decréscimo da necessidade de mão-de-obra no campo, ou seja, não precisariam mais de muitos empregados para realizar os serviços, diminuindo ainda mais os empregos no campo. Os maquinários, modernos e práticos com mais "meia dúzia" de empregados fariam, portanto, o serviço de "sessenta" homens! Portanto acabaria a "dor de cabeça" dos proprietários com questões trabalhistas, e, é claro, geraria mais lucro aos mesmos, pois mesmo diminuindo o número de empregados, os novos maquinários, técnicas de plantio inovadoras e insumos que prometiam ser mais eficazes, a produção da propriedade aumentava e muito. Sendo assim, com a produção por hectare cada vez maior e poucos salários para pagar, os proprietários vêem seu lucro cada vez maior, mas é claro que essa é uma realidade dos grandes produtores, pois os pequenos não tinham poder monetário o suficiente para comprar maquinários, os quais eram muito caros. Todos esses fatores tiveram parte no êxodo rural de trabalhadores e moradores da região do Córrego do Açude, mas é claro, não os únicos motivos. Com o preço da cana-de-açúcar, a pouca mão-de-obra que ela necessita e a instalação de usinas na região, acabou por diminuir ainda mais o número de pessoas no campo.

> [...]muitas família teve que mudá daqui da região.

> A região tinha muita povoação, mais ai chegô a cana e num tem serviço né. Num tá tendo serviço, tirô oportunidade de muita gente né. Teve que mudá, teve que mudá pra cidade, mudá pra outras regiões. Portanto, a escola vem cada vez diminuindo mais né. Num tá tendo serviço pra ninguém né, aí o povo tá mudano, procurano serviço né [...] (ENTREVISTADO 05)

O endividamento de inúmeros pequenos produtores, a falta de serviço e investimento, acabaram levando os pequenos produtores a arrendar suas terras para o plantio de cana-de-açúcar e a mudarem para a cidade, alguns até mesmo para outros estados. Entretanto, percebe-se que as escolas rurais, em especial a da comunidade rural Córrego do Açude, são as que mais sofreram com o êxodo rural no campo. Como os pais se viram obrigados a se mudar para a cidade, seus filhos os acompanharam, afetando a escola de maneira direta, gerando uma diminuição drástica de alunos no colégio.

4.2. A organização de mulheres

Em meio a essa produção no campo, o sistema rígido dos pais naquele período, de certa forma, exigia muito de seus filhos, principalmente na lida, no trabalho, ou no caso das meninas, em sua maioria, na administração da casa. A criação era com verdadeiras "mãos de ferro", principalmente em relação às mulheres:

> [...] minha mãe era uma pessoa muito severa comigo, era muito, muito brava mesmo... então não era com medo, eu só era obediente, só de eu olha pra ela com o olho feio, eu já sabia que num era aquilo, porque ela uma pessoa severa assim, tipo: se tivesse duas mulher casada conversando, ela

> num permitia nem que passasse perto, ela nem num me avisava, então quando ela me olhava muito mal eu já entendia que num podia né...[...] (ENTREVISTADA 09)

O respeito era muito grande, não que hoje não haja tal, entretanto naquele período era bem maior, mesmo que na base do "medo". As mulheres, por exemplo, se quisessem ir a bailes, não poderiam ir sozinhas, e se fossem deveriam ficar só olhando:

> [...]eu fui criada assim, meus pais não saíam e não deixavam a gente sair. Num ia em baile, num ia em festa, então era só mesmo pra trabalhá...[...] (ENTREVISTADA 10)

A mulher rural labuta todos os dias, mostrando a todos uma força sem igual. Existem aquelas que andam descalças, com o pé na terra, com o pé no chão, recebendo de certa forma, uma "energia", a mesma que lhe dá forças. Elas não se maquiam ou se arrumam a toda hora como as mulheres da cidades fazem para ficar dentro de casa. Não que elas não possam fazer isso, entretanto as mulheres rurais são realistas e mesmo sem se "emperiquitar" toda, ela não perde sua essência feminina, sua união e sua força de mulher.

> [...]a mulher rural ela trabalha muito, ela trabalha e vive muito pouco. Porque mulher é como se fosse um peixe que vive da água. A mulher vive ilusão, ela gosta, e ela é bonita, ela gosta de arrumar os cabelos, de se maquiar, de vestir uma roupa melhor. As mulher rural num tem como mostrar isso, e nem fazer isso. Ela vai pentiar pra ir pra beira do fogão a lenha, pra enfumaça e mexe com manteiga? E esses cabelo cai nas comida?[...] (ENTREVISTADO 11)

A organização estudada surgiu a partir do processo de orientação de uma incubadora de empreendimentos solidários de uma universidade local.

O local de referência dos encontros, escolhido pelo grupo, foi o espaço comunitário da escola rural da região. Ela serviu de ponto de referência para reuniões de trabalho e produção, estudos, palestras e dinâmicas. Para lá seguiam semanalmente as mulheres da associação. Sabendo-se que algumas tinham que caminhar em torno de 4 a 5 km de estrada de terra.

Suas mãos não param, mesmo com aquela "básica" conversa feminina, sobre a novela do dia anterior ou de assuntos cotidianos, sempre sem diminuir o ritmo ou perder o ponto!

> [...]Sem sombra de dúvidas essa união das mulheres foi muito bom pra comunidade. Porque além delas estarem juntas né, elas aprendem a ter, trabalhar junto! Então isso é muito bom, porque quando a gente tá junto, é muito melhor do que trabalhar sozinha.[...] (ENTREVISTADA 12)

A união dessas mulheres "fortes e guerreiras" se intensificou com a criação da Associação de Mulheres do Córrego do Açude, onde elas se reúnem em meio às tramas, fios e pontos dos tapetes e bordados. O processo de constituição do empreendimento durou aproximadamente dois anos a partir do ano de 2007, consolidando-se em 2009.

Após algumas reuniões, o grupo ficou definido com 32 mulheres que seriam membros da associação. Ali existiam vários graus de parentesco e vários fatores que criavam unidade e identidade do grupo. Ela foi registrada como

associação feminina da comunidade rural. Elegeu-se uma presidente, uma secretária e uma tesoureira.

A presidente era a pessoa de maior escolaridade do grupo. Ela possuía a formação de pedagoga. A secretária era a moradora mais próxima da escola. E a tesoureira era a secretária da escola: ela sabia fazer atas e "dominava o computador". As reuniões eram semanais para produção e discussões de regras e procedimentos.

5. Análise dos Dados

5.1. Os Papéis Familiares no Escopo do Empreendimento

A seleção lexical do fragmento discursivo (001) associa, diretamente, a figura do enunciador (entrevistado) ao cargo de presidente da comunidade. Fica latente a idéia de que, embora o processo de criação da referida comunidade tenha se apresentado como um fenômeno coletivo ("nós criamos a comunidade"), o enunciador do discurso parece se apropriar da mesma em decorrência de sua seminal inserção na mesma como presidente, passando a tratá-la como de sua "propriedade". Tal realidade parece demonstrar uma aproximação entre a figura do enunciador e o papel desempenhado pelo patriarca. Nota-se, neste sentido e através do fragmento discursivo (001), que as condições sociais de produção dos discursos do enunciador remetem a uma posição privilegiada no que diz respeito a situação do mesmo no comparativo com os demais membros da comunidade em geral e em relação as mulheres em particular.

> (001) Porque <u>nós criamos a comunidade</u> e <u>eu fui o primeiro presidente da comunidade</u> e as mulheres, tinha o encontro da mulher rural em Ituiutaba e,

> também tem o encontro da família da mulher rural e esse encontro da família da mulher em Ituiutaba só participa mulher, eu até fiz parte, eu num era mulher não, (risos) mais eu até fiz parte. Por ser presidente da comunidade me convidaram pra acompanhar os eventos, e eu fiquei com ciúme das mulheres reunir e nós não reunir. (ENTREVISTADO 01)

Tal posição privilegiada não permite, no entanto, uma inserção intrusiva do enunciador no universo dos encontros e festividades diretamente associadas ao feminino (encontro da mulher rural em Ituiutaba e do encontro da família da mulher rural). Conforme demonstrado na seleção lexical do fragmento acima (001), a participação do enunciador nas festividades somente ocorre a partir de um convite ("por ser presidente da comunidade me convidaram para os eventos"). A figura do convite nos remete, assim, a figura da porta que se abre, quando o universo tipicamente masculino (espaço público) entra em contato com o universo feminino (espaço privado – da família). É interessante notar, ainda, o uso do termo ciúme, tradicionalmente relacionado ao âmbito individual, em relação as atividades desempenhadas em uma comunidade.

> (002) Assim, a gente fica muito, você passa a conviver com mais gente. Igual, teve exposição e a gente não teve condição de ir sabe, na exposição que é pra ir pra fora. (ENTREVISTADO 02)

A seleção lexical do fragmento discursivo (002) corrobora, ainda, a associação entre a mulher e o espaço privado. Mesmo desempenhando suas atividades produtivas no espaço do domicílio e partilhando do convívio com outras colegas, as mulheres não se inserem no espaço público

("exposição que é para ir pra fora"). Tal locus privilegiado não é alcançado, como pode ser observado na seleção acima, por motivos econômicos. Há um implícito pressuposto neste fragmento de que a não inserção no espaço público deve-se, fundamentalmente, a falta de recursos financeiros ("a gente não teve condição de ir"). Tal realidade parece estar em contradição com o próprio ganho das mulheres com as atividades produtivas. Infere-se, a partir disto, que o ganho econômico auferido com a atividade é de natureza complementar.

> (003) É, pra quem precisa da renda, um cascalhinho a mais, ajuda muito, dá pra ela se manter com aquelas pequenas coisas que elas gostam de comprar e que sempre pro marido num sobra dinheiro praquilo. (ENTREVISTADO 01)

O uso de formas diminutivas por um enunciador masculino no fragmento acima ("cascalhinho", "pequenas coisas") demonstra, tal caráter complementar (e não principal) na renda da família e a visão de que a participação feminina no sustento da família é apenas acessória. Tal complementaridade da renda pode ser observada, ainda, no fragmento discursivo (004).

> (004) Hoje porque, igual te falando a renda só do marido é pouca e às vezes qualquer tantim que a mulher consiga fazer. (ENTREVISTADO 06)

Nota-se, através do fragmento (004) que as condições de produção dos discursos do enunciador remetem a uma posição desprivilegiada em termos sócio-econômicos. Ao estabelecer uma conexão entre o universo da necessidade, do aprendizado, da arrecadação de dinheiro e da região, o enunciador evidencia que encontra-se em um contexto social precário.

No que diz respeito ao papel da matriarca, o mesmo é desempenhado, como pôde ser observado através de conversas informais com um dos entrevistados, por uma trabalhadora de mais idade presente no grupo. É importante destacar que a idade atua, neste sentido, como um fator de reverência em substituição a qualquer critério meritocrático no desempenho das tarefas. A reverência materializa-se, no cotidiano, através dos constantes pedidos de "bença", elemento tradicional na cultura popular mineira. Fruto da religiosidade presente nas relações sociais no interior de Minas Gerais, o uso do "pedido de bença" tem por objetivo diferenciar aquele que o concede em relação aos demais, que tornam-se uma massa igualitária. Tal massa igualitária de trabalhadoras (em contraposição à matriarca) poderia ser metaforizada na figura das filhas, que aprendem e auxiliam a "mãe" trabalhadora.

Há, ainda, a figura do filho que, participante do espaço público, migra para a cidade e busca melhores oportunidades de trabalho. Conforme pode ser observado na seleção lexical do fragmento discursivo (005), o uso de verbos no gerúndio ("saindo, zarpano") demonstra, claramente, um processo de migração que ainda encontra-se presente na comunidade. A opção pelo verbo "zarpar" aproxima, ainda, a partida do filho a figura de um navio que se distancia do porto. Relaciona-se, neste sentido, a passagem por um "mar" com a transição para a vida adulta fora da comunidade (cheia de oportunidades e desafios – ondas).

> (005) Agora hoje o sítio já não tem como eles ficá, todo mundo já tá saindo, zarpano tudo, porque o sítio é pequeno, num tem como sobrevivê dentro dele, então cada um caçô seu rumo. (ENTREVISTADO 02)

O uso da expressão "cada um caçô seu rumo" demonstra, em uma perspectiva complementar, a ausência deste (rumo) no cotidiano presente da comunidade. Tendo em vista a religiosidade presente na comunidade, é plausível uma potencial associação entre o fragmento discursivo acima e a figura religiosa do "filho pródigo" que abandona a casa e parte da comunidade.

5.2. A Dinâmica Familiar no Escopo do Empreendimento

De acordo com a seleção lexical do fragmento discursivo (006), a dinâmica da convivência entre as trabalhadoras aparenta ser harmônica. Tal harmonia pode ser também identificada na própria nomenclatura do grupo (grupo união). O *locus* da produção coloca-se, neste sentido, como um espaço igualitário, onde o elemento de conversão entre os diversos atores é constituída pela necessidade de sobrevivência financeira.

> (006) eu acho que, que elas se unem igual elas tão unida aí, acho que isso aí é na influência e na precisão de aprendê e fazê alguma coisa que arrecada dinheiro, porque é a nossa região hoje (ENTREVISTADO 07)

É importante destacar que tal espaço (escola rural da comunidade) poderia ser metaforizado, para fins deste trabalho, como a representação da casa da família. Neste sentido, o local de trabalho (local onde as trabalhadoras desempenham suas atividades) poderia ser associado a sala de estar (tradicionalmente relacionado, em nossa cultura, como um espaço comunicativo importante). A cozinha encontra-se presente, também, no espaço da escola como

um elemento de convivência das mulheres trabalhadoras.

Um segundo fator apontado na dinâmica de unificação da "família" pode ser encontrado na seleção lexical do fragmento discursivo (007). O uso das festividades apresenta-se como um elemento integrador e harmonizador das relações sociais no âmbito da comunidade. Tendo em vista os preparativos para a festividade, os diversos atores contribuem com os produtos fabricados em suas propriedades, ressaltando a partilha (comunhão) como um importante elemento de integração. Tal partilha pode ser visualizada, ainda, no âmbito do almoço comunitário. Reunidos para a refeição, os diversos atores sentam-se à mesa como iguais, partilhando o fruto do trabalho coletivo.

> (007) o objetivo dessa festa é pra tá unindo pessoas da região, porque ela já fala, encontro da família rural, i o que que é que é montado pro dia dessa festa, é as pessoas trais pra pode injeitá é tudo que é produzido na região (ENTREVISTADO 08)

Este momento de comunhão reflete certo caráter religioso da festa. Cumpre destacar, ainda, que há uma certa convergência entre o sagrado e o profano no interior desta manifestação. No que tange ao sagrado, a missa apresenta-se como o elemento ratificador da identidade religiosa local. Ao lado desta atividade, o profano salta aos olhos nas rodas de truco e no consumo de bebidas.

Considerações Finais

Neste estudo analisou-se uma organização produtiva de mulheres. Essa organização está localizada na Comunidade Rural Córrego do Açude, na zona rural da cidade de Ituiutaba, interior do estado de Minas Gerais. Ela foi apoiada pela incubadora de empreendimentos solidários da Universidade Federal de Uberlândia em um dos projetos de extensão do seu campus avançado.

A comunidade enfocada vem sendo afetada pela monocultura da cana de açúcar, que provocou queda de produtividade na lavoura e pecuária leiteira dos pequenos produtores rurais daquela região. Com isso, buscou-se identificar novas alternativas de geração de trabalho e renda com as mulheres rurais por meio da produção de artesanato e tapeçaria.

O presente trabalho analisou a organização sob a metáfora da família. Nela comparou-se aspectos à composição da estrutura familiar, como as decisões são tomadas, a história de cada membro da organização e seus vínculos com o grupo.

Sob a metáfora da família, a organização possui aspectos de uma estrutura paternalista, permeada de tradição e valores religiosos. O êxodo rural é simbolizado pelos filhos que partem de suas casas em busca de melhores condições de vida, mas que ao conquistarem-nas, demonstram-se a nostalgia de um passado que apesar de ter sido farto e venturoso, não supre o conforto conquistado.

A análise contribui para um processo de formação e qualificação da organização sob o ponto de vista de didática de incubação. Nesse sentido, o uso da metáfora da família dentro das ações político-pedagógicas pode ser muito educativa e esclarecedora dentro do contexto de formação.

Apesar das semelhanças, a metáfora possui limites em relação a não destacar as diferenças existentes entre a organização de mulheres e a família. Como sugestões futuras de estudos e pesquisas, visualiza-se criar dinâmicas de trajetória e vivência entre as mulheres associadas na busca da identificação de uma outra metáfora a ser escolhida pelo grupo.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

BAILEY, Kenneth D. **Methods of Social Research**. 2.ed. New York: The Free Press, 1982.

EISENHARDT, K. M. **Building theories from case study research**. Academy of Management Review, 14: 532-550, 1989.

GANDOLFI, P. E.; GANDOLFI, M . R. C.; MIRANDA, R. Tecendo Novos Arranjos Sociais: um Estudo dos Impactos de um Empreendimento Solidário na Comunidade Rural Córrego do Açude. In **ANAIS XXXIII ENAMPAD,** 2009. São Paulo.

GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? **Psicologia – Teoria e Pesquisa.** V.22, n.2, p. 201-210, 2006.

HATCH, M. J. **Organization Theory:** modern, symbolic and post modern perspectives. New York, Oxford University Press, 1997.

BOLMAN, L.; DEAL, T. E. **Reframing Organizations**:

artistry, choice and leadership. 3rd. Ed. San Francisco-CA: Jossey-Bass, 2003.

MACHADO, H. V. **Identidade organizacional:** um estudo de caso no contexto da cultura brasileira. RAE electrônica. vol.4 nº.1 São Paulo Jan./June 2005. Acesso:08. dez.2009. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676--56482005000100012&script=sci_arttext&tlng=pt

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 2004.

PUTNAM, L. L.; PHILLIPS, N; CHAMPAN, P. Metáforas da Comunicação e da Organização. In: CLEGG, S. R., HARDY, C; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais.** Ação e análise organizacionais. V.3, São Paulo: Atlas,p. 77-125, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

capítulo 7

Estudo do Custeio em organizações autogestionadas ligadas à produção agroecológica e orgânica na cidade de Uberlândia[1]

Jéssica Reis Silva
Vinícius Silva Pereira
Cristiane Betanho

1. Introdução

O artigo tem como tema de pesquisa a identificação de custos de organizações autogestionadas produtoras de hortifrutis agroecológicos e orgânicos, além propor o desenvolvimento de uma melhor maneira de custear seus itens produzidos, para que os agricultores possam compreender como funciona o fluxo de atividades, insumos e mão de obra para a produção em seus empreendimentos.

O objetivo geral do artigo é analisar os processos produtivos e estimar os custos de hortifrutis orgânicos em uma associação de agricultores camponeses. Como objetivos específicos, pretende-se refletir sobre a importância de identificar o método de custeio mais adequado às técnicas de cultivo de hortifrutis utilizadas pelos agricultores e custear, através desse método de custeio proposto, uma técnica

1 Texto originalmente publicado nos Anais do Encontro de Gestão e Negócios (Egen). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 02 a 04 de maio, 2016.

de cultivo, de dois produtores, sendo um cultivo diferente de cada.

Pode-se inferir as contribuições práticas e imediatas deste estudo para a realidade econômica regional, a qual se baseia fortemente na produção rural para obtenção de renda e proventos. Organizações produtivas autônomas em toda a região serão beneficiadas com informações e conhecimentos sobre a gestão e a sustentabilidade de empreendimentos associativos, sanando vícios e falhas na condução de processos e custos de cooperativas produtivas.

O estudo do tema se limita a compreender os processos de produção e estimar os custos dos itens orgânicos cultivados em organizações autogestionáveis. Na década de 1990, houve uma mudança no mercado de alimentos do Brasil e produtos de agricultura tradicional passaram a dividir espaços no supermercado com produtos semi-processados, orgânicos e com certificado de origem, sinal de que a sociedade está adepta a uma abertura em suas novas formas de se alimentar (BETANHO; EID, 2008).

A associação ou cooperativa produtora voltada para o comércio necessita definir uma forma adequada para distribuir os custos da produção e comercialização de seus produtos entre seus associados. Essa, que parece uma tarefa simples, torna-se complexa devido às inúmeras variáveis, além de os produtores não terem um arquivo dos dados das suas produções.

A escolha da organização autogestionada, Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU), em detrimento de outra, se deu por estar conectada à Universidade Federal de Uberlândia por meio do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps). A incubadora solidária é órgão vinculado à Pró-Reitoria de Exten-

são, Cultura e Assuntos Estudantis (Proex) da UFU, e tem como objetivo assessorar coletivos de trabalhadores que desejam empreender a partir dos princípios da Economia Popular Solidária. Por meio da incubação, os trabalhadores-empreendedores buscam melhorias e aperfeiçoamento não só quanto às técnicas de produção, mas também na melhor maneira de gestão e aperfeiçoamento técnico administrativo. Atualmente, o Cieps abriga empreendimentos de trabalhadores dos segmentos de coleta seletiva, agricultura camponesa e arte-cultura popular.

A escolha do tema desta pesquisa se deu por uma demanda dos próprios agricultores, que têm dificuldades em compreender seus dados financeiros e por consequência identificar uma melhor forma de precificação de seus itens cultivados. Dessa forma, este estudo escolheu fazer um levantamento de todos os custos da produção, de todos os itens vendidos pelos mandaleiros (como são chamados os agricultores associados a AMU) em suas cestas, através da construção de fluxogramas, por facilitar a identificação de cada atividade de forma mais clara e precisa.

Este artigo é resultado parcial do projeto "Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária no município de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro (MG)", financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq, e está estruturado da seguinte forma: o capítulo um exibe o tema, sua importância e objetivos; o capítulo dois apresenta o referencial teórico, contendo os principais conceitos empregados na análise dos resultados; o capítulo três exibe a metodologia utilizada; o capítulo quatro apresenta a descrição e análise dos dados; por fim, o capítulo cinco oferece as considerações finais do trabalho, incluindo

sugestões e recomendações à organização pesquisada e a academia.

2. Referencial Teórico

O modelo capitalista de produção tem sido questionado por autores que são a favor de novas formas de organização social e produtiva, como é o caso da abordagem da Economia Solidária. Esses modelos têm como principal divergência a forma com que criam seus objetivos ou seus agentes econômicos, o que atua diretamente na mensuração de resultados e avaliação de desempenho. No caso do modelo capitalista as organizações visam o lucro, já na Economia Solidária o objetivo da atividade econômica é ditado em termos de qualidade de vida dos envolvidos (JESUS, 2012).

Paul Singer (2008) define economia solidária como sendo "[...] um modelo de produção que caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles." (SINGER, 2008, p. 289).

A gestão desses empreendimentos é caracterizada pela democracia, de forma que todos têm mesmo peso, ou seja, são todos tratados com igualdade, os trabalhadores de forma coletiva tomam suas decisões, não há uma imposição (SINGER, 2008). No entanto, essas organizações fazem trocas com os mercados existentes, e por isso precisam apropriar-se do aparato tecnológico de gestão para que as trocas sejam sustentáveis.

No referencial teórico, optou-se por descrever como surgiram e se desenvolveram as organizações autogestionadas. Na sequência será explanada a composição de custeio e seus componentes, de forma a destacar custeio ABC, que

será utilizado para avaliar os processos e estimar os custos dos empreendimentos.

2.1 Bases da Economia Solidária

Segundo Pochmann (2004), a Economia Solidária surge como uma das possíveis soluções para a crise de emprego dos anos de 1980. Nesse período houve um aumento da dívida externa, uma redução das vagas de trabalho e a criação de atividades de trabalho informal, fatores que contribuíram para a estagnação na economia do país naquele período.

O perfil da mão-de-obra pode ser dividido em setores, representando ocupações. O setor primário é ligado ao agronegócio e ao extrativismo mineral, enquanto o setor secundário representa as indústrias de transformação e construção civil; já o setor terciário agrega os serviços o comércio. Porém, uma parcela da população de trabalhadores, não é absorvida em nenhum desses setores, o que leva a criação de diferentes formas de ocupação. Muitas vezes esses projetos são desenvolvidos e planejados, contudo não têm sua execução e continuidade de forma adequada, sendo confundidos apenas como mais uma forma de assistencialismo, incapaz de se autossustentar (POCHMANN, 2004).

De acordo com Amorim e Araújo (2004), a Economia Solidária surge num contexto da desigualdade dos cidadãos na economia de mercado, visto que, no sistema capitalista há uma exclusão de parte da população dos ganhos de produtividade.

Com tudo isso, no Brasil, ainda há espaço e oportunidade para a economia solidária e seu aperfeiçoamento. O autor Marcio Pochmann (2004), destaca a importância da

definição de pelo menos, cinco regulações que definem o estatuto da Economia Solidária.

> [...] Necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária.
> • Primeira: [...] enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados.
> • Segunda: [...] exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não capitalista.
> • Terceira: [...] resulta da necessidade de construção de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária.
> • Quarta: [...] incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior, ou seja, [...] incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.
> • Quinta: É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente á margem das compras públicas (POCHMANN, 2004, p. 31).

Essas regulações, em termos de políticas públicas, permitiria a economia solidária uma maior independência, capaz de fortalecer e aumentar sua variabilidade, assim como suas oportunidades de desenvolvimento de projetos com produção alternativa no país.

Foi realizado, em 2001, o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), cujo tema discutido foi a Economia Popular

Solidária. Com mais de setecentas pessoas, o secretário de Economia Solidária do ministério do trabalho francês, Guy Hascoet, levou para esse encontro seus conhecimentos e experiências de seu governo, mostrando alternativas capazes de garantir o desenvolvimento econômico. (AMORIM; ARAÚJO, 2004).

Amorim e Araújo (2004), afirmam que, no II Fórum Social Mundial, realizado em 2002, a conferência da Economia Solidária decidiu criar uma equipe, com o intuito de desenvolver um fórum brasileiro de economia solidária, composto pelos setores produtivos, grupos de fomento, além dos gestores municipais ligados a economia solidária. Foram difundidos, a partir de então, os "Princípios da Economia Solidária" que, de maneira concisa, apresentam como principal diretriz a valorização social do trabalho humano, capaz de reconhecer a importância do trabalho feminino para a economia, além de criar uma relação de protocooperação (relação harmônica) com a natureza.

Os valores da economia solidária são centrados no trabalho, no saber e na criatividade humana, de forma que eles buscam a solidariedade entre os cidadãos com maior acumulação de riqueza e os desprovidos de riqueza de capital. Esse é um importante meio de reduzir a exclusão social, visto que, apresenta alternativas para a criação de trabalho e renda com o intuito de reduzir a desigualdade material e difundir os valores da solidariedade humana. (AMORIM; ARAÚJO, 2004).

Ainda, de acordo com Amorim e Araújo (2004), em 2003, no dia 27 de julho, teve início a III Planária da Economia Solidária, que teve como principal acontecimento a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego

e a instituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A Senaes desenvolveu o programa "Economia Solidária em Desenvolvimento" e instituiu seu plano plurianual (PPA), cujas características podem ser destacadas no Quadro 1.

O programa propõe	Dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos da autogestão e economia solidária no Brasil;
	Qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária e à autogestão;
	Promover a economia solidária junto aos empreendimentos de autogestão;
	Facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre os temas afins entre os empreendimentos;
	Contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores.
Seu público-alvo inclui	Trabalhadores em risco de desemprego, desempregados ou autônomos;
	Cooperativas, empresas autogestionáveis, associações, agências de fomento da economia solidária;
	Fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

Fonte: Amorim e Araújo (2004, p. 50)

Tendo como base essas características, pode-se observar que essas expectativas já existem no país, através de projetos ligados aos catadores de recicláveis, artesanatos, entre outros, ligados aos municípios, ganhando destaque também em projetos vinculados ao âmbito federal.

De acordo com o levantamento do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), e do Ministério do Emprego e Trabalho (MET), no Brasil, do ano de 2004, até o ano de 2012, foram identificados e mapeados diversos empreendimentos econômicos solidários (EES). Esse mapeamento foi realizando em três grandes rodadas nacionais de identificação e caracterização dos EES. O primeiro levantamento ocorreu em 2005, com a identifica-

ção de 14.954 EES. O segundo mapeamento foi realizado no ano de 2007, e foram identificados mais 6.905 EES. Já o terceiro levantamento ocorreu entre os anos de 2010 e 2012, mapeando mais 11.663 EES, totalizando 33.518 EES conhecidos em todo território brasileiro. Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição regional dos EES no Brasil até o ano de 2013.

Região	%
Nordeste.	40,7%
Norte	15,9%
Sudeste	16,4%
Sul	16,7%
Centro Oeste	10,3%
Total	100%

Tabela 01 - Distribuição regional da EES Fonte: Adaptado Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, 2013.

De acordo com a Tabela 1, nota-se que a região Nordeste é a que mais apresenta EES no país com 40,7%, seguida das regiões Sul (16,7%), Sudeste (16,4%) e Norte (15,9%). Na região Centro Oeste esse número cai para cerca de 10%.

Na próxima seção, apresentamos as definições e técnicas de Custeio, essencial para garantir a sustentabilidade econômica dos EES.

2.2 Gestão de Custos

O controle de custos ganhou destaque como técnica para a segurança e a racionalização da produção, o que permitiu ao gestor identificar o quanto custa produzir os bens ou serviços de sua empresa. O custo de produção menos o preço de venda representa a margem de lucro, o que torna mais fácil as tomadas de decisões por parte dos

gestores sobre as alternativas que trarão mais vantagens no seu sistema produtivo (DUTRA, 2003).

Para Souza e Clemente (2011), a gestão de custos atualmente é analisada em toda a cadeia de valor da empresa. Com isso, há uma constante derivação da cadeia de valor em processos e esses processos são estudados de forma mais detalhada. A Gestão Estratégica de Custos necessita de um sistema de informação de custos para auxiliar no processo de criação e avaliação de estratégias pelo gestor.

De acordo com Dutra (2013), o porte da empresa é o principal mediador de como ela deve apurar seus custos quanto à quantidade de informação e detalhamento, visto que, será um desperdício "[...] montar um controle sofisticadíssimo de custo em uma empresa que não tem condições operacionais e financeiras para mantê-lo" (DUTRA, 2003, p. 24).

É de extrema importância que o produtor agrícola tenha um sistema orçamentário capaz de gerar dados e informações sobre sua produção:

> Para ter sucesso, o empresário rural necessita das premissas básicas da administração, que são: planejar, organizar, dirigir, controlar e se informar [...]. No primeiro exercício social (ano), obviamente serão encontradas muitas variações, mas com o passar dos exercícios e o acompanhamento constante com os custos certamente o empresário não vai conseguir trabalhar sem o orçamento, pois este lhe assegura tomada de decisão mais sólida. (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002, p. 142 e 143).

Diante disso, pode-se afirmar que é de extrema importância conhecer e fazer uso das ferramentas de custeio para um bom desempenho das organizações, independente do

setor de atuação ou porte da mesma. O gestor deve conhecer e utilizar suas ferramentas de forma a aperfeiçoar a qualidade, o bem estar de seus colaboradores e o resultado do empreendimento.

De acordo com Souza e Clemente (2011), custos e despesas não podem ser vistos como sinônimos, visto que apresentam uma distinção clara de classificação. Os custos são os gastos monetários ligados ao processo de produção de forma direta como, por exemplo, a mão-de- obra de operários. Já as despesas são gastos que não têm relação direta com a produção como, por exemplo, a mão-de-obra administrativa.

Dutra (2003) afirma que custo é igual à somatória de matéria-prima (MP) mais mão-de-obra (MO) mais Gastos Gerais (GG). Sendo a matéria-prima, o componente que normalmente é adquirido de outra empresa e será transformado ou terá agregação como intuito de gerar outro bem diferente. A mão-de-obra atua sobre a matéria-prima com o intuito de transformação para a aquisição de outro bem. Já os gastos gerais são os elementos necessários de forma direta ou indireta para a elaboração dos bens e, por conseqüência, não classificados em nem uma das duas categorias anteriores (DUTRA, 2003).

De acordo com Martins (2008), ao fazer um levantamento de custos, deve-se ter em mente que todos os métodos têm seus méritos e suas falhas. Não se pode dizer que um método é melhor do que o outro, apenas apresenta mais vantagens na sua estrutura de organização, ou seja, é mais apropriado à sua técnica de produção.

Com o intuito de melhor alocar os valores a cada item gasto para produzir um produto, foram desenvolvidas técnicas capazes de auxiliar o gestor na distribuição dos cus-

tos indiretos, gerando uma melhor exatidão em seus custos unitários e relatórios mais assertivos, que auxiliam para a tomada de decisão do gestor. A seguir será descrito o método de Custeio ABC.

2.3 Custeio ABC

Com base no estudo desenvolvido pelo aluno Romes Jorge da Silva Junior, apresentado no II EnFAGEN 2012, com o título "precificação e sistema de custeio em assentamento agrários autogestionários: uma análise exploratória da gestão de custos em uma associação produtora de Uberlândia", identificou-se que o método Custeio Baseado em Atividade é o que melhor se apresenta para que seja feita a análise nas organizações autogestionáveis (SILVA Jr. et al, 2012), por isso, será mais bem analisado.

Uma vantagem desse método Custeio Baseado em Atividade é que ele leva em consideração os processos que ocorrem dentro da organização, apresentando uma ideia mais adequada para a análise do quanto se gasta em determinada atividade, e tarefa no processo mesmo os que não têm influência direta sobre o produto (MARTINS, 2008).

De acordo com Dutra (2003), a partir de uma pesquisa realizada na General Eletric na década de 1960, foi desenvolvida uma metodologia capaz de gerenciar os custos indiretos, através do rastreamento por direcionadores de custos, e os custos diretos eram absorvidos pelos produtos. Esse método chamado de custos baseados em atividade (ABC - do inglês "Activity Based Costing") trouxe para os gestores uma maior qualidade da informação contábil, já que são os tomadores de decisões. O rastreamento é uma atividade muito próxima do rateio. Porém, com maior especificidade e assertividade, o que torna a apropriação de

valor mais realista e segura em cada bem ou serviço produzido.

Santos (2009) apresenta estudos realizados por Keith Williams e Nick Vintilla, na fabrica de tratores John Deere, no ano de 1985, como origem do método do custeio ABC. Na técnica de rastreamento, apropriar os custos indiretos aos bens ou serviços produzidos pela organização, através de cada atividade, pode ser mais adequado para descobrir o real custo do produto. A técnica de rateio pode ser arbitrária quanto à contabilização de cada custo indireto nos produtos, visto que utiliza dos valores conhecidos como o custo direto (SANTOS, 2009).

O Custeio ABC é uma "[...] metodologia desenvolvida para facilitar a análise estratégica de custos relacionados com as atividades que mais impactam o caminho de recursos de uma empresa" (NAKAGAWA, 2001, p.40). Apesar de sua simplicidade ser a principal característica, é importante ferramenta para estudar os processos de mudanças nas atividades, capaz de alavancar a análise estratégica de custos ABC. Atualmente, muitas empresas empregam o processo de Just in Time (JIT) e Total Quality Control (TQM) de forma simultânea, beneficiando-se de todos os processos como, por exemplo, apresentar melhorias quanto à qualidade, na relação causa e efeito, além da aumentar a eficiência e eficácia na organização.

Atividade apresenta múltiplas definições. Para Nakagawa (2001), em seu sentido mais restrito, a atividade combina pessoas e tecnologias, insumos, métodos e o ambiente com o propósito de produzir produtos. Já em seu sentido abrangente, ela engloba do processo de manufatura à produção de projetos e serviços, bem como suas inúmeras ações para viabilizar o processo. Quando se analisa ativi-

dade de forma mais simples, pode-se atentar para recursos, insumos, produtos e procedimentos, a fim de buscar um processo de uma transação.

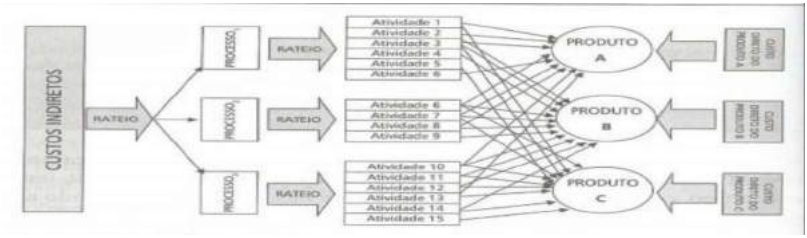
Anteriormente a uma atividade, ocorre um evento e sua transição, sendo o evento um resultado de uma ação externa a uma atividade, e a transição um resultado da junção dos eventos para que gere uma atividade (NAKAGAWA, 2001).

O custeio ABC tem, como principal objetivo, avaliar e quantificar cada atividade do processo para a fabricação do produto, visto que, são as atividades que consomem recursos (SOUZA; CLEMENTE, 2011):

> O foco do controle de custos está nas atividades, como o objetivo de reduzir ou eliminar as que não agregam valor aos produtos. Assim, pode-se dizer que o Custeio ABC é um método de análise e gerenciamento de custos que busca rastear os gastos de uma empresa pelo monitoramento, em termos de consumo de recursos, das múltiplas atividades executadas. (SOUZA; CLEMENTE, 2011, p.229).

Como é possível observar na Figura 01, o rateio dos custos indiretos são por base as atividades, por isso uma mesma atividade está presente em diferentes produtos, mas para isso é levado em consideração o processo, e por fim, é alocado em cada produto seu custo direto.

Figura 01 - Esquema do ABC para 3 processos, 15 atividades e 3 produtos.



Fonte: Souza e Clemente (2011, p.230)

Delineada a fundamentação teórica que baliza a busca por resultados desta pesquisa, faz-se necessário descrever o método da investigação, o que é apresentado na seção a seguir.

3. Metodologia

Gerhardt e Silveira (2009) afirmam que as pesquisas podem ser dos tipos quantitativo e qualitativo. No método quantitativo, os dados são matemáticos e a linguagem é objetiva, preferencialmente utilizando técnicas dedutivas, atributos mensuráveis e regras da lógica. Já o método qualitativo pode ser descrito como a técnica que é aplicada a vida social, pois tenta explicar o porquê das coisas. Este é o tipo utilizado neste trabalho com maior destaque.

Esta pesquisa pode ser descrita como de natureza aplicada, e não experimental, pois tem como objetivo descrever o fenômeno da atribuição de custos e detalhar o fluxograma da produção de hortifrutis originados em organizações camponesas autogestionárias. Como método de procedimento, será utilizado o estudo de caso, pois investiga um fenômeno em seu contexto real e com profundida-

de, possibilitando melhor entendimento do fato estudado (YIN, 2010).

Em termos de condução da pesquisa, este estudo se classifica como pesquisa-ação e pesquisa participativa, as quais implicam na inserção dos pesquisadores no ambiente e na situação pesquisada, com o objetivo de compreender e descrever os fenômenos existentes, além de enxergar sob um ponto de vista não atingível na observação externa. Assim, o estudo de uma pequena amostra pode revelar respostas e soluções para todo o grupo quando há semelhanças, principalmente quanto ao problema discutido. A análise da teoria/prática e sujeito/objeto pode levar a mudanças na sociedade e relações individuais capazes de divulgar suas necessidades e interesses, o que pode determinar mudanças na realidade percebida (AGUIAR; ROCHA, 2003).

A compreensão e o levantamento de dados, em estudos ligados a organizações autogestionadas, fazem com que o pesquisador busque analisar de maneira integrada todos os ângulos da pesquisa. Como defendem Cox e Hassard (2005), quando apresentam a teoria da triangulação, em que o pesquisador é visto como: um seguidor de linhas nomotéticas (objetivista); como o tomador de uma visão geral ideográfica (subjetivista); e como o descobridor de um ângulo particular. Essas perspectivas na triangulação consistem que cada ser humano tem suas capacidades e limites na interpretação dos dados colhidos e interpretados.

A fonte dos dados pode ser classificada como primária e secundária. Segundo Marconi e Lakatos (1991), as fontes primárias são relações diretas com pessoas que podem apresentar dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis através de pesquisa de campo ou laboratório re-

alizado com elas. Já as fontes secundárias são as informações previamente estudadas por outra pessoa, que visam auxiliar o pesquisador como pesquisa na internet, artigos científicos, livros entre outros.

Coletou-se, na pesquisa, dados primários e a secundários, com a obtenção de informações sobre o empreendimento diretamente com os produtores, por meio de pesquisas e entrevistas nas organizações em análise, e com levantamento bibliográfico e análise de estudos sobre o tema.

Foram analisadas as realidades de dois lotes em áreas rurais. Nas chácaras Douradinho, foram entrevistados o Senhor Jerônimo e a Senhora Catarina em sua propriedade, denominada Chácara Canta Galo. A entrevista ocorreu no dia 28 de janeiro de 2015, com uma duração de duas horas e quinze minutos. Já no assentamento de Reforma Agrária de nome Tangará do Cerrado, a entrevista foi feita com o Ismael, que relatou como funciona o plantio de frutas orgânicas em seu lote, de nome Rancho Alegre. Essa última entrevista ocorreu no dia 29 de Janeiro de 2015, com duração de duas horas e dez minutos. Com ambos os entrevistados, houve a oportunidade de conhecer e observar todos os locais de plantio.

As entrevistas se deram por meio de roteiro semiestruturado, anotando todas as respostas de forma sequencial. Nesse mesmo roteiro houve o cuidado de desenvolver um passo a passo para a coleta de informações de um a dois cultivos por lote, com a finalidade de construir um fluxograma das atividades que cada cultivo necessita, desde o plantio até a colheita. E assim poder desenvolver uma análise mais detalhada e próxima à realidade dos produtores.

A análise dos dados se deu por meio de cruzamento

de informações, dos dados coletados por meio do questionário estruturado, da análise do fluxo das atividades e observações feitas no próprio local, desenvolvendo os quadros com as informações de custos de cada item produzido pelos agricultores e descrição de cada atividade em sua respectiva ordem no fluxograma, como descrito a seguir.

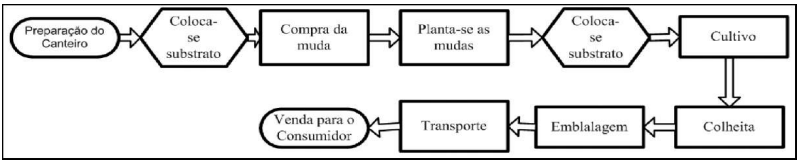
4. Descrição e Análise dos dados

A Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU) é uma forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 2009, e tem como objetivo captar e promover os agricultores camponeses, visando à geração de renda, a melhoria da produção, a agregação de valor e a comercialização direta ao consumidor, por meio da produção e comercialização de hortifrutis agroecológicos e orgânicos. Essa associação é um dos empreendimentos incubados pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia (CIEPS/UFU).

No lote Canta Galo, foram entrevistados Jerônimo e Catarina, estão no projeto desde 2009. Jerônimo se dedica exclusivamente ao cultivo. Já Catarina, trabalha como diarista três vezes na semana. Produzem com o intuito de comercialização: abacate, abobrinha, acerola, alface, almeirão, amora, brócolis, cajá-manga, caju, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, couve, limão, mandioca, manga, milho, ora-pro-nobis, rúcula, seriguela, tomatinho e vagem.

Em média comercializam seis cestas por semana com 12 a 13 produtos. O transporte é feito com o carro próprio dos produtores. A seguir será descrita a produção da alface, com seu respectivo fluxograma.

Figura 02 - Fluxograma do plantio da Alface no Rancho Canta Galo



Fonte: elaborado pelos autores

Normalmente uma alface orgânica, cultivada desde o plantio das sementes até o momento da colheita, leva em média 60 dias, porém na chácara Canta Galo o plantio da alface tem o ciclo de plantio e colheita e de 35 a 40 dias, visto que o casal inicia o processo já com mudas e não sementes, como pode-se observar na Figura 02.

São compradas 200 unidades de mudas de alface a cada mês, em média. Essas 200 mudas acarretam num custo de R$18,00. Essas mudas são plantadas no canteiro de forma gradativa, normalmente 60 mudas são plantadas no canteiro por dia. Cada canteiro tem em média 24 m^2 (1,20m de largura por 20m de comprimento). O agricultor leva em média dois a três dias para prepará-lo, o que equivale a mais ou menos 24 horas de trabalho. A preparação do canteiro deve ser antecipada, visto que leva tempo capinar e picotar o terreno. É feita uma irrigação no canteiro e a inserção de um composto, feito na própria chácara, com matérias-primas do próprio local, como folhas e galhos de árvores como amora, bananeira, mamona e etc. Com exceção do esterco, é realizada uma compra com periodicidade incerta, na última compra gastaram cerca de R$60,00, cuja medida seria uma carroça de esterco, utilizado em todos os cultivos da propriedade. Essa periodicidade pode vaiar de seis meses a um ano e dois meses.

Plantar as mudas no canteiro leva em média uma hora de trabalho, cerca de 60 pés por dia, isto é feito logo pela manhã, por dois a três dias seguidos, semanalmente. A manutenção do canteiro é feita pela manhã e esse trabalho é dividido entre os proprietários Jerônimo e Catarina, cada um dedica em média uma hora ao cultivo da alface.

No dia da venda, no caso da alface, por ser extremamente perecível, sua colheita é realizada logo pela manhã, instantes antes da entrega. A Tabela 02 detalha mais alguns dados sobre o cultivo da alface na chácara Canta Galo.

Tabela 02 - Cultivo da alface na chácara Canta Galo

Atividades	**Quantidade / Descrição da atividade**	**Valor Unitário (R$)**
Compra das muda uma vez ao mês	200 un	0,09
Perda de mudas	40 un	3,60
Area cultivada	24 m2	
Mão-de-obra para preparação do canteiro (Jerônimo)	24 horas	8 horas por dia, porém não pode estima r um valor monetário.
Plantio trabalho realizado (Jerônimo e Catarina)	60 mudas por dia em uma hora	O plantio de cada muda leva em média 2 minutos cada muda.
Perda das plantas	15 pés de alface	
Irrigação	Utiliza a água córrego que passa nos fundos da chácara	Não representa um custo estimado pelo uso da água
Bomba elétrica para irrigação	Para encher a caixa de água fica ligada cerca de duas horas por dia. Porém a utilização dessa água é para a irrigação de todos os cultivos e consumo dos animais	Representa um custo da energia gasta, mas não é estimado
A colheita é realizado por Jerônimo e Catarina.	Uma hora por dia	
Transporte e Venda	No próprio carro dos agricultores	Representa um custo do transporte efetivo, mas não estimado

Fonte: elaborado pelos autores

Já no assentamento Tangará, como os lotes ficam localizados a mais ou menos 45 Km do centro da cidade de

Uberlândia, e não é viável a entrega de poucos produtos com poucas variedades. Os mandaleiros moradores nesse assentamento produzem frutas e legumes como principais produtos a serem comercializados. Essa decisão foi adotada, em uma reunião feita no CIEPS e todos os assentados estão de acordo, visto que, se beneficiam da divisão de tarefas e da redução de perdas. Por isso, o entrevistado Ismael, proprietário da chácara Rancho Alegre afirmou que, em sua propriedade a partir dessa decisão, planta frutas como maracujá, mamão, banana e tomatinho cereja com o intuito de comercialização.

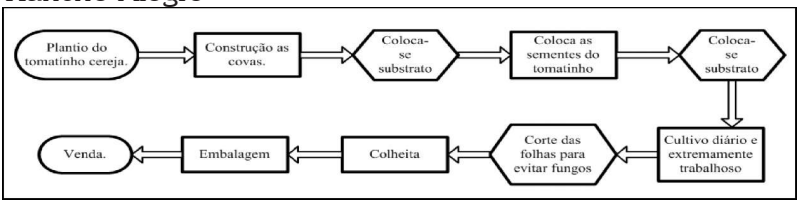
O cultivo do tomatinho cereja inicia-se com a disposição de sementes direto na cova, pois quando iniciado em estufas essa produção costuma ser mais sensível ao ambiente, apresentando maior incidência de fungos e por consequência maiores perdas, como apresentado pelo entrevistado senhor Ismael. No caso do item descrito, são plantados 100 pés de tomatinho cereja. As sementes são colhidas na própria fazenda, não há custo com matéria- prima no caso da semente, apenas com a compra de alguns componentes do substrato. Vale destacar que são produzidos dois substratos diferentes, colocados nas plantas em dois momentos distintos, portanto serão descritos cada um no momento mais apropriado. No caso do substrato que é colocado nas covas, é composto por vermiculita (composto mineral capaz de manter o solo úmido), palha de arroz, pó de rocha e esterco. As covas são construídas com medidas de 30cm de largura por 30cm de altura por 25cm de comprimento. O segundo substrato é formado parte pela própria terra retirada da cova, mais os seguintes componentes: esterco, calcário, pó de rocha, meio balde de palha de arroz mais meio balde de esterco de peru, mais dez litros de cinza.

Nesse momento colocam-se as sementes do tomatinho cereja nas covas.

O tempo médio para a construção das covas foi medido com base no que já foi feito na chácara, visto que, o agricultor já fez 10 covas em um dia sendo 8 horas/dia, ou seja, ele leva em média 50 minutos na construção de cada cova, mais a preparação do substrato e semente.

O índice de perda do pé é elevado, justificando o seu cuidado especial. Perde-se em média 30% das plantas antes da primeira floração, por isso o cuidado deve ser diário e os instrumentos utilizados devem ser esterilizados e únicos para esse cultivo. A produção de frutos leva em média 70 dias depois de plantado. Com isso o agricultor tem que ter um cuidado diário, pois os pés devem ser podado diariamente, visto que o tomatinho cereja deve estar aerado para evitar a proliferação de fungos e não deixar água nas folhas. Sua produção é de aproximadamente 10 litros de tomate por semana. Como podemos observar no fluxograma do plantio do tomatinho cereja na Figura 03:

Figura 03 - Fluxograma do plantio do Tomatinho Cereja no Rancho Alegre



Fonte: elaborado pelos autores

A fim de uma melhorar a visualização dos custos, foi construída a tabela a seguir, com o os dados fornecidos pelo produtor no cultivo do tomatinho cereja.

fluxograma do plantio do tomatinho cereja na Figura 03:

Atividades	Quantidade / Descrição da atividade	Valor Unitário (R$)
Mão de obra para preparação de uma cova	Cerca de 50 minutos cada cova	Não pode estimar um valor monetário
Plantio e adubação trabalho realizado pelo Ismael	Plantar da semente na cova previamente adubado	O plantio e adubação levam em média 50 minutos cada
Irrigação	Utiliza a água córrego que passa nos fundos da chácara	Não representa um custo estimado pelo uso da água
Bomba elétrica para irrigação	Para encher a caixa de água fica ligada cerca de duas horas por dia. Porém a utilização dessa água é para a irrigação de todos os cultivos e consumo dos animais	Representa um custo da energia gasta, mas não é estimado
Cuidados e observação para manter o pé o mais arejado	Retirada de folhas e fungos	Em média 1 hora por dia todo o cultivo do tomatinho cereja.
A colheita e realizado pelo Ismael	Leva se em média 1 hora.	
Transporte e Venda	No próprio carro dos agricultores	Representa um custo do transporte efetivo, mas não estimado

Fonte: elaborado pelos autores

Analisando as características dos lotes, verificou-se que colher os dados quantitativos de cada item produzido não é uma tarefa simples e fácil, mas complexa, pois envolve diferentes perspectivas, quase tudo deve ser rateado: os custos com os produtos, os gastos de maneira geral com o que é cultivado em toda a propriedade, como exemplo, com a criação de animais. Não observamos parâmetros em quase nenhum item cultivado, apenas em parte do processo do cultivo, como o preço pago nas mudas da alface ou as embalagens utilizadas para a venda. Adubo orgânico, água, energia e calda para afastar os insetos são exemplos de dados difíceis de serem quantificados.

Já quanto aos dados qualitativos para a descrição dos fluxogramas dos itens cultivados que foram pesquisados, podemos destacar que os agricultores descrevem as ordens

das atividades e a mão-de-obra exigida para cada momento do cultivo, portanto não foi uma tarefa complexa. O que é extremamente relevante pois, através das atividades e seu fluxo de ocorrência, pode ser elaborada uma técnica capaz de coletar os dados referentes ao custo, e uma melhor alocação de seu rateio, assim como seu cálculo.

Como contribuição, verificou-se que o estudo permite construir uma análise do ritmo de produção e como as atividades são divididas para que se tenha uma produção constante. Inicialmente, o objetivo era fazer um levantamento de custos e um desenho das atividades praticadas para cada item cultivado, porém, como os mandaleiros apresentaram muitas dificuldades de obtenção dessas informações, também não conseguiríamos quantificá-los, por isso foi desenvolvida uma tabela que poderia ser preenchida pelos agricultores.

Para os agricultores, sugere-se que estabeleçam uma forma de documentar todas as atividades, custos, gastos e receitas de uma maneira adequada, como uma espécie de diário com a finalidade de arquivar todas as informações e dados da sua produção agrícola, a fim de que possam com isso desenvolver estudos e melhores práticas. Os dados passados podem ser uma importante ferramenta administrativa, não só para cálculo da demanda, mas para entender o ritmo da produção e os insumos mais utilizados. De acordo com Barbieri (2001), os dados e informações são importantes, pois é possível criar análises e descobrir informações cruciais para tomada de decisões nas organizações.

Uma sugestão de diário para o arquivamento das informações ligadas a custos são as tabelas a seguir, que podem ser preenchidas pelos agricultores para cada item cultivado.

Tabela 04 - Sugestão de Diário de Atividades

Atividades	**Tarefas**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor total**
Compra	Definir onde comprar			
	Quanto			
	Transporte			
Preparação do canteiro	Adubação			
Plantio	Demarcar o canteiro			
	Furara a cova			
	Plantar			
Cultivo	Observação			
	Irrigação			
	Retirar inseto			
	Aplicação das caldas			
Colheita	Colheita			
	Armazenar			
Venda	Embalar			
	Transporte			
	Entrega			

Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 05 - Sugestão de Controle Diário de Caixa

	Controle Diário de Caixa		**Mês /Ano:**	
Dia	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
	Item comprado		xxx	
	Item vendido	yyy		
	Total			xxx-yyy

Fonte: elaborado pelos autores

5 Considerações finais

Este artigo foi realizado em uma organização autogestionada, produtora de hortifrutis orgânicos, com a tentativa de levantar os custos dos itens produzidos pelos agricultores. No referencial teórico, foi descrito como surgiram e se desenvolveram as bases da Economia Solidária. Na análise financeira coube também examinar a composição do custeio e seus componentes, de forma a destacar o método do Custeio ABC, que foi utilizado para a tentativa de avaliar o processo e estimar os custos dos produtos cultivados pelos camponeses.

Foram entrevistados dois agricultores da Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU) em janeiro de 2015. Realizou-se um levantamento de todas as atividades necessárias para o cultivo de dois diferentes cultivos e com isso teve-se a possibilidade de construir fluxogramas detalhando seus processos de plantio, o que se torna uma ferramenta para auxiliar na contabilização de seus dados quantitativos para o cálculo dos custos. O que é extremamente complexo, pois apesar dos agricultores entenderem a importância de arquivar informações como quanto foi pago em determinado insumo, onde foram utilizados, em qual item produzido, por quanto tempo, os agricultores não sabem ao certo como devem fazer. Por isso, será desenvolvido um Curso de Formação em Gestão de Custos em Empreendimentos Autogestionáveis pelo CIEPS/UFU, com alunas e professores do curso de Administração da FAGEN/UFU.

Relembrando o objetivo geral, que é analisar os processos produtivos e estimar os custos de hortifrutis orgânicos em uma associação de agricultores camponeses autogestionaria, e os objetivos específicos, que são identificar o

método de custeio mais adequado às técnicas de cultivos de hortifrutis da organização autogestionada e custear para cada técnica de cultivo um dos produtos produzidos pela organização autogestionada através do método de custeio proposto, os mesmos foram parcialmente alcançados.

Este artigo apresenta a construção dos dois fluxogramas de diferentes cultivos, todos de forma linear, com as principais atividades e tarefas para a produção de cada cultivo. Por isso o método de custeio mais adequado é o ABC, que exige que se conheça cada atividade e tarefa para que se possam conhecer os dados. Já na perspectiva de levantamento de custos, tornou-se uma tarefa complexa, pois exigia muitos dados que não foram coletados, visto que os agricultores não sabiam como explicar ou não lembravam com detalhes o que gastaram nos cultivos, além de não apresentar nenhuma documentação como livro caixa, ou mesmo arquivo de cupons fiscais das compras.

Diante dos resultados encontrados e dos objetivos propostos, a limitação deste artigo está relacionada aos dados fornecidos pelos agricultores, que não são coletados e organizados de maneira sistêmica. Por isso, o levantamento de custos se torna extremamente complexo.

Porém, a construção dos fluxogramas de atividades dos dois principais cultivos dos agricultores pode ser uma ferramenta para descobrir o custo que cada produto plantado representa em todo o cultivo que é vendido em formato de cestas, podendo auxiliar a construção das tabelas para se descobrir os custos das hortaliças cultivadas.

Os próprios agricultores podem fazer um levantamento dos custos de forma mais apurada, em suas propriedades, bastando que esses mantenham relatórios diários dos custos, dos gastos e de quanto recebem das vendas de cestas.

O curso será importante para compartilhar a técnica com os agricultores e acompanhar sua prática.

A primeira tentativa de sistematizar as coletas de dados será mais trabalhosa e complexa, mas na medida em que os ciclos dos cultivos terminam e se reiniciam, o agricultor ganhará prática e com isso seus dados serão cada vez mais realistas e organizados.

Para estudos futuros, recomendamos desenvolver trabalhos para entender e solucionar problemas sobre as relações entre as famílias, aprimorar a contabilização de custos e preços dos produtos comercializados, verificar a viabilidade de um local de vendas ou qualificar as vendas a domicílio, e prospectar novos clientes, desenvolver meios e técnicas que possibilitem a produção perene dos itens vendidos.

Referências

AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa L. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicol. Cienc. Prof. Vol. 23, no.4 p. 54-73, dez. 2003.

AMORIM, Brunu M. F.; ARAÚJO, Herton E. Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho? Boletim de mercado de trabalho - Conjuntura e análise n°24, Agosto 2004.

BARBIERI, C. Business Intelligence: Modelagem e tecnologia. Rj: Axcel Books, 2001

BETANHO Cristiane; EID Farid. Desafios do Processo de Realização da Mercadoria em Assentamentos de Reforma Agrária de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Revista ABET Volume VII - n.2, 2008.

COX, Julie Wolfram; HASSARD, John. Triangulation in Organizational Research: A Representation. Organization.V.12, n.1, p.109-127, 2005.

DUTRA, René Gomes. Custo: uma abordagem prática. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB /UFRGS e pelo Curso de Graduação Tcnológica - planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JESUS, M C. A mensuração do resultado econômico e a economia solidária: A demonstração de resultados frente às novas realidades econômicas e sociais. Dissertação

(Mestrado) - UFPR. Curitiba: [S.N.], 2012. 145 f.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. Fundamentos de Metodologia Cientifica. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custo. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Ministério da Agricultura: Aumenta o número de produtores de orgânicos no Brasil. Noticias Agroecologias. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/02/aumenta-numero-de- produtores--de-organicos-no-brasil>, Acessado em 27 de junho de 2015.

MET (Ministério do Emprego e Trabalho) SIES (Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária) Acontece SENAES - 34ª Edição. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/boletim-acontece-senaes.htm>, Acessado em 27 de fevereiro de 2015.

NAKAGAWA, Masayuki. ABC: custeio baseado em atividades. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. Boletim de mercado de trabalho - Conjuntura e análise n°24, Agosto, 2004.

SANTOS, Gilberto J.; MARION, José C.; SEGATTI, Sonia. Administração de Custos na Agropecuária. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, José J. Contabilidade e análise de Custos: modelo contábil, Método de depreciação, ABC - Custeio Baseado em Atividade, análise atualizada de encargos sociais sobre salários. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA Jr, Romes J.; PEREIRA, Vinícius S.; BETANHO,

Cristiane. Precificação e sistema de custeio em assentamento agrários autogestionários: uma análise exploratória da gestão de custos em uma associação produtora de Uberlândia. In: II ENFAGEN, 2012, Uberlândia. II Encontro das Faculdades de Gestão e Negócios, 2012.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Gestão de Custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e processos com utilização do Excel. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4°ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Anexo:
Carta de Princípios da Economia Solidária[1]

1.Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como "resquícios atrasados" que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela "competitividade". Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho

1 III Plenária Nacional da Economia Solidária. São Paulo, Junho de 2003. Na oportunidade, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

chamadas de "atrasadas" que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absover todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e "protegidas". Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências - O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

a) a valorização social do trabalho humano,
b) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
c) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do

feminino numa economia fundada na solidariedade,

d) a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e
e) os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

a) O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
b) A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
c) A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
d) A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
e) Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
f) A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é

possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

a) Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

b) A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

c) A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

a) Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
b) Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
c) A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
d) A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
e) A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais eqüitativamente entre grupos e países.
f) A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de to-

dos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

a) A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
b) A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
c) A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
d) A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
e) Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.
f) O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
g) Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor

econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

a) A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
b) A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
c) A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
d) A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
e) A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
f) A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
g) A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemen-

te, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

h) A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

i) A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

j) A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

NAVEGANDO

Cieps

CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS

UFU Universidade Federal de Uberlândia

PROEX PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA